

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integradas na Região Hidrográfica 4

Parte 4 – Cenários Prospetivos

6 – Setor do Turismo

Junho de 2012
(Revisão Final)



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

ÍNDICE

6. Setor do Turismo	9
6.1. Nota Introdutória.....	9
6.2. Situação atual	9
6.2.1. Alojamentos turísticos e restauração.....	9
6.2.2. Golfe	12
6.2.3. Sol e Mar	13
6.2.4. Saúde e Bem-Estar (Termalismo)	15
6.2.5. Natureza	17
6.2.6. Cultural e Paisagístico	19
6.2.7. Náutico.....	20
6.2.8. Gastronomia e Vinhos	21
6.2.9. Negócios.....	22
6.3. Políticas e planos sectoriais.....	23
6.3.1. Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.....	23
6.3.2. Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira.....	24
6.3.3. Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo	28
6.3.4. Plano Estratégico Nacional de Turismo.....	30
6.3.5. Programa Nacional de Turismo de Natureza.....	37
6.3.6. Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	37
6.3.7. Quadro de Referência Estratégico Nacional.....	39
6.3.8. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.....	40
6.3.9. Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) na área do turismo	43
6.4. Contribuição dos “stakeholders”	43
6.4.1. Participantes e contributos na sessão “Turismo e Atividades de Lazer”	44
6.4.2. Conclusões da sessão “Turismo e Atividades de Lazer”	45
6.5. Cenários Prospetivos.....	47
6.5.1. Aspetos Gerais	47
6.5.2. Caracterização dos Cenários.....	48
6.5.3. Pressões sobre os recursos hídricos.....	53



6.5.3.1. Consumos e necessidades de água	53
6.5.3.2. Cargas poluentes geradas	54

FIGURAS

Figura 6.1 – Estabelecimentos turísticos, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos classificados.....	11
Figura 6.2 – Estabelecimentos turísticos de 4 e 5 estrelas classificados	12
Figura 6.3 – Águas balneares na área do PGBH Vouga, Mondego e Lis.....	14
Figura 6.4 – Estâncias termais na área do PGBH Vouga, Mondego e Lis.....	17
Figura 6.5 – Principais marinas e portos náuticos em Portugal	21
Figura 6.6 – PENT: conceito e objetivo por região	32
Figura 6.7 – PROT Centro: Sub-sistema de Desenvolvimento Turístico	42
Figura 6.8 – Projetos de Interesse Nacional (PIN) turísticos em Portugal	43
Figura 6.9 - Localização de campos de golfe (em funcionamento e previstos)	49

GRÁFICOS

Gráfico 6.1 – Distribuição de estabelecimentos termais, 2009	16
Gráfico 6.2 – Principais atividades que realizam os viajantes de <i>touring</i>	20

QUADROS

Quadro 6.1 – Empresas segundo a CAE-Rev. 3, 2008.....	10
Quadro 6.2 – Indicadores de turismo, 2009	10
Quadro 6.3 - Campos de golfe em funcionamento.....	13
Quadro 6.4 - Estâncias Termais na área do PGBH Vouga, Mondego e Lis	16
Quadro 6.5 - Fatores chave para o desenvolvimento do turismo de natureza	18
Quadro 6.6 – <i>Ranking</i> de cidades europeias em número de reuniões (2003).....	23
Quadro 6.7 – Medidas e metas do ENGIZC.....	26
Quadro 6.8 – PENT: Visão	31
Quadro 6.9 – Prioridades de desenvolvimento, linhas de atuação e velocidade de crescimento, por tipologia de turismo	33
Quadro 6.10- Participantes na sessão de “Turismo e Atividades de Lazer”	44
Quadro 6.11- Campos de golfe previstos	49
Quadro 6.12 – Necessidades de água para rega dos campos de golfe	54
Quadro 6.13 – Caracterização das cargas poluentes associadas a campos de golfe.....	55

ANEXOS

Anexo 6.1 – Figuras (áreas protegidas, Áreas Importantes de Avifauna, Sítios RAMSAR, Sítios da Rede Natura 2000, Sítios ZPE – Zona Especial de Proteção)

Anexo 6.2 – Resultados do “Workshop” – Contribuição dos “Stakeholders”

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ARH do Centro – Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.

DGT – Direção-Geral do Turismo

DOP – Denominação de Origem Protegida

ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

ENGIZC – Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira

ETG – Especialidade Tradicional Garantida

IBA – Áreas Importantes para Aves

ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade

IGP – Indicação Geográfica Protegida

INE – Instituto Nacional de Estatística

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Projetos de Potencial Interesse Nacional

PNTN – Programa Nacional de Turismo de Natureza

PNPOT – Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

POEM – Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RH4 – Região hidrográfica 4

ZTI – Zonas Turísticas de Interesse

ZPE – Zonas de Proteção Especial

FICHA TÉCNICA

Cliente

ARH Centro, I.P. – Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P.

Referência do Projeto

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis

Descrição do Documento

Cenários Prospetivos – Setor do Turismo

Referência do Ficheiro

RH4_P4_S6_RT_final.docx

N.º de Páginas

67

Autores

Eng.º João Feijó Delgado

Outras Contribuições

Dr.ª Alexandra Mendonça

Eng.ª Ana Sousa

Eng.ª Marlene Francisco

Eng.ª Rita Vieira

Diretor de Projeto

Eng.º Rui Coelho

Data da 1.ª versão

22 de Julho de 2011

REGISTO DE ALTERAÇÕES

Revisão / Verificação	Data	Responsável	Descrição
01	26/11/2011	José Saldanha Matos	Alterações decorrentes da apreciação geral da ARH do Centro, I.P.
Final	30/06/2012	José Saldanha Matos	Retificação tendo por base os pareceres recebidos em fase de participação pública

6. Setor do Turismo

6.1. Nota Introdutória

No presente capítulo efetua-se a situação atual do setor do turismo, o qual inclui todas as atividades relacionadas com lazer e bem-estar que a região Centro (e especificamente a área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis), pelas suas condições naturais ou potenciadas, oferece e que contribuem significativamente para o desenvolvimento económico regional. Assim, analisam-se os aspetos atuais relacionados com a atividade turística no que concerne a alojamentos turísticos e restauração, golfe, sol e mar, saúde e bem-estar (termalismo), natureza, *touring* cultural e paisagístico, náutica, gastronomia e vinhos, negócios.

Seguidamente, efetuar-se-á uma análise documental que consistiu na pesquisa dos documentos sectoriais e regionais com relevância para o setor do Turismo nas bacias hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis, como seja a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, o Plano Estratégico Nacional do Turismo, o Programa Nacional de Turismo de Natureza, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, o Quadro de Referência Estratégico Nacional e o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.

Complementarmente, apresentam-se as contribuições dos diferentes atores (stakeholders) que participaram na sessão de debate referente ao “Turismo e Atividades de Lazer” do workshop dedicado ao tema “Cenários Prospetivos dos Setores com Impacte sobre os Recursos Hídricos”.

Consequentemente, com base no anteriormente exposto e no Capítulo 2. Análise Prospetiva do Desenvolvimento Socioeconómico, apresenta-se o desenvolvimento dos três cenários para o setor do turismo, nos três horizontes temporais prospetados.

Por último, consideram-se as pressões destas atividades turísticas sobre os recursos hídricos, particularmente sobre as massas de água na área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis.

6.2. Situação atual

6.2.1. Alojamentos turísticos e restauração

Considerando o Quadro 6.1, verifica-se que as atividades de “*alojamento, restauração e similares*”, em 2008, eram mais significativas na bacia do Mondego com cerca de 7,4% das empresas neste ramo. A área do PGBH Vouga, Mondego e Lis detinha cerca de 6,9% de empresas de alojamento, restauração e similares.



Quadro 6.1 – Empresas segundo a CAE-Rev. 3, 2008

Área do PGBH Vouga, Mondego e Lis	Proporção de Empresas, segundo a CAE-Rev. 3 (%) Ponderadas com o Coeficiente Área (Concelho)																
	A03	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	P	Q	R	S
Bacias	2008																
Lis	0,1	0,4	10,5	0,0	0,2	13,7	26,1	2,2	6,2	1,2	2,6	9,5	5,4	5,1	5,3	1,9	9,9
Mondego	0,2	0,2	6,7	0,0	0,1	14,0	24,9	2,7	7,4	0,9	1,6	10,5	3,3	6,2	8,0	2,0	11,4
Vouga	0,8	0,1	11,1	0,1	0,1	13,1	26,5	1,7	6,7	1,1	1,9	8,6	4,5	5,5	4,9	1,8	11,6
Total PGBH	0,4	0,2	9,1	0,0	0,1	13,5	25,8	2,2	6,9	1,0	1,9	9,5	4,1	5,8	6,3	1,9	11,2

A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (A03 Pesca e Aquicultura); B - Indústrias Extrativas; C - Indústrias Transformadoras; D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E – Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H – Transportes e armazenagem; I – Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; K - Atividades financeiras e de seguros; L - Atividades Imobiliárias; M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P – Educação; Q – Atividades de saúde humana e apoio social; R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S – Outras Atividades de serviços; T – Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio; U – Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2009

O Quadro 6.2 permite concluir que a área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis apresenta uma capacidade de alojamento de quase 20 mil camas, tendo recebido 1,78 milhões de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, em 2009. A bacia do Mondego destaca-se por ter mobilizado cerca de 47% das dormidas turísticas verificadas nas três bacias.

Quadro 6.2 – Indicadores de turismo, 2009

Área do PGBH Vouga, Mondego e Lis	Estabelecimentos Hoteleiros	Capacidade de Alojamento	Dormidas	Dormidas Peso por BH
	nº	nº	nº	%
2009				
Lis	36	3 360	260 605	14,6%
Mondego	101	9 123	834 755	46,8%
Vouga	98	7 478	688 896	38,6%
Total PGBH Vouga, Mondego e Lis	236	19 961	1 784 257	100,0%

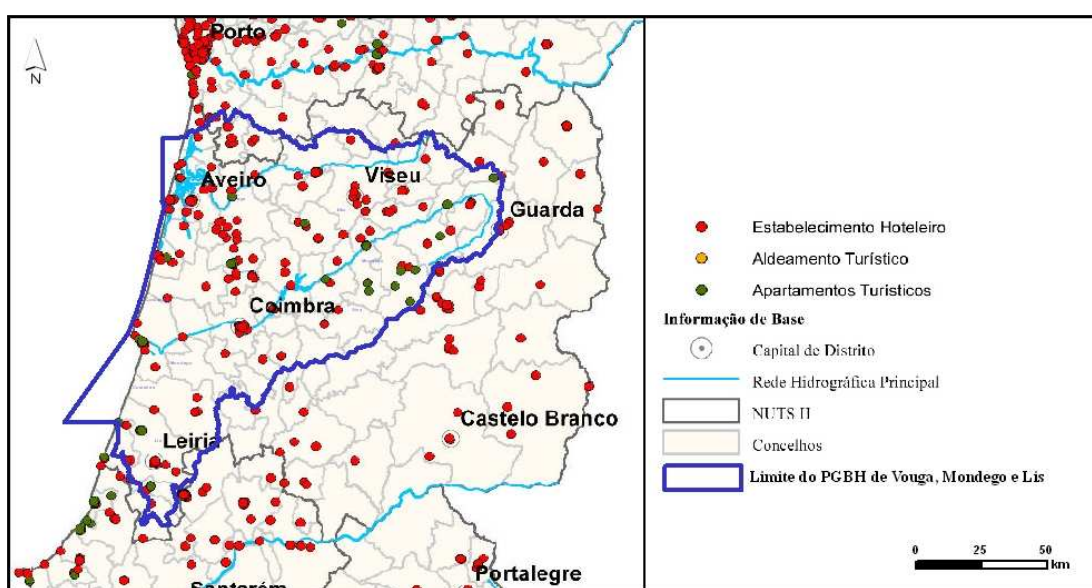
Fonte: Plano de Gestão de Bacia Hidrográfica dos rios Vouga, Mondego e Lis – Parte 3 – Análise Económica das Utilizações da Água, 2011 (fevereiro).

De um modo geral, e de acordo com as informações constantes nos sites do Turismo de Portugal, Turismo do Centro e do Turismo Leiria-Fátima¹⁰, a maioria da oferta de alojamentos apresenta-se sob a forma de hotéis, residenciais e pensões e concentra-se, em maior número, em Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Mealhada, São Pedro do Sul e Aveiro (Figura 6.1). Acresce-se que são diminutos os estabelecimentos hoteleiros com 5 e 4 estrelas, localizando-se, fundamentalmente, em Aveiro, Viseu, Coimbra e Leiria (Figura 6.2).

Já no que concerne ao turismo em espaço rural (TER) identificam-se, fundamentalmente, nos concelhos de Góis, Lousã, Mangualde, Oliveira do Hospital, Porto de Mós, Santa Comba Dão e São Pedro do Sul.

Os aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos são tipologias de oferta praticamente inexistentes nesta área, sendo contudo de assinalar a existência pontual de algumas destas unidades em Oliveira do Hospital, São Pedro do Sul, Tondela, Mira, Mortágua, Murtosa e Nelas.

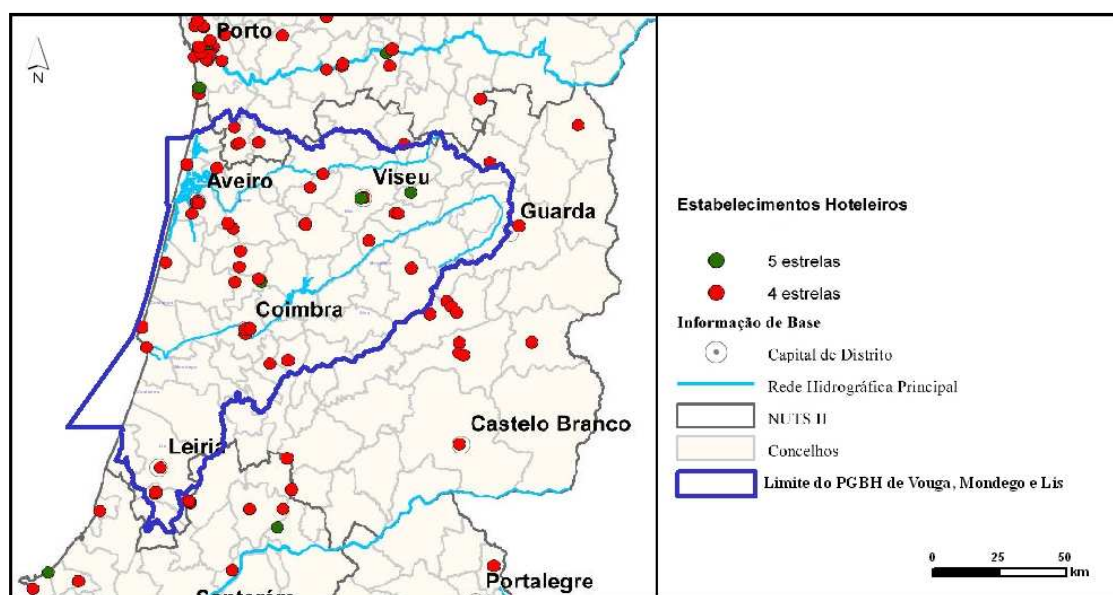
Por último, no que concerne aos parques de campismo e caravanismo, este tipo de alojamento verifica-se nos concelhos de Oliveira do Hospital, Ovar, Penacova, Penela, Porto de Mós, São Pedro do Sul, Sátão, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Góis, Ílhavo, Lousã, Mealhada, Mira, Murtosa e Vouzela.



Fonte: Turismo de Portugal (www.turismodeportugal.pt)

Figura 6.1 – Estabelecimentos turísticos, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos classificados

¹⁰ www.turismodeportugal.pt; www.rt-leiriafatima.pt; www.turismodocentro.pt



Fonte: Turismo de Portugal (www.turismodeportugal.pt)

Figura 6.2 – Estabelecimentos turísticos de 4 e 5 estrelas classificados

6.2.2. Golfe

“As regiões do Algarve e de Lisboa concentram a maior parte da oferta de golfe do país. O golfe é um produto turístico estratégico para o turismo nacional, na medida em que gera anualmente cerca de:

- 300 mil jogadores
- 1,4 milhões de voltas de golfe
- 1,1 milhões de dormidas
- 1,8 milhões de euros em receitas, representando 1,25% do PIB Nacional e 14% do PIB turístico”¹¹.

Embora o Algarve seja o principal destino de golfe em Portugal, a região Centro encontra-se, atualmente, preparada para “receber os mais exigentes praticantes da modalidade, e potenciar a descoberta de novas experiências”¹². Todavia, esta prática não configura uma pressão particularmente elevada nos recursos hídricos da área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis, sendo disso um indicador importante a existência de, unicamente, 3 instalações (Quadro 6.3).

¹¹ Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Golfe, 2006

¹² www.turismodocentro.pt

Quadro 6.3 - Campos de golfe em funcionamento

Designação	Local	Concelho	Dimensão	Equipamentos
Golfe da Curia	Curia	Anadia	9 buracos	restaurante, bar, prosshop, balneários, esplanada, putting-green, net-range e zona de prática de chipping e bunker.
Golfe de Montebelo	Pampilhosa	Viseu	27 buracos	restaurante panorâmico, bar, salão de convívio, sala de reuniões, galeria de exposições, sala de troféus, putting-green, pitch & putt, bunker shots, loja. Serviços: aulas individuais, aulas de grupo, atribuição de handicap, aulas de campo, clínicas de golfe, cursos de iniciação ao golfe
Academia de Golfe da Quinta das Lágrimas	Coimbra	Coimbra	9 buracos	pitch&putt, driving range, putting green, chipping green, bar com esplanada, loja de golfe, balneários, sala de treino indoor

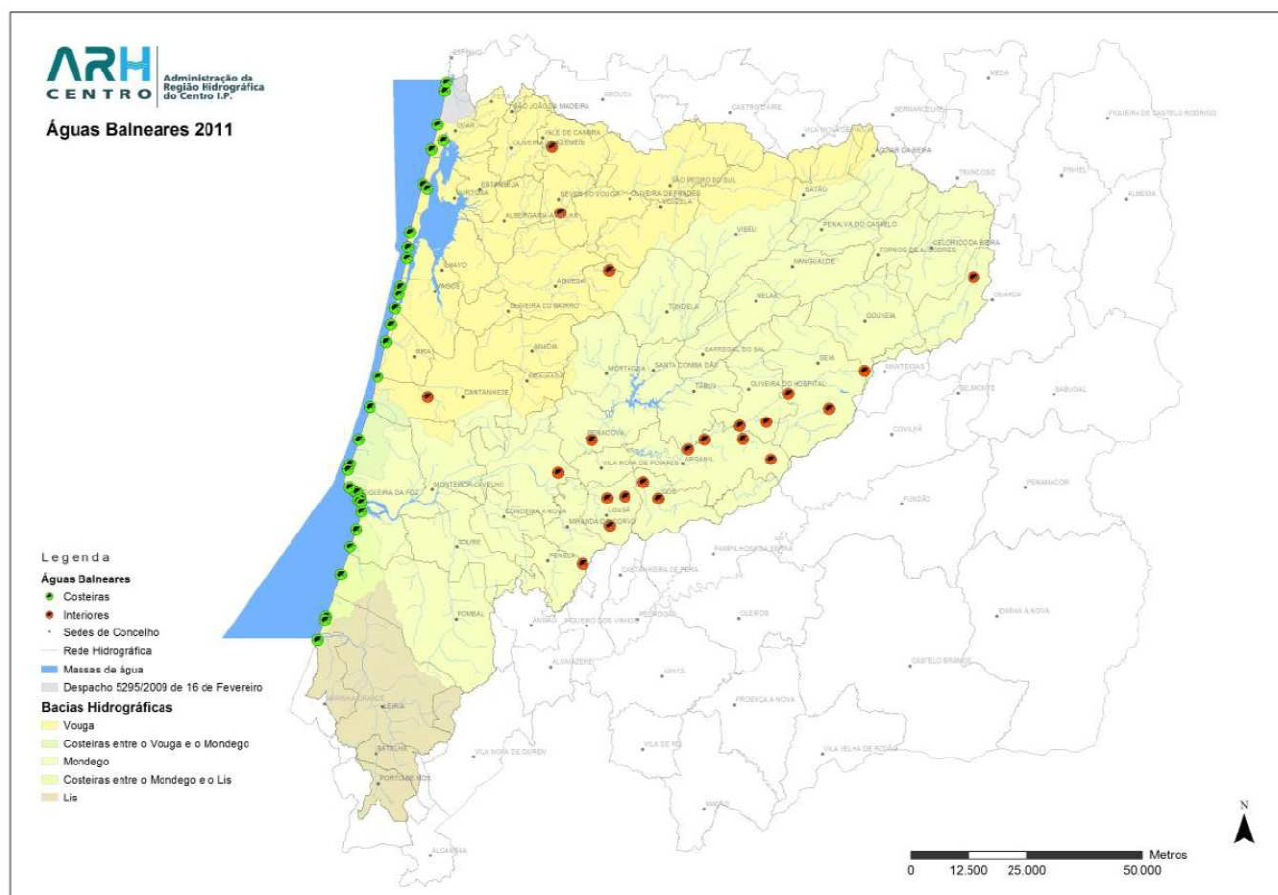
Para além destes campos assinala-se, de acordo com a informação constante no site do Turismo do Centro, a existência da Academia Municipal de Golfe localizada em Cantanhede que é um campo com 9 buracos, “vocacionado para formação, competição Pitch & Putt e prática de recreio e lazer, (...) o primeiro do País de caráter público e iniciativa municipal, constituindo a base do desenvolvimento da atividade da Academia a criar pela autarquia”¹³

6.2.3. Sol e Mar

A área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis é detentora de praias que potenciam a prática banhar nas águas do Oceano Atlântico (praias costeiras e estuarinas) como nas águas dos rios (praias fluviais), consubstanciando o produto turístico “Sol e Mar”.

Deste modo, e considerando a Portaria nº 493/2011, de 12 de abril, que procede à identificação das águas balneares para o ano de 2011 e à fixação da época banhar para cada água banhar, na área de jurisdição da ARH do Centro existem as águas balneares assinaladas na Figura 6.3.

¹³ www.turismodocentro.pt



Fonte: ARH Centro, Guia da Época Balnear 2011, Departamento de Planeamento Informação e Comunicação, 2011

Figura 6.3 – Águas balneares na área do PGBH Vouga, Mondego e Lis

Portanto, identificam-se trinta e quatro águas balneares costeiras:

- Concelho de Aveiro – 1 praia
- Concelho de Cantanhede – 2 praias
- Concelho de Figueira da Foz – 13 praias
- Concelho de Ílhavo – 2 praias
- Concelho de Leiria – 2 praias
- Concelho de Marinha Grande – 1 praia
- Concelho de Mira – 2 praias
- Concelho de Murtosa – 2 praias
- Concelho de Ovar – 5 praias
- Concelho de Pombal – 1 praia
- Concelho de Vagos – 3 praias

E vinte e duas águas balneares interiores:

- Concelho de Arganil – 4 praias
- Concelho de Cantanhede – 1 praia
- Concelho de Coimbra – 1 praia
- Concelho de Góis – 2 praias
- Concelho de Gouveia – 1 praia
- Concelho de Guarda – 1 praia
- Concelho de Lousã – 3 praias
- Concelho de Oliveira de Frades – 1 praia
- Concelho de Oliveira do Hospital – 2 praias
- Concelho de Penacova – 1 praia
- Concelho de Penela – 1 praia
- Concelho de Seia – 1 praia
- Concelho de Sever do Vouga – 1 praia
- Concelho de Tondela – 1 praia
- Concelhos de Vale de Cambra – 1 praia

Acresce-se que “nas águas costeiras a época balnear tem início maioritariamente a 15 de junho, excetuando-se as águas balneares da Tocha e Osso da Baleia cuja época se inicia a 1 de junho.

Nas águas balneares interiores o início da época balnear será a 1 de junho, a 15 de junho e a 1 de julho, de acordo com o solicitado pelas respetivas Autarquias”¹⁴.

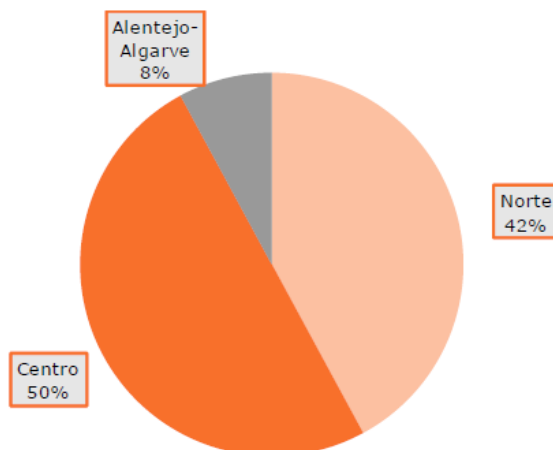
6.2.4. Saúde e Bem-Estar (Termalismo)

A região Centro possui águas minerais e naturais, “preservadas há muito tempo a grandes profundidades nos maciços geológicos, filtradas, por vezes aquecidas e enriquecidas com diferentes sais minerais que lhes conferem propriedades únicas”, as quais são devidamente aproveitadas através das estâncias termais “que juntam o conhecimento da hidrologia médica aos mais modernos equipamentos e técnicas, contando com médicos e outros profissionais qualificados para assegurar a sua correta utilização na promoção da saúde e da qualidade de vida”¹⁵. Consequentemente, e tal como se observa no Gráfico 6.1, nesta região localiza-se o maior número de estabelecimentos termais do país.

¹⁴ ARH Centro, Guia da Época Balnear 2011, Departamento de Planeamento Informação e Comunicação, 2011

¹⁵ www.turismodocentro.pt

Gráfico 6.1 – Distribuição de estabelecimentos termais, 2009



Fonte: Turismo de Portugal, 2009

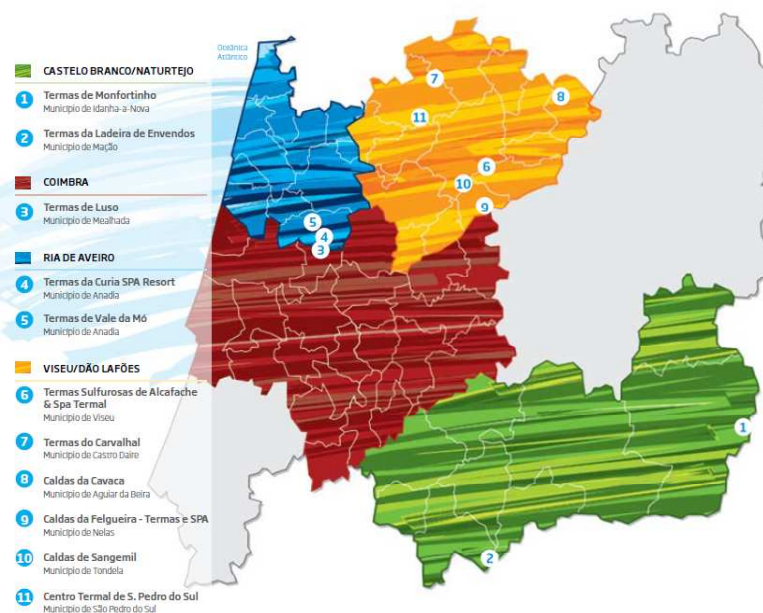
Atualmente, na área do PGBH Vouga, Mondego e Lis existem 9 estâncias termais¹⁶ (Quadro 6.4 e Figura 6.4) que para além da componente de saúde têm vindo a desenvolver a componente de bem-estar e lazer (SPA) através da programação de atividades físicas ao ar livre e articulação com outras componentes de gastronomia. Por conseguinte, as termas têm deixado de ser consideradas apenas como um produto medicinal, mas igualmente como um espaço de bem-estar, procurado por camadas de população mais jovens e ativas.

Quadro 6.4 - Estâncias Termais na área do PGBH Vouga, Mondego e Lis

Designação	Concelho	Funcionamento
Caldas da Cavaca	Aguiar da Beira	17 maio a 31 outubro
Termas da Curia SPA Resort	Anadia	Todo o ano
Termas do Vale da Mó	Anadia	1 junho a 31 outubro
Termas do Carvalhal	Castro Daire	13 fevereiro a 15 dezembro
Termas do Luso	Mealhada	Reabertura a 15 de janeiro
Caldas da Felgueira - Termas e SPA	Nelas	12 fevereiro a 30 novembro
Centro Termal de São Pedro do Sul	São Pedro do Sul	Todo o ano
Caldas de Sangemil	Tondela	15 março a 30 novembro
Termas Sulfurosas de Alcafache e SPA Termal	Viseu	1 março a 31 dezembro

Fonte: Turismo do Centro, Termas – Saúde & Bem-Estar (www.turismodocentro.pt)

¹⁶ As Termas de São Pedro do Sul detêm o primeiro lugar no ranking nacional



Fonte: Turismo do Centro, Termas – Saúde & Bem-Estar (www.turismodocentro.pt)

Figura 6.4 – Estâncias termais na área do PGBH Vouga, Mondego e Lis

Por último, ressalta-se que a vertente do termalismo clássico continua a ser o segmento mais procurado pelos clientes, embora a modalidade de bem-estar e lazer tenha vindo a revelar crescente dinamismo. Assim, “no conjunto, a vertente de termalismo clássico registou cerca de 31,6 milhares de utentes e gerou proveitos da ordem de 9 milhões de euros, em 2009”¹⁷.

6.2.5. Natureza

Podem assinalar-se dois tipos de mercado de turismo de natureza: 1) *soft*, no qual as experiências baseiam-se na prática de atividades ao ar livre de baixa intensidade (passeios, excursões, percursos pedestres, observação de fauna, etc.) e que representam “cerca de 80% do total tal de viagens de Natureza”; 2) *hard*, cujas “experiências relacionam-se com a prática de desportos na Natureza (rafting, kayaking, hiking, climbing, etc.) e/ou de atividades que requerem um elevado grau de concentração ou de conhecimento (birdwatching, etc.)”, representando este mercado “cerca de 20% do total das viagens de Natureza”. No Quadro 6.5 apresentam-se os fatores chave para o desenvolvimento do turismo de natureza.

¹⁷ Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis – Parte 3 – Análise Económica das Utilizações da Água, 2011 (fevereiro).

Quadro 6.5 - Fatores chave para o desenvolvimento do turismo de natureza

Factores	Natureza	
	soft	hard
Paisagens naturais únicas e com forte atratividade	■	■
Flora e fauna abundante e diversa	■	■
Adequadas infra-estruturas de acolhimento, sinalização e equipamentos básicos (áreas de descanso, centros de acolhimento e informação, etc.)	■	■
Ampla e variada oferta de rotas e itinerários (extensão, dificuldade, etc.) adaptada a diversas tipologias de turistas / visitantes	■	■
Boa relação preço / qualidade	■	■
Bom grau de tecnologia, know how e experiência na gestão de actividades especializadas	■	■
Bom funcionamento de prestadores de serviços de apoio: aluguer de equipamentos e materiais, transporte, etc.	■	■
Eficaz cobertura de seguros	■	■
Eficaz funcionamento dos serviços de resgate e serviços médicos de urgência	■	■
Excelentes guias e monitores, com domínio de idiomas	■	■
Alojamento integrado na envolvente natural	■	■
Sistema de certificação de espaços naturais	■	■
Sistema de certificação das empresas	■	■

Legenda: ■ Factor chave, imprescindível ■ Factor importante, mas não imprescindível

Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Natureza, 2006

Uma vez que o turismo de natureza, tanto soft como hard, pressupõe a vivência de experiências, a interação e usufruto da Natureza, a existência de recursos naturais como “paisagens naturais únicas” é o principal fator chave para a sua potenciação e desenvolvimento (Quadro 6.5). Deste modo, e tal como se observa nas figuras apresentadas no Anexo 6.1, na área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis assinala-se a presença das seguintes áreas de interesse natural:

- Sítios da Rede Natura 2000 – Serra da Freita e Arada, Rio Vouga, Cambarinho, Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas, Carregal do Sal, Serra da Estrela, Complexo do Açor, Serra da Lousã, Paul de Arzila, Sicó Alvaizere, Azabuxo Leiria e Serras de Aire e Candeeiros.
- Áreas Protegidas – Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, Serra da Estrela, Cabo Mondego, Montes de Santa Olaia e Ferrestelo, Paul de Arzila, Serra do Açor, Serras de Aire e Candeeiros.
- Zonas de Proteção Especial (ZPE) – Ria de Aveiro, Paul do Taipal, Paul de Arzila e Paul de Madriz.
- Áreas Importantes para Aves (IBA) - Ria de Aveiro, Serra da Estrela, Estuário do Mondego, Paúl do Taipal, Paul da Arzila e Paul da Madriz.
- Zonas Húmidas de Importância Internacional (Sítios RAMSAR) – Planalto Superior da Serra da Estrela e Troço Superior do Rio Zêzere; Estuário do Mondego, Paul do Taipal, Paul de Arzila e Paul de Madriz.
- Outros espaços - Pateira de Fermentelos, Pateira de Frossos, Mata do Buçaco, Pinhal de Leiria e grutas, grutas e serras (Boa Viagem, Caramulo, Montemuro), entre outros.

Atualmente, na região Centro, existem várias empresas de animação especializadas que garantem a realização das seguintes atividades de recreio e lazer em espaços naturais: percursos pedestres, birdwatching, passeios equestres, passeios com viaturas todo-o-terreno (TT), percursos de bicicleta todo-o-terreno (BTT), canoagem, passeio de barco (moliceiro na Ria de Aveiro ou barco no Rio Mondego), atividades radicais (escalada, rapel ou slide), hipismo e aventuras no ar (para-quedismo, skysurf ou parapente).

Todavia, e de acordo com o PENT, assiste-se atualmente à “ausência de infraestruturas e serviços básicos destinados ao uso turístico”¹⁸.

6.2.6. Cultural e Paisagístico

A área do PGBH Vouga, Mondego e Lis possui um conjunto alargado de recursos que sustentam a atual procura turística cultural e paisagística. Enumeram-se, seguidamente, alguns destes recursos existentes:

- **City Breaks** que consiste numa estadia de curta duração para visitar várias atrações de uma cidade. Assinala-se a existência de guias organizados para as cidades de Aveiro, Viseu e Figueira da Foz (www.turismodocentro.pt).
- **Museus**, cujo número mais elevado ocorre nos concelhos de Aveiro, Coimbra e Viseu, embora todos sejam detentores destes elementos.
- **Património arquitetónico e arqueológico**, constituído por castelos, ermidas, igrejas, capelas, estações arqueológicas, moinhos, pelourinhos, pontes, solares, ruínas e vias romanas, fortes, entre outros de cariz mais contemporâneo (centros de artes e cultura, por exemplo).
- **Parques e jardins**, sendo de destacar, a este nível, o concelho de Coimbra por apresentar maior oferta deste tipo de espaço.
- **Aldeias de Xisto** que se destacam na paisagem pela cor da pedra cujo “ambiente rural e repousante apela uma permanência mais prolongada”¹⁹. Na área do plano assinalam-se estas existências em Arganil (Benfeita), Figueiró dos Vinhos (Casal de S. Simão), Góis (Aigra Nova, Aigra Velha, Comareira e Pena), Lousã (Candal, Casal Novo, Cerdeira, Chiqueiro e Talasnal) e Penela (Ferraria de S. João).
- **Rotas**, como seja “Histórias com sabor a sal” e a “Rota dos Castelos” da qual se destaca os “Castelos do Mondego” e as “Muralhas e Torres de Dão Lafões”.
- Estes recursos potenciam as principais atividades realizadas pelos viajantes de *touring*, ou seja, a realização de “percursos em *tours*, rotas ou circuitos de diferente duração e extensão, em viagens independentes e organizadas”²⁰.

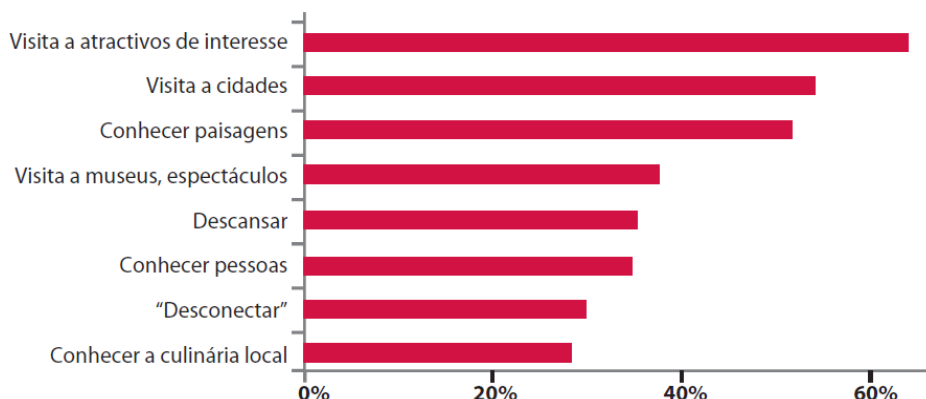
No Gráfico 6.2 apresentam-se as principais atividades que realizam os viajantes de *touring*.

¹⁸ Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Natureza, 2006

¹⁹ www.turismodocentro.pt

²⁰ Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Touring, 2006

Gráfico 6.2 – Principais atividades que realizam os viajantes de *touring*



Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Touring, 2006

6.2.7. Náutico

O turismo náutico tem por motivação “desfrutar de uma viagem ativa em contacto com a água, com a possibilidade de realizar todo o tipo de atividades náuticas, em lazer ou em competição”²¹. Deste modo, subdivide-se em:

- Náutica de Recreio – “experiências relacionadas com a realização de desportos náuticos ou de charter náutico, como forma de lazer e entretenimento. Inclui uma grande variedade de desportos: vela, windsurf, surf, mergulho, etc. Representa cerca de 85% do total das viagens de náutica”²²;
- Náutica Desportiva – “experiências baseadas em viagens realizadas e cujo objetivo é participar em competições náutico-desportivas. É um mercado muito específico, com as suas próprias regras de funcionamento. Representa 15% deste setor”²³.
- De acordo com os requisitos que estabelecem o desenvolvimento competitivo do setor do turismo náutico, estes podem ser divididos em dois grandes grupos: os fatores básicos²⁴ e os fatores chave de êxito²⁵. Por conseguinte, a área do PGBH Vouga, Mondego e Lis dispõe de alguns destes fatores uma vez que, associado às

²¹ Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo Náutico, 2006

²² Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo Náutico, 2006

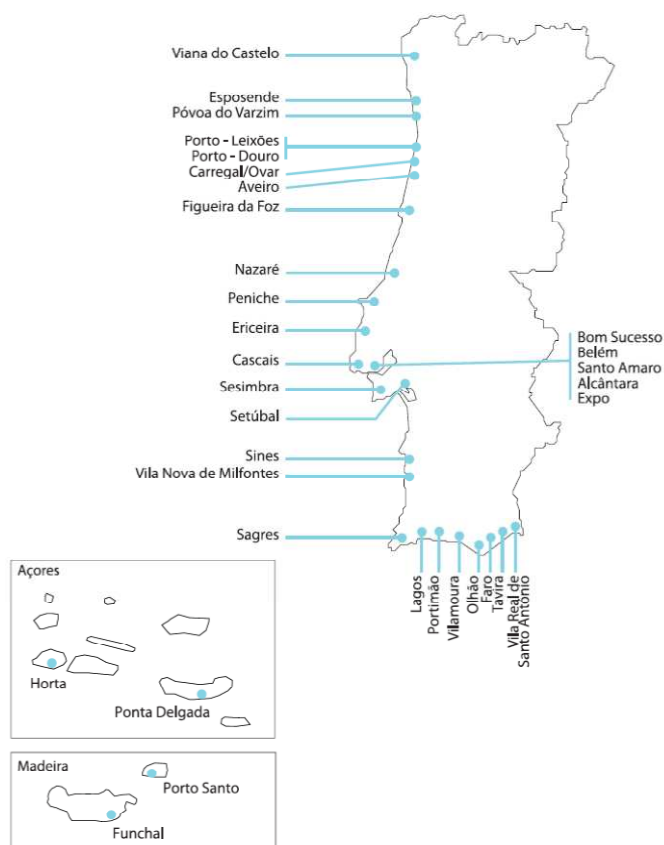
²³ Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo Náutico, 2006

²⁴ “excelentes condições naturais (mar, clima, etc.) para a prática de atividades náuticas; ampla rede de instalações náuticas (portos desportivos, marinas, etc.) com todos os equipamentos e serviços necessários (energia, água, tratamento de resíduos, etc.) com boa acessibilidade; oferta de cursos de aprendizagem de desportos náuticos; oferta de alojamento e restauração nas zonas envolventes dos locais onde se realizam desportos náuticos” (Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo Náutico, 2006)

²⁵ “legislação adequada, estimulando o desenvolvimento das atividades náuticorecreativas; elevado número de empresas especializadas; ampla e variada oferta de atividades em todas as tipologias de desportos náuticos; serviços de elevada qualidade; presença de construtores de embarcações de reconhecido prestígio internacional; ampla cobertura de serviços e empresas de apoio especializadas (manutenção, reparação, venda de material e equipamento, etc.); desenvolvimento de produtos integrados de oferta desportiva e alojamento (estações náuticas); excelentes condições de segurança nos portos desportivos e marinas; realização de eventos desportivos de nível internacional (regatas e outros eventos náuticos); ampla e variada oferta de entretenimento e serviços complementares nas zonas envolventes dos locais para a prática de desportos náuticos; disponibilidade de pessoal qualificado (tripulação, instrutores, etc.), com conhecimento de idiomas e experiência no apoio aos turistas; eficaz funcionamento de serviços de resgate e serviços médicos de urgência” (Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo Náutico, 2006)

boas condições naturais apresenta um conjunto de infraestruturas náuticas – marinas e portos náuticos (Carregal/Ovar, Aveiro e Figueira da Foz); ancoradouros/cais de acostagem (7 na Ria de Aveiro e 3 no rio Mondego e Barragem da Aguieira); estaleiros de náutica tradicional (2); estaleiros de náutica de recreio (4 na Ria de Aveiro e 1 na Foz do Rio Mondego) -, e empresas especializadas, federações e associações nacionais que dinamizam e garantem a realização dos seguintes desportos náuticos: bodyboard, canoagem, mergulho, motonáutica, kitesurf, nautimodelismo, natação de águas abertas, pesca desportiva, remo, surf, vela e windsurf.

Na Figura 6.5 apresentam-se as principais marinas e portos náuticos em Portugal.



Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo Náutico, 2006

Figura 6.5 – Principais marinas e portos náuticos em Portugal

6.2.8. Gastronomia e Vinhos

O turismo de gastronomia e vinhos tem por motivação principal “usufruir de produtos típicos e aprofundar o conhecimento sobre o património enológico e gastronómico de um território”²⁶. A área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis é detentora de uma vasta oferta gastronómica e enológica, a qual é, por si só, um produto turístico como também se integra em rotas turísticas.

²⁶ Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Gastronomia e Vinhos, 2006



Deste modo, destacam-se alguns dos seus produtos regionais, nomeadamente com i) Denominação de Origem Protegida (DOP) (queijos, carnes e enchidos, azeite, mel, maçã bravo de Esmolfe); ii) Indicação Geográfica Protegida (IGP) como os Ovos Moles de Aveiro, o Cabrito da Gralheira e a Vitela de Lafões (Viseu); ou considerados iii) Especialidade Tradicional Garantida (ETG) como é o caso do bacalhau de cura tradicional portuguesa de Ílhavo.

Assinalam-se, igualmente, alguns *pratos típicos* como sejam a Chanfana em Coimbra, o Leitão Assado da Bairrada na Mealhada e o Rancho à Moda de Viseu, em Viseu. Por outro lado, a profusão de conventos no Centro de Portugal é responsável pela *doçaria conventual* da qual se destaca os ovos-moles de Aveiro, os pastéis de Tentúgal (Montemor-o-Velho), os pastéis de Lorvão (Penacova), os pastéis de Vouzela e os pastéis de Mangualde (conhecidos como Feijão do Patronato).

Complementarmente, assinala-se a *produção de espumantes e vinhos* das Regiões Demarcadas da Bairrada e do Dão, com a existência de várias quintas e adegas cooperativas assim como a constituição da “Rota da Bairrada” (Anadia) e da “Rota do Vinho do Dão” (Viseu).

Por último, ressalta-se a existência do “Guia de Eventos Gastronómicos” publicado pelo Turismo do Centro (www.turismodocentro.pt) que dá a conhecer a data, localização e tipo de evento.

6.2.9. Negócios

Assinala-se que a área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis apresenta vários espaços para a realização de reuniões e congressos, como sejam auditórios, salas e outros espaços nomeadamente em Coimbra, Figueira da Foz, Mealhada, Cantanhede, Viseu, Tondela, Castro Daire, Aveiro e Ílhavo.

No Quadro 6.6 apresenta-se o *Ranking* de cidades europeias em número de reuniões.

A existência destes equipamentos, e os serviços a eles associados potencia o “Turismo de Negócios” que pressupõe viagens cujo motivo principal é o de assistir/participar numa reunião. Todavia, este tipo de turismo apresenta um cariz pouco expressivo, sendo Lisboa, Porto e Estoril as únicas cidades nacionais a constar do ranking de cidades europeias em número de reuniões.

Quadro 6.6 – *Ranking* de cidades europeias em número de reuniões (2003)

Ranking	Cidade	Nº reuniões
1	Viena	93
2	Barcelona	81
3	Estocolmo	72
4	Berlim	63
5	Lisboa	63
6	Copenhaga	60
7	Helsínquia	59
8	Praga	49
9	Budapeste	48
10	Madrid	48
11	Paris	48
12	Amesterdão	42
13	Dublin	41
14	Edimburgo	38
15	Roma	37
16	Istambul	35
17	Londres	35
18	Génova	31
19	Glasgow	31
20	Oslo	31
35	Porto	12
68	Estoril	7

Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Negócios, 2006

6.3. Políticas e planos sectoriais

No presente capítulo efetuar-se-á uma análise documental que consistiu na pesquisa dos documentos sectoriais e regionais com relevância especial para o setor do Turismo na área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis. Deste modo, atente-se aos seguintes documentos:

- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.
- Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira.
- Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo.
- Plano Estratégico Nacional do Turismo.
- Programa Nacional de Turismo de Natureza.
- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território.
- Quadro de Referência Estratégico Nacional.
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.

6.3.1. Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas

A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC)²⁷ pretende aumentar a consciencialização sobre as alterações climáticas, manter atualizado e disponível o conhecimento científico sobre as mesmas e os seus impactes e, ainda, reforçar

²⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, de 1 de abril de 2010



as medidas que Portugal terá de adotar, à semelhança da comunidade internacional, com vista ao controlo dos seus efeitos.

De acordo com este documento, as alterações climáticas são consideradas como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade, daí a necessidade de adaptação às mesmas.

Neste sentido, a ENAAC estrutura-se de acordo com os quatro objetivos seguintes:

- Informação e conhecimento.
- Redução da vulnerabilidade e aumento da capacidade de resposta.
- Promoção da participação, sensibilização e divulgação.
- Desenvolvimento da cooperação internacional.

A ENAAC implicará medidas de adaptação as quais são consideradas “a resposta que os vários decisores e agentes devem tomar para fazer face aos riscos e impactes resultantes das alterações climáticas que foram previamente identificados. O objetivo dessas medidas pode ser: anular ou reduzir significativamente o risco de danos; potenciar os benefícios; reduzir ou mitigar as consequências de fenómenos resultantes das alterações do clima”.

Entre outros impactes, destacam-se as implicações que as alterações climáticas terão ao nível do turismo, nomeadamente do turismo de Sol e Mar, sobretudo no Sul da Europa, em que as projeções apontam para temperaturas mais altas e situações de seca, redução das disponibilidades hídricas e consequente diminuição da potência hídrica e redução da produtividade agrícola.

Por conseguinte, no âmbito desta estratégia, o turismo corresponde a um dos setores para o qual serão desenvolvidas ações tendo em vista a sua adaptação aos efeitos das alterações climáticas, uma vez que se considera *“uma atividade muito importante para Portugal cuja atratividade está fortemente dependente das condições meteorológicas experimentadas pelos turistas (...)”. Adicionalmente, muito do turismo nacional desenvolve-se na faixa costeira e está muito dependente da existência e qualidade das zonas balneares, previsivelmente afetadas de forma negativa pela subida gradual das águas do mar e pela alteração do regime hidrológico e consequente disponibilidade de água doce de suporte às atividades turísticas”*.

Como tal, as medidas de adaptação deverão ser planeadas à escala das bacias hidrográficas, ou seja, no âmbito do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis.

6.3.2. Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira

A Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)²⁸ “foi delineada definindo uma visão para um período de 20 anos, sem prejuízo de recorrer aos mecanismos

²⁸ Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2009

de avaliação e revisão necessários, assumindo assim o carácter exigido por um documento de natureza estratégica e de longo prazo”²⁹.

Integra-se no âmbito da Gestão Integrada da Zona Costeira que “procura conciliar as diferentes políticas com impacto na zona costeira de acordo com um quadro de referência que facilite a ponderação de interesses e a coordenação das intervenções de todos os que são responsáveis e estão envolvidos na utilização, ordenamento, planeamento, gestão e desenvolvimento destas áreas”. Por conseguinte, a “missão da ENGIZC é garantir a adequada articulação e coordenação das políticas e dos instrumentos que asseguram o desenvolvimento sustentável da zona costeira”, nomeadamente as convenções internacionais e as orientações comunitárias e nacionais que lhe servem de enquadramento.

Enunciam-se seguidamente os objetivos (de carácter temático e transversal) da ENGIZC:

- Objetivos temáticos.
- Conservar e valorizar os recursos e o património natural, paisagístico e cultural.
- Antecipar, prevenir e gerir situações de risco e de impactos de natureza ambiental, social e económica.
- Promover o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos da zona costeira.
- Aprofundar o conhecimento científico sobre os sistemas, os ecossistemas e as paisagens costeiras.
- Objetivos transversais;
- Desenvolver a cooperação internacional.
- Reforçar e promover a articulação institucional e a coordenação de políticas e instrumentos.
- Desenvolver mecanismos e redes de monitorização e observação.
- Promover a informação e a participação pública.

De acordo com esta estratégia, o turismo é considerado uma atividade passível “*de gerar impactes negativos e de natureza cumulativa nos ambientes costeiros*”, nomeadamente pela:

- Urbanização de ambientes naturais.
- Ocupação de áreas sensíveis do ponto de vista do risco.
- Perda de biodiversidade resultante, por exemplo, da erosão das dunas e de outros ecossistemas costeiros, devido às construções e a pressões originadas pela fruição da zona costeira.
- Descaracterização da zona costeira e perda do seu valor cénico.

²⁹ http://www.inag.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=202:engizc

De acordo com o documento em análise, as consequências da degradação dos ambientes costeiros, tanto a nível ambiental como económico são negativas e muito significativas, destacando-se a diminuição da atratividade do território para o turismo e lazer, o que dificultará, podendo mesmo impedir, a emergência de um turismo de qualidade.

De entre as 20 medidas apresentadas na ENGIZC, o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis deverá estar em conformidade e contribuir, de forma direta e indireta, para medidas e metas da ENGIZC no que concerne ao setor do turismo (essencialmente de sol e mar e náutico) – Quadro 6.7.

Quadro 6.7 – Medidas e metas do ENGIZC

Medida	Metas
<ul style="list-style-type: none">■ M_01: Reforçar e promover um quadro normativo específico para a gestão da zona costeira	<ul style="list-style-type: none">■ Instituição do modelo de governança■ Elaboração do Plano sectorial da zona costeira
<ul style="list-style-type: none">■ M_02: Incentivar e efetivar os mecanismos de gestão de utilização da zona costeira	<ul style="list-style-type: none">■ Publicação das portarias de delegação de competências para as áreas sob administração portuária■ Certificação ambiental das áreas portuárias■ Um contrato com associação de utilizadores por região hidrográfica■ 20% das praias com uso balnear sob a gestão municipal
<ul style="list-style-type: none">■ M_03: Clarificar os procedimentos do licenciamento das principais atividades valorizadoras de recursos específicos exercidas na zona costeira	<ul style="list-style-type: none">■ Identificar as etapas processuais do licenciamento dos usos e atividades■ Produzir manuais com a clarificação e simplificações processuais no licenciamento das principais atividades económicas valorizadoras de recursos específicos
<ul style="list-style-type: none">■ M_04: Completar a constituição de uma rede coerente e integrada de áreas marinhas	<ul style="list-style-type: none">■ Desenvolver a Rede de Áreas Protegidas Marinhas, nomeadamente com a aprovação das ZPE marinhas até 2010
<ul style="list-style-type: none">■ M_05 – Assegurar a implementação do programa de intervenção prioritária de valorização da Zona Costeira	<ul style="list-style-type: none">■ Executar o Plano de Ação 2007-2013■ Monitorizar e avaliar o Plano de Ação 2007-2013■ Elaborar o Plano de Ação 2013-2019■ Executar o Plano de Ação 2013-2019■ Monitorizar e avaliar o Plano de Ação 2013-2019

Medida	Metas
<ul style="list-style-type: none"> M_07: Identificar e caracterizar as áreas de risco e vulneráveis e tipificar mecanismo de salvaguarda 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar estudo com a previsão da evolução da linha de costa Elaborar estudo para identificar na zona costeira os diferentes tipos de risco e tipificar mecanismos de salvaguarda Consagrar nos IGT o conceito de zona tampão associado a normas de contenção da ocupação
<ul style="list-style-type: none"> M_10: Promover a elaboração do cadastro das margens dominais e avaliar a regularidade das situações de ocupação do domínio público marítimo 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar o inventário das áreas do domínio público marítimo em 70% da zona costeira do continente Elaborar o inventário das áreas do domínio público marítimo em 50% da zona costeira das regiões autónomas Elaborar o inventário das áreas do domínio hídrico na restante zona costeira Eliminar os usos e ocupações ilegais do domínio público marítimo Promover a delimitação oficiosa do domínio público marítimo
<ul style="list-style-type: none"> M_12: Criar um quadro de referência estratégico para o desenvolvimento de atividades económicas de elevado valor acrescentado dirigidas à valorização dos recursos marinhos 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar um estudo com o quadro de referência das atividades económicas do Mar Programa de divulgação de resultados
<ul style="list-style-type: none"> M_13: Promover a criação de condições favoráveis ao acolhimento e ao desenvolvimento de atividades da náutica de recreio e de turismo sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Guia sobre a náutica de recreio Marinas e portos de recreio portugueses certificados Programa de promoção internacional de um produto de turismo náutico assente numa rede de infraestruturas náuticas nacionais Roteiro sobre o turismo na zona costeira
<ul style="list-style-type: none"> M_14: Promover publicações técnicas sobre as boas práticas para os usos e atividades sustentáveis da zona costeira 	<ul style="list-style-type: none"> Três fascículos técnicos por ano
<ul style="list-style-type: none"> M_18: Desenvolver um programa nacional de monitorização dos sistemas costeiros, das comunidades bióticas e da qualidade ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Definição dos indicadores e parâmetros a monitorizar, bem como dos parâmetros de monitorização Primeiro programa de monitorização decenal iniciado com cobertura total da zona costeira continental e insular



6.3.3. Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo

O Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM) é um plano setorial³⁰ que se encontra, atualmente em fase de discussão pública, e foi realizado com o objetivo fundamental de *“(...) ordenar os usos e atividades do espaço marítimo, presentes e futuros, em estreita articulação com a gestão da zona costeira, garantindo a utilização sustentável dos recursos, a sua preservação e recuperação, potenciando a utilização eficiente do espaço marinho, no quadro de uma abordagem integrada e intersectorial, e fomentando a importância económica, ambiental e social do mar.”*

Assim, de acordo com o Volume 1 - Enquadramento do POEM³¹, este plano terá os seguintes objetivos:

- “Efetuar o levantamento de todas as atividades que se desenvolvem nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição portuguesa, cartografando essas atividades e identificando o respetivo grau de dependência das comunidades locais e delimitar os espaços já consignados.
- Ordenar os usos e atividades do espaço marítimo, presentes e futuros, em estreita articulação com a gestão da zona costeira.
- Garantir a utilização sustentável dos recursos, a sua preservação e recuperação, potenciando a utilização eficiente do espaço marítimo no quadro de uma abordagem integrada e intersetorial.
- Definir os parâmetros de desenvolvimento sustentado de cada atividade e do espaço marítimo em que cada uma se poderá desenvolver.
- Definir outras atividades passíveis de desenvolvimento a médio e longo prazo.
- Fomentar a importância económica, ambiental e social do mar.
- Definir as orientações para o desenvolvimento de indicadores de avaliação do desempenho sustentável das atividades marítimas e respetiva monitorização”.
- Este plano assenta “(...) nos princípios do desenvolvimento sustentável, da precaução e da abordagem ecossistémica, através do levantamento e ordenamento das utilizações existentes e futuras, permitindo dar suporte a uma gestão verdadeiramente integrada, progressiva e adaptativa do oceano e da zona costeira e do desenvolvimento das atividades que lhes estão associadas”.

³⁰ A elaboração foi determinada através do Despacho n.º 32277/2008 (da CIAM), de 18 de dezembro, considerando o disposto no n.º 2 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

³¹ Versão para Discussão Pública, novembro de 2010

- No âmbito deste plano procura-se identificar, avaliar e ponderar os eventuais conflitos no espaço marítimo, numa tentativa de articular e compatibilizar os vários interesses concorrentes nomeadamente, navegação e transporte marítimo, pescas, aquicultura, extração de hidrocarbonetos e recursos minerais não energéticos, produção de energia ao largo e turismo. Portanto, de entre os temas nucleares de atividades, utilizações e funções do mar destaca-se o Turismo Náutico, que integra os “campos de regatas”, no que concerne às regatas de vela, e “outras áreas do turismo náutico” onde ocorrem todas as outras atividades que se incluem no setor de atividade do Turismo Náutico, como o turismo de cruzeiro, os desportos náuticos, a náutica de recreio, as atividades marítimo-turísticas, e as provas náuticas diversas.

Relativamente às orientações sectoriais constantes deste Plano (Volume 2 – Proposta de Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo³²), no que concerne ao turismo náutico (náutica de recreio e cruzeiros), destaca-se que:

- “A navegação de recreio e as atividades marítimo-turísticas podem ocorrer livremente em toda a área de intervenção do POEM, respeitando as regulamentações de navegação em vigor, (...) bem como as distâncias aos portos de acordo com as classes de navegação das embarcações e o nível de habilitação do timoneiro, no caso da navegação de recreio, e de acordo com os requisitos legais e registo do operador marítimo turístico para o segundo caso.
- Os desportos náuticos praticados nas praias obedecerão ao previsto nos planos de praia que integram os POOC; em Áreas Protegidas deverão ser enquadrados pelas cartas de Desporto de Natureza.
- As atividades turísticas apenas são afetadas no espaço marítimo por estruturas fixas ou atividades geradoras de poluição, pelo que a respetiva instalação e desenvolvimento, em área com atividades marítimo-turísticas, deverá ser objeto de articulação com o Turismo de Portugal I.P., podendo, nos restantes casos, promover-se adequada gestão temporal das atividades marítimas.
- As concorrências identificadas entre campos de regata e os canais de acesso aos portos e zonas de atividade portuária são temporários e deverão ser resolvidos com uma adequada gestão temporal. As regatas carecem de autorização prévia, nomeadamente das autoridades marítimas e portuárias, e serão objeto de publicitação do evento, designadamente através de Avisos à Navegação.
- Na instalação de parques eólicos deve ser ponderado o seu impacte visual na atividade turística, auscultando o Turismo de Portugal, I.P.”

Assinalam-se, seguidamente, as medidas estruturantes do POEM direcionadas para o turismo náutico e desportos náuticos (Programa de Ação, Volume 2 – Proposta de Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo³³):

³² Versão para Discussão Pública, novembro de 2010

³³ Versão para Discussão Pública, novembro de 2010



- “B.1.4 Potenciar novas oportunidades para o turismo náutico, nomeadamente através da identificação dos locais para implantação de novas infraestruturas de apoio à náutica de recreio e da caracterização das infraestruturas existentes contribuindo para a sua requalificação e para a melhoria dos serviços prestados, bem como dos locais com melhor aptidão para apoio e prática de atividades marítimo-turísticas.
- B.1.5 Identificar e caracterizar os locais com melhor aptidão para a prática dos desportos náuticos, nomeadamente os de vento, onda e subaquáticos, as infraestruturas e equipamentos de apoio correspondentes, incluindo clubes e escolas, e os serviços por eles prestados e propor formas de assegurar a sua requalificação e a melhoria da qualidade dos serviços”.
- Por último, ressalta-se que o Relatório Ambiental que acompanha o POEM, no capítulo relativo a Qualidade Ambiental e Riscos, refere que as atividades de turismo de natureza no mar assim como as atividades marítimo-turísticas, nas quais se integram as práticas desportivas motorizadas e não motorizadas, apresentam bastante potencial em termos de valorização sustentável dos ecossistemas marinhos desde que adequadamente regulamentadas. Refere ainda que estas atividades devem ser praticadas de acordo com a capacidade de carga do meio e seguir regras determinadas, por exemplo, regras de aproximação da fauna, habitats particularmente sensíveis e frágeis, deposição de lixo e resíduos, ruído, de maneira a não perturbar os ecossistemas. Ainda em termos de riscos ambientais, alerta-se igualmente neste documento para a concentração no litoral das principais áreas urbanas e industriais, bem como das áreas de turismo intensivo, alternadas com áreas naturais, rurais e de pesca e das diferentes áreas portuárias, portos de pesca e de recreio que induzem pressões ambientais sobre a zona costeira, motivando conflitos de uso entre as atividades existentes e conduzindo a problemas de qualidade das águas costeiras e *offshore*.

6.3.4. Plano Estratégico Nacional de Turismo

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)³⁴ estabelece a estratégia de desenvolvimento nacional para o setor do Turismo, tendo por objetivo a qualificação e o desenvolvimento do turismo nacional. Para tal, apresenta a seguinte visão (Quadro 6.8):

³⁴ Turismo de Portugal, I.P., 2007

Quadro 6.8 – PENT: Visão

> Um dos destinos de maior crescimento na Europa, alavancado numa proposta de valor suportada em características distintivas e inovadoras do país

> Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancado na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas

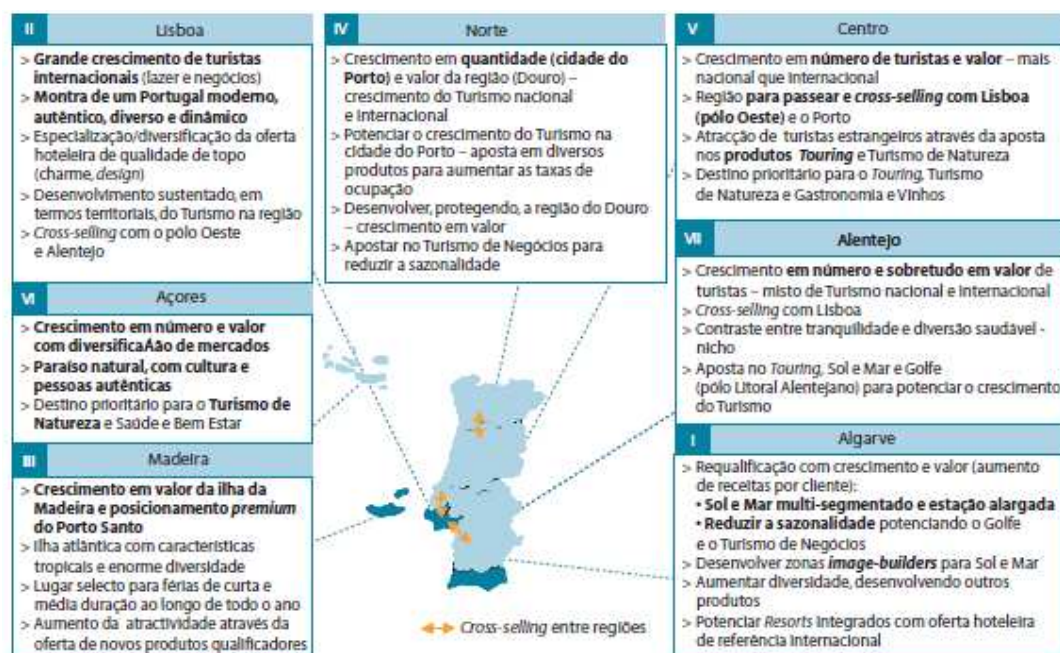
> Importância crescente na economia, constituindo-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional

Fonte: Turismo de Portugal, Plano Estratégico Nacional do Turismo, 2007

O PENT promove a consolidação e o desenvolvimento de 10 produtos turísticos estratégicos em Portugal como seja:

- Sol e Mar
- *Touring* Cultural e Paisagístico
- City Break
- Turismo de Negócios
- Turismo de Natureza
- Turismo Náutico (inclui os Cruzeiros)
- Saúde e Bem-estar
- Golfe
- Resorts Integrados e Turismo Residencial
- Gastronomia e Vinhos

Por conseguinte, para cada região, o PENT define os seguintes objetivos (Figura 6.6).



Fonte: Turismo de Portugal, Plano Estratégico Nacional do Turismo, 2007

Figura 6.6 – PENT: conceito e objetivo por região

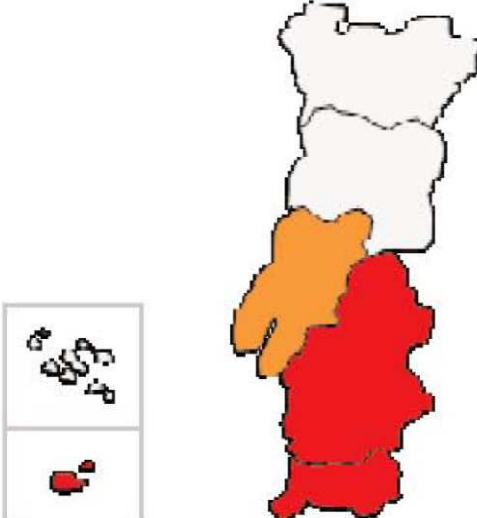
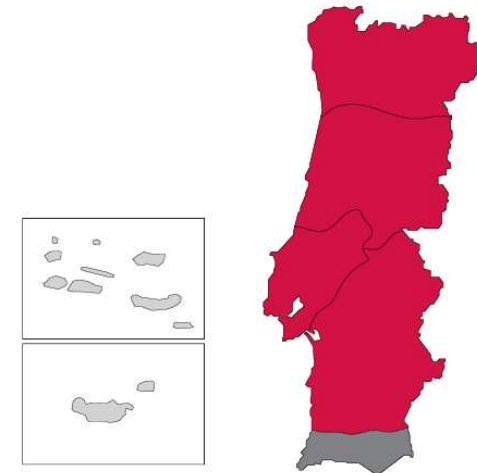
O documento sublinha, também, a importância da articulação das opções de desenvolvimento do Turismo com as opções em outras áreas das políticas públicas nacionais, nomeadamente, o ordenamento do território, o ambiente, o desenvolvimento rural, o património cultural, a saúde, o desporto, as infraestruturas e o transporte aéreo.

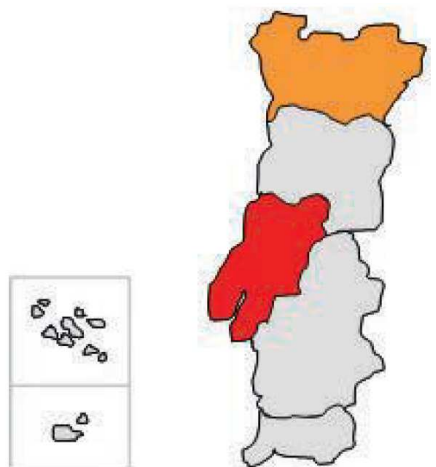

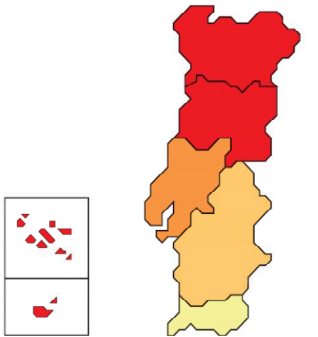
O PENT estabelece como opção estratégica a criação de seis novos pólos de desenvolvimento turístico, um deles o da Serra da Estrela que se localiza na região Centro e na área do plano. A criação do pólo turístico da Serra da Estrela visa o desenvolvimento de um destino diversificado em torno da neve, da natureza e património para o mercado nacional, aproveitando os recursos da Serra, contribuindo também para o desenvolvimento económico da zona, e constituindo uma real alternativa aos pequenos *resorts* de montanha de Espanha. O pólo, circunscrito pelas NUTS III Serra da Estrela Beira Interior Norte e Cova da Beira, abrange toda a área do Parque Natural da Serra da Estrela, e municípios circundantes com importantes recursos naturais, culturais e paisagísticos.

Por sua vez, no que se refere à região do Centro, e mais concretamente à área do PGBH Vouga, Mondego e Lis, os produtos de crescimento que deverão ser desenvolvidos são o *Touring* cultural e paisagístico, o Turismo de Natureza, o Turismo de Saúde e Bem-Estar e o Turismo de Gastronomia e Vinhos. O Turismo de *Resorts* integrados e Turismo Residencial apenas será promovido no Pólo Oeste, ou seja, fora da área deste plano.

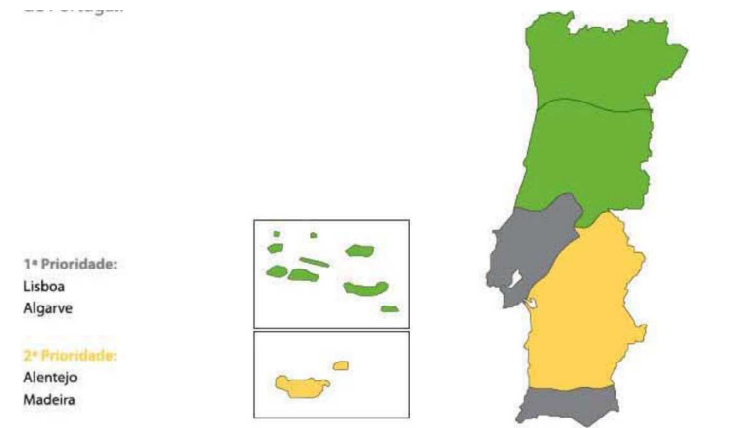
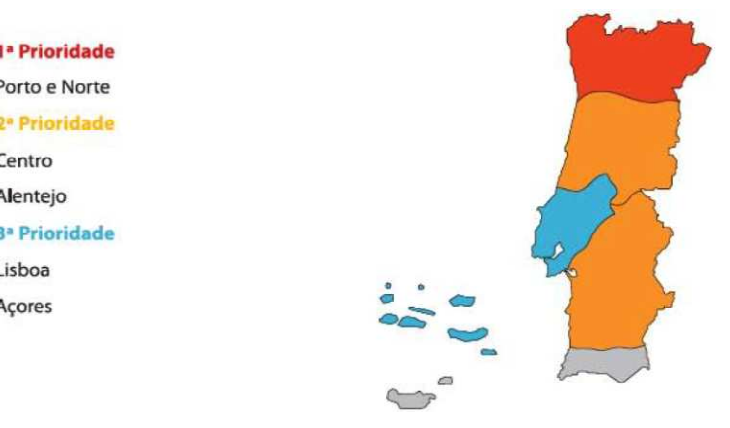
O Quadro 6.9 constitui uma síntese das prioridades de desenvolvimento turístico em Portugal, das linhas de atuação para o Centro e da velocidade de crescimento (estimativa) num horizonte de 10 anos.

Quadro 6.9 – Prioridades de desenvolvimento, linhas de atuação e velocidade de crescimento, por tipologia de turismo

	Prioridades de Desenvolvimento em Portugal	Linhas de Atuação para o Centro	Velocidade de crescimento (estimativa) – Horizonte 10 anos	Fonte
Turismo de Sol e Mar	<p>1ª Prioridade: Algarve Alentejo Madeira</p> <p>2ª Prioridade: Lisboa</p> 		<p>“(…) a velocidade de crescimento deste setor pode ser estabelecida com uma taxa de crescimento anual acumulada de 10%, com crescimento linear de 150%”.</p>	<p>Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Sol e Mar, 2006</p>
Turismo de <i>Touring</i> Cultural e Paisagístico	<p>1ª Prioridade: Porto e Norte Centro Lisboa Alentejo</p> <p>2ª Prioridade: Açores Madeira</p> <p>3ª Prioridade: Algarve</p> 	<p>“O <i>touring</i> na região do Centro está fundamentalmente focalizado no litoral, no eixo Porto-Lisboa que passa por Coimbra. O interior do país, apesar de contar com muitas atrações de interesse turístico, sofre de um processo de desertificação humana, provocando uma baixa atividade empresarial e insuficiente oferta turística. Por esse motivo, Portugal deveria estimular o turismo no interior, seguindo as seguintes linhas de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorização de recursos e atrações “virgens” que possam ser estruturados como produto turístico. - Reabilitar e reconverter edifícios históricos. - Criar itinerários de <i>touring</i> que incluam visitas a locais de interesse natural, histórico-monumental e cidades de média dimensão, num curto espaço de tempo. Por exemplo: Aldeias de Xisto, aldeias históricas, praias fluviais, Parque Natural do Tejo Internacional, Serra da Estrela, etc. Cidades importantes: Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda e Castelo Branco”. 	<p>“(…) a velocidade de crescimento deste setor pode estabelecer-se numa taxa de crescimento anual acumulado de 10%, com um incremento linear de 150%.</p> <p>A taxa de crescimento anual acumulado estimada para Portugal é superior à taxa de crescimento do mercado de viagens de <i>touring</i> a nível internacional (5-7% anual) devido ao reduzido volume de atividade que atualmente Portugal regista neste setor, assim, o potencial de crescimento relativo é maior e mais rápido que noutros destinos que registam já um importante volume de atividade neste setor”.</p>	<p>Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – <i>Touring</i>, 2006</p>

	Prioridades de Desenvolvimento em Portugal	Linhas de Atuação para o Centro	Velocidade de crescimento (estimativa) – Horizonte 10 anos	Fonte
Turismo de City Breaks	<p>1ª Prioridade: Lisboa</p> <p>2ª Prioridade: Porto</p> 		<p>“(…) a velocidade de crescimento deste setor pode estabelecer-se numa taxa de crescimento anual de 10%, com um incremento linear de 150%, para o conjunto do período.</p> <p>Apesar da evolução do mercado europeu de viagens de <i>city breaks</i> crescer a um ritmo elevado (12 – 15% ano), em consequência de vários fatores que favorecem a realização de viagens de curta duração (fracionamento das férias, maior facilidade e menor custo do transporte aéreo, maior facilidade de reserva e compra de viagens, etc.) e de uma oferta cada vez mais atrativa e fortemente promovida, a estimativa da taxa de crescimento para Portugal situa-se ‘apenas’ nos 10% por ano, considerando a intensa concorrência que existe neste setor, no qual já não só concorrem cidades de 1º e 2º níveis, bem como cidades de 3º e, inclusivamente, 4º níveis (...)”.</p>	Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – <i>City Breaks</i> , 2006
Turismo de Negócios	<p>1ª Prioridade: Lisboa</p> <p>2ª Prioridade: Porto e Norte Algarve</p> <p>3ª Prioridade: Madeira</p> 		<p>“(…) a velocidade de crescimento deste setor pode estabelecer-se com uma taxa de crescimento anual acumulado de 5%, com um aumento linear de 75%.</p> <p>Ainda que a evolução do mercado internacional de reuniões associativas se mantenha com taxas relativamente baixas e variáveis (2 – 3% ano), com constantes altos e baixo, o mercado das reuniões internacionais corporativas apresenta melhores perspectivas de crescimento, especialmente na Europa, como consequência de diversos fatores. Entre estes fatores destacam-se a configuração e ampliação de um mercado económico único europeu, a internacionalização das empresas, as maiores facilidades e redução do custo do transporte aéreo, etc.</p> <p>Neste contexto, se cidades como Lisboa e Porto, e destinos turísticos como Algarve e Madeira, reforçam a sua competitividade e aumentam a eficácia da promoção e da comercialização, o conjunto do setor pode crescer de maneira significativa”.</p>	Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Negócios, 2006
Turismo de Natureza	<p>1ª Prioridade: Porto e Norte Centro Açores Madeira</p> <p>2ª Prioridade: Lisboa</p> <p>3ª Prioridade: Alentejo</p>  <p>“No Algarve, o Turismo de Natureza é um produto complementar para a oferta regional”.</p>	<p>“Apesar de contar com bons exemplos de estruturação e desenvolvimento de produtos e rotas de natureza (Aldeias do Xisto, Rota dos Fósseis, Aldeias Históricas, etc.), em geral verifica-se a ausência de infraestruturas e serviços básicos destinados ao uso turístico. Torna-se necessário realizar um esforço na melhoria das vias secundárias, da sinalização das vias, das rotas e itinerários pedestres, aumentar a qualidade e quantidade da oferta de alojamento e de restaurantes, assim como estruturar um maior número de pontos de informação turística e de centros interpretativos”.</p>	<p>“(…) a velocidade de crescimento deste setor pode estabelecer-se numa taxa de crescimento anual de 9%, com um incremento linear de 130%.</p> <p>A taxa de crescimento anual estimada para Portugal é superior à taxa de crescimento do mercado de Turismo de Natureza a nível internacional (7%) pois há que ter em conta que Portugal parte de uma base muito reduzida e, por isso, o potencial de crescimento é maior e mais rápido que noutros destinos que contam com um volume importante de atividade neste setor”.</p>	Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Natureza, 2006

	Prioridades de Desenvolvimento em Portugal	Linhas de Atuação para o Centro	Velocidade de crescimento (estimativa) – Horizonte 10 anos	Fonte
Turismo Náutico	<p>1ª Prioridade: Lisboa Algarve</p> <p>2ª Prioridade: Açores Madeira</p> <p>3ª Prioridade: Porto e Norte Centro Alentejo</p> 	<p>“Para desenvolver o turismo náutico nesta região, é necessário investir na requalificação dos portos obsoletos e na construção de novos portos, assim como incentivar as empresas que operam no setor a criarem atividades e experiências turísticas”.</p>	<p>“(…) a velocidade de crescimento deste setor pode estabelecer-se numa taxa de crescimento anual acumulado de 11%, com um incremento linear de 175%.</p> <p>A taxa de crescimento anual acumulado estimada para Portugal é ligeiramente superior à taxa de crescimento do mercado de Turismo Náutico a nível internacional (8 – 10% ano), em termos relativos, devido à margem de crescimento que é maior, como consequência do reduzido volume de atividade atual e ao grande potencial que Portugal dispõe. Pode ser convertido em realidade se se tomarem as medidas oportunas para o arranque do setor, tanto no que respeita à ordenação e regulação das atividades como ao desenvolvimento da oferta”.</p>	<p>Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo Náutico, 2006</p>
Turismo de Saúde e Bem-estar (Termalismo)	<p>1ª Prioridade: Açores Madeira</p> <p>2ª Prioridade: Porto e Norte Centro Lisboa Alentejo Algarve</p> 	<p>“Na região Centro existe uma grande concentração de estâncias termais muito focalizadas na área da saúde. A fim de alterar esta situação, é necessário centralizar o desenvolvimento da oferta na requalificação progressiva e na modernização da oferta dos balneários existentes, com base no desenvolvimento de experiências originais e inovadoras de termalismo e na criação de uma rede que integre todas as estâncias termais, assim como wellness facilities”.</p>	<p>“(…) a velocidade de crescimento deste setor pode estabelecer-se numa taxa de crescimento anual acumulado de 8%, com um aumento linear de 110%”, ou seja, “(…) situa-se no ponto intermédio das previsões de crescimento deste mercado a nível internacional (5-10%), pois há que considerar que Portugal parte de um volume de atividade reduzido neste setor – pelo que o potencial de crescimento é relativamente maior e mais rápido que noutros destinos mais consolidados – e o custo dos investimentos necessários ao desenvolvimento de projetos volumosos é elevado, o que pode provocar um crescimento relativamente mais lento do que o do conjunto do mercado”.</p>	<p>Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Saúde e Bem-Estar, 2006</p>

	Prioridades de Desenvolvimento em Portugal	Linhas de Atuação para o Centro	Velocidade de crescimento (estimativa) – Horizonte 10 anos	Fonte																																								
Turismo de Golfe	 <p>1ª Prioridade: Lisboa Algarve</p> <p>2ª Prioridade: Alentejo Madeira</p> <p>Nos Açores e no Porto e Norte [inclui igualmente o Centro, como se observa na figura] “o eventual desenvolvimento do Turismo de Golfe é feito como um produto complementar, para ampliar e enriquecer a oferta principal destes destinos”.</p>		<p>“A taxa de crescimento anual acumulada estimada para Portugal, situa-se no máximo previsto para este mercado a nível internacional (7%). (...) Por outro lado, o crescimento da componente básica da oferta (campos de golfe) não é provável que seja superior ao ritmo de crescimento do mercado”.</p>	<p>Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Golfe, 2006</p>																																								
Turismo de Resorts Integrados e Turismo Residencial	<p>Perspectivas futuras Resorts Integrados em Portugal</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Zona</th><th>Investimento</th><th>Dimensão total</th><th>Área construção</th><th>Total unidades</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Oeste</td><td>1.600</td><td>2.000</td><td>700.000</td><td>3.900</td></tr> <tr> <td>Ribatejo</td><td>1.500</td><td>2.000</td><td>370.000</td><td>2.300</td></tr> <tr> <td>Costa Azul</td><td>2.500</td><td>10.000</td><td>5.250.000</td><td>15.800</td></tr> <tr> <td>Costa Alentejana</td><td>1.500</td><td>20.700</td><td>300.000</td><td>1.200</td></tr> <tr> <td>Alentejo</td><td>1.700</td><td>5.500</td><td>18.160.000</td><td>5.900</td></tr> <tr> <td>Algarve</td><td>3.900</td><td>4.500</td><td>1.690.000</td><td>8.800</td></tr> <tr> <td>Total</td><td>12.700</td><td>44.700</td><td>26.470.000</td><td>37.900</td></tr> </tbody> </table> <p>Fontes: Regiões de Turismo, CCDR, Imprensa e ILM Hospitality & Tourism Advisers</p>	Zona	Investimento	Dimensão total	Área construção	Total unidades	Oeste	1.600	2.000	700.000	3.900	Ribatejo	1.500	2.000	370.000	2.300	Costa Azul	2.500	10.000	5.250.000	15.800	Costa Alentejana	1.500	20.700	300.000	1.200	Alentejo	1.700	5.500	18.160.000	5.900	Algarve	3.900	4.500	1.690.000	8.800	Total	12.700	44.700	26.470.000	37.900	<p>“(...) parte importante dos projetos estão localizados no Algarve e no Oeste, somando 50% dos futuros resorts planeados”.</p>	<p>“Segundo as previsões para os próximos 10 anos, Portugal vai receber investimentos superiores a 12.000 milhões de euros, em novos resorts, o que se traduzirá em mais de 30 grandes projetos e cerca de 38.000 novas unidades residenciais em Resorts Integrados”.</p>	<p>Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Resorts Integrados e Turismo Residencial, 2006</p>
Zona	Investimento	Dimensão total	Área construção	Total unidades																																								
Oeste	1.600	2.000	700.000	3.900																																								
Ribatejo	1.500	2.000	370.000	2.300																																								
Costa Azul	2.500	10.000	5.250.000	15.800																																								
Costa Alentejana	1.500	20.700	300.000	1.200																																								
Alentejo	1.700	5.500	18.160.000	5.900																																								
Algarve	3.900	4.500	1.690.000	8.800																																								
Total	12.700	44.700	26.470.000	37.900																																								
Turismo de Gastronomia e Vinhos	 <p>1ª Prioridade Porto e Norte</p> <p>2ª Prioridade Centro</p> <p>3ª Prioridade Alentejo Lisboa Açores</p> <p>“No Algarve e Madeira o turismo de Gastronomia e Vinhos é considerado um produto complementar à oferta destas regiões”.</p>	<p>“A região do Centro é famosa especialmente pelo vinho do Dão. É uma região com um bom potencial de desenvolvimento deste tipo de produto graças aos seus excelentes vinhos, paisagens naturais e rica gastronomia local.</p> <p>Contudo, o turismo de Gastronomia & Vinho na região está num grau de desenvolvimento muito baixo. As adegas não estão preparadas para receber turistas, e os restaurantes que se encontram na região são de fraca qualidade.</p> <p>Neste caso, recomenda-se criar e estruturar as condições básicas para o desenvolvimento deste produto, i.e., criar rotas, sinalização, adequação das adegas à atividade turística, modernização dos restaurantes, etc.</p> <p>(...)</p> <p>É importante na estruturação de uma rota, definir uma porta de entrada eficaz, que confira força e prestígio ao conjunto da rota, assim como uma porta de chegada também potente, que proporcione uma meta física e emocional aos viajantes. Outro fator importante é a constituição de uma variada e equilibrada combinação dos elementos que constituem o corpo da rota, entre o ponto de entrada e o de chegada: adegas, restaurantes, alojamento, comércio, museus e centros de interpretação, lojas especializadas, povoações, sítios de interesse paisagístico, monumentos, etc.”.</p>	<p>“(...) a velocidade de crescimento deste setor pode estabelecer-se numa taxa de crescimento anual acumulado de 12% com um incremento linear de 130%.</p> <p>A taxa de crescimento anual acumulado estimada para Portugal situa-se no extremo superior das previsões de crescimento deste mercado a nível internacional (8 - 12%), e justifica-se porque Portugal parte de uma base reduzida neste setor e, como tal, o potencial de crescimento é relativamente maior e mais rápido do que noutros destinos já consolidados, como, por exemplo, França e Itália”.</p>	<p>Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Gastronomia e Vinhos, 2006</p>																																								

6.3.5. Programa Nacional de Turismo de Natureza

O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)³⁵ “aplica-se à Rede Nacional de Áreas Protegidas e visa a promoção e afirmação dos valores e potencialidades que estes espaços encerram, especializando uma atividade turística, sob a denominação «turismo de natureza», e propiciando a criação de produtos turísticos adequados. Acresce-se que o turismo de natureza será devidamente regulamentado e estabelecido em diplomas próprios.

Deste modo, o PNTN terá vários objetivos que consubstanciam a necessidade de consagrar a integração e sustentabilidade, pelo que a sua estratégia assentará nos seguintes vetores:

- Conservação da natureza.
- Desenvolvimento local.
- Qualificação da oferta turística.
- Diversificação da atividade turística.

“No âmbito da implementação do PNTN, devem ser concretizadas as seguintes medidas:

- Elaboração do plano de promoção do PNTN e das ações nele contempladas, que será elaborado pelo Instituto da Conservação da Natureza (ICN) e pela Direção-Geral do Turismo (DGT).
- Elaboração de um guia do turismo de natureza que será elaborado pelo ICN e pela DGT.
- Elaboração de um plano de formação profissional, que será efetuado pelo Instituto Nacional de Formação Turística em parceria com o ICN.
- Elaboração de um código de conduta para o turismo de natureza, que deverá ser efetuado pelo ICN e pela DGT, podendo ser ouvidas outras entidades com reconhecida competência na matéria, em estreita colaboração com o Instituto Nacional de Desporto, no tocante a matérias da sua competência”.

6.3.6. Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)³⁶ contempla orientações estratégicas para o desenvolvimento e coesão do território nacional, assumindo-se como o quadro referencial de compromissos das políticas com incidência territorial, nomeadamente para os instrumentos de gestão territorial. Portanto, o PNPOT define a estratégia de desenvolvimento para o “Portugal 2025”, sistematizada através de um plano de ação que contempla um conjunto articulado de objetivos estratégicos, objetivos específicos e medidas prioritárias.

Define os seguintes objetivos estratégicos para Portugal:

³⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de agosto de 1998

³⁶ Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, publicada no Diário da República n.º 170, I Série, de 4 de setembro de 2007



- Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.
- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibéricos, europeu, atlântico e global.
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.
- Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública.
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições”.

Das Opções Estratégicas Territoriais do PNPOT para a Região Centro destacam-se, seguidamente, aquelas que poderão interferir, direta ou indiretamente, no setor do turismo:

- Promover o potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico.
- Valorizar os recursos hídricos e recuperar a qualidade da água, concluindo os projetos integrados de despoluição.
- Proteger e valorizar o litoral e ordenar as dinâmicas urbanas nestas áreas.
- Ordenar os territórios urbanos e, em particular, qualificar as periferias das cidades e revitalizar os centros históricos.
- Ordenar a paisagem, salvaguardar as áreas agrícolas ou de valia ambiental da pressão do uso urbano/ industrial e implementar estruturas ecológicas de âmbito regional e local.
- Ordenar as Áreas Protegidas, articulando níveis elevados de proteção dos valores naturais com o uso sustentável dos recursos, com benefícios económicos e sociais para a população residente.

Por conseguinte, igualmente no que diz respeito ao turismo, para o Centro Litoral, no qual se insere a área de intervenção do PGBH Vouga, Mondego e Lis, as Opções de Desenvolvimento do Território consistem em:

- Compatibilizar o modelo de urbanização e de industrialização difusas com a preservação e valorização do potencial de desenvolvimento das atividades agropecuárias, dos setores da pesca e da aquicultura e do turismo e com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos.

- Promover a valorização integrada dos recursos do litoral e gerir a pressão urbano-turística na zona costeira, de forma a assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais, a qualificação da paisagem e a adequada prevenção dos riscos.

No Plano de Ação deste programa destaca-se, no setor do turismo, o Objetivo Estratégico de “*reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global*”, e concretamente o objetivo específico que contribui para este: “*implementar uma estratégia que promova o aproveitamento sustentável do potencial turístico de Portugal às escalas nacional, regional e local*”. No seguimento deste objetivo, apresentam-se como medidas prioritárias:

- Implementar o Plano Estratégico Nacional de Turismo tendo em vista a definição e delimitação das regiões do País com atual especialização turística ou com significativo potencial de desenvolvimento turístico nas suas múltiplas componentes.
- Elaborar e implementar ou concretizar as estratégias definidas nos Planos sectoriais e de Ordenamento Turístico que definam as linhas orientadoras dos modelos de desenvolvimento pretendidos para as áreas com maiores potencialidades de desenvolvimento turístico.
- Diversificar a oferta estruturada de produtos turísticos numa perspetiva territorial, em particular nos domínios do turismo no espaço rural, cultural e de natureza, potenciando o desenvolvimento de complementaridades sub-regionais e locais.

Neste documento refere-se, ainda, o turismo em espaço rural e o turismo de natureza e cultural como vetores importantes para a diversificação e dinamização dos territórios de baixa densidade e das zonas rurais.

6.3.7. Quadro de Referência Estratégico Nacional

O Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013³⁷ “assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas”. Deste modo, apresenta as seguintes prioridades estratégicas:

- “Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade.
- Promover o crescimento sustentado através, especialmente, dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do

³⁷ Observatório do QCA III - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL - PORTUGAL 2007-2013, 2007



emprego e da melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante.

- Garantir a coesão social atuando, em particular, nos objetivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional, do estímulo às dinâmicas culturais, e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como ator de produtividade e medida de inclusão social.
- Assegurar a qualificação do território e das cidades traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, estimular a descentralização regional da atividade científica e tecnológica, prevenir riscos naturais e tecnológicos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.
- Aumentar a eficiência da governação privilegiando, através de intervenções transversais nos Programas Operacionais relevantes, os objetivos de modernizar as instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e coletivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação”.

No âmbito da execução das prioridades do QREN, assinalam-se seguidamente os investimentos previstos em alguns temas prioritários que se relacionam, de forma direta ou indireta, ao setor do Turismo:

- Turismo.
- Promoção de recursos naturais.
- Proteção e desenvolvimento do património natural.
- Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo.
- Atividades Culturais.
- Proteção e preservação do património cultural.
- Desenvolvimento de infraestruturas culturais.
- Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais.
- Reabilitação Urbana e Rural.
- Projetos integrados de reabilitação urbana e rural.

6.3.8. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

“O Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Centro (PROT-Centro) é um instrumento estratégico que estabelece as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios da Região Centro, enquadra os investimentos

estruturantes a realizar e serve de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território.

Refletindo os princípios, objetivos e orientações consagrados no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e constituindo um quadro de referência estratégico para os Planos Municipais de Ordenamento do Território, o PROT é uma peça fundamental que permite articular e dar coerência ao sistema de gestão territorial desde o nível nacional até ao municipal” (www.ccdrc.pt).

O PROT Centro, para além dos objetivos genéricos³⁸, consonantes com o intuito dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, apresenta os seguintes objetivos estratégicos:

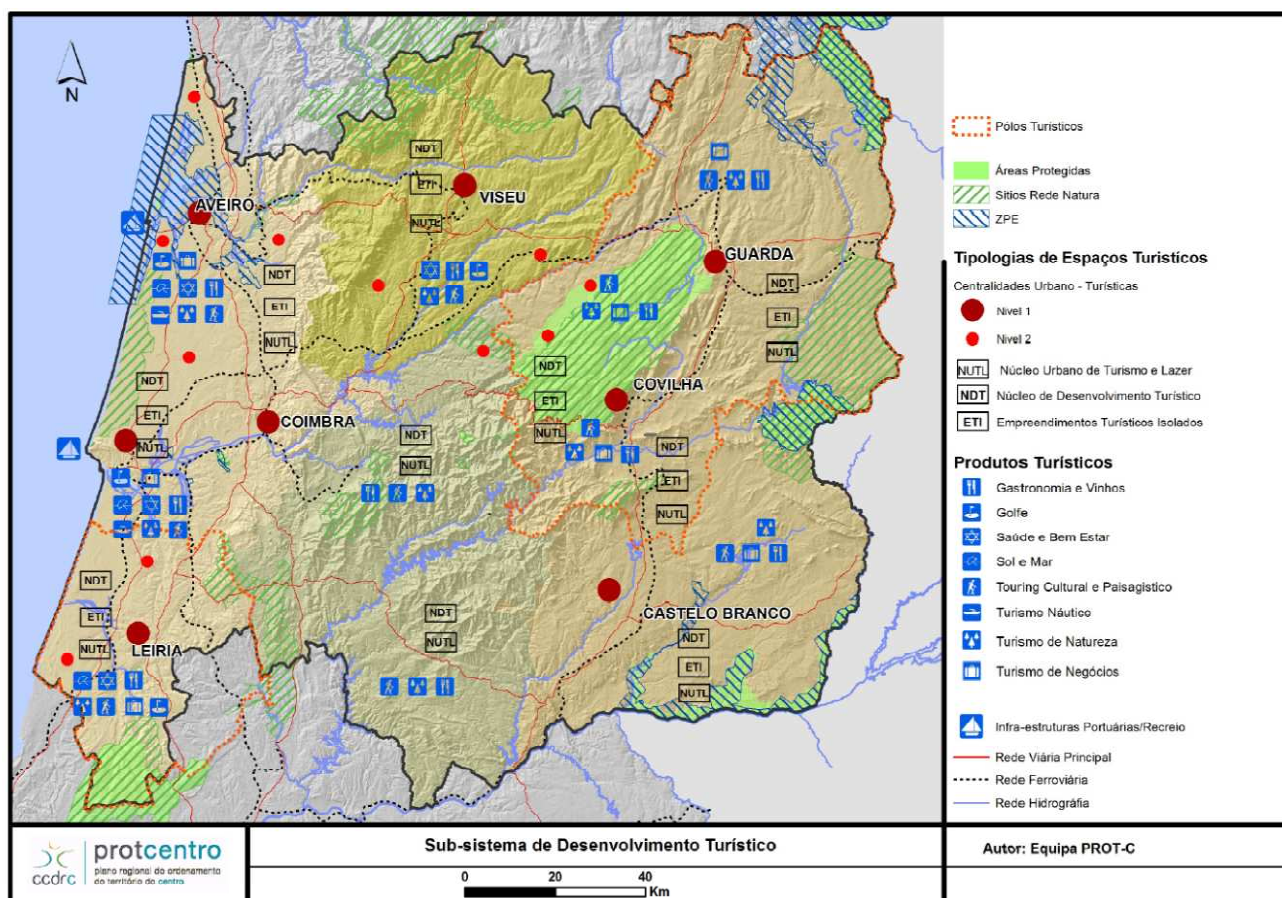
- “O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu.
- A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;
- O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico.
- A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidro-agrícolas.
- O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral.
- O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior” (www.ccdrc.pt).

Apresenta-se seguidamente a proposta de modelo territorial do PROT Centro³⁹ para o desenvolvimento turístico da Região Centro (Figura 6.7).

“O posicionamento geoestratégico da Região Centro possibilita a viabilização e o reforço de complementaridades e sinergias entre recursos turísticos, numa lógica de organização da oferta, através da exploração em rede dos ativos culturais e patrimoniais. A criação e consolidação de rotas regionais e o desenvolvimento de atividades de animação, que associem o recreio e o lazer com o património cultural e ambiental (natural), são a forma de potenciar, nesta perspetiva, os produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)”. Acresce-se que “em contexto de uma próxima e eventual revisão do PENT, é necessário que produtos turísticos representativos na Região, tais como o turismo religioso e o turismo náutico, tenham numa futura versão um maior acolhimento”.

³⁸ Definir diretrizes para o uso, ocupação e transformação do território, num quadro de opções estratégicas estabelecidas a nível regional; Desenvolver, no âmbito regional, as opções constantes do programa nacional da política de ordenamento do território e dos planos sectoriais; Traduzir, em termos espaciais, os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentável formulados no plano de desenvolvimento regional; Equacionar as medidas tendentes à atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais; Servir de base à formulação da estratégia nacional de ordenamento territorial e de quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território” (www.ccdrc.pt).

³⁹ O PROT Centro ainda não está aprovado, tendo terminado a Discussão Pública no dia 30 de novembro de 2010. Está disponível a proposta de PROT Centro no site da CCDR Centro - <https://www.ccdrc.pt/>.



Fonte: Proposta de PROT Centro (www.ccdrc.pt)

Figura 6.7 – PROT Centro: Sub-sistema de Desenvolvimento Turístico

Concretamente, o PROT Centro assinala alguns vetores estratégicos que fundamentam o modelo territorial no que concerne ao desenvolvimento turístico, como seja:

- A promoção das rotas culturais existentes e aproveitamento do potencial para o desenvolvimento de outras rotas culturais.
- A continuação do desenvolvimento de ações relevantes de qualificação e valorização do Litoral, da Rede Nacional de Áreas Protegidas, dos planos de água e das zonas ribeirinhas, no âmbito do Turismo da Natureza.
- A consideração de quatro áreas de ordenamento da atividade turística, onde se podem criar sinergias e integrar recursos e produtos turísticos: Centro Litoral, Dão-Lafões, Pinhal e Beira Interior. Existem na região dois pólos turísticos, a Serra da Estrela, na Beira Interior, e Leiria-Fátima, no Centro Litoral.

Deste modo, o Pólo Turístico da Serra da Estrela “enquanto destino de montanha de referência no país, aposta no desenvolvimento de dois produtos: o *Touring* e o Turismo de Natureza. No *Touring* aposta-se na criação de rotas temáticas, enquanto que para o Turismo de Natureza, consideram-se como principais recursos a explorar, a existência do Parque Natural da Serra da Estrela e a existência de neve. O desenvolvimento deste Pólo

deve, numa perspetiva de animação integrada do setor, inserir-se em iniciativas de cooperação com outros destinos turísticos vizinhos de natureza inter-regional e transfronteiriça (Douro Vinhateiro, Geoparque Naturtejo e Tejo Internacional)”.

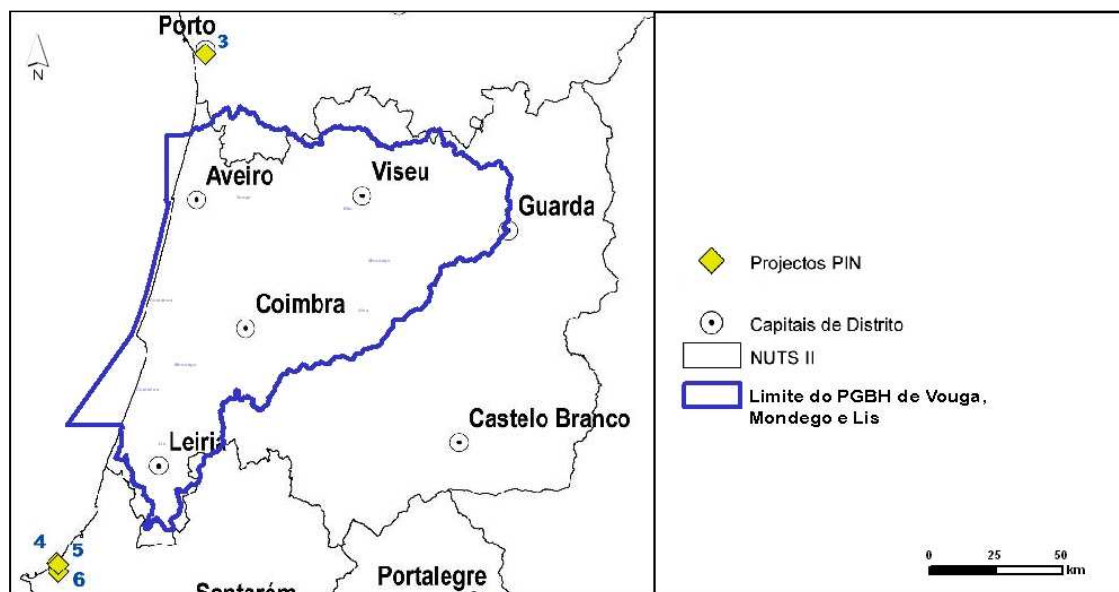
Por outro lado, “o Pólo de Desenvolvimento Turístico de Leiria – Fátima possui recursos turísticos de grande valia: o Santuário de Fátima; o Mosteiro de Batalha, património da humanidade; o Mosteiro de Alcobaça e a Rota do Vidro. Pela sua posição de charneira, um importante fator de articulação inter-regional. O desenvolvimento deste pólo deve articular-se, numa perspetiva integrada no setor, com destinos turísticos vizinhos, como seja o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Oeste. Deve ainda potenciar a articulação com o Médio Tejo, onde o Convento de Cristo, em Tomar, constitui uma âncora importante do *touring*”.

O PROT Centro aponta também um conjunto de Zonas Turísticas de Interesse (ZTI): “que são áreas de reconhecida valia nacional e internacional, do ponto de vista turístico, devido ao seu interesse histórico, patrimonial e urbano - Batalha, Conímbriga / Condeixa e os centros históricos das capitais de distrito. Nestas áreas deve-se privilegiar o investimento público e privado que permita a qualificação urbana, ambiental e paisagística tal como previsto no PENT.

Finalmente, a marca urbana, patrimonial e cultural de Coimbra, com candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da Unesco, pode funcionar como plataforma de entrada de fluxos suscetíveis de prolongamento por outros territórios da Região”.

6.3.9. Projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) na área do turismo

Tal como se observa na Figura 6.8, na área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis não está previsto nenhum Projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN) de índole turística.



Fonte: Turismo de Portugal (www.turismodeportugal.pt)

Figura 6.8 – Projetos de Interesse Nacional (PIN) turísticos em Portugal

6.4. Contribuição dos “stakeholders”

No âmbito do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis, e de modo a operacionalizar a contribuição dos diferentes atores foi organizado, no dia 13 de junho de 2011 (Auditório Laginha Serafim do Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra), um workshop com seis sessões sectoriais dedicadas ao tema “Cenários Prospetivos dos Setores com Impacte sobre os Recursos Hídricos”.

Neste sub-capítulo apresentam-se as contribuições recebidas dos atores sociais com responsabilidades/interesses no setor do turismo, bem como as conclusões do relator da sessão referente ao “Turismo e Atividades de Lazer”.

Por outro lado, no Anexo 6.2 apresenta-se o programa das sessões temáticas, a apresentação geral, a apresentação sectorial e as fichas preenchidas pelos participantes, dizendo respeito a: a) ponto de situação do setor; b) fatores determinantes para o desenvolvimento do setor até 2011, pontos fortes e pontos fracos; c) fatores determinantes para o desenvolvimento do setor entre 2015 e 2027 (pontos fortes e pontos fracos); d) forças emergentes de mudança e e) perspetivas de ação e projetos de futuro.

6.4.1. Participantes e contributos na sessão “Turismo e Atividades de Lazer”

Na sessão referente ao “Turismo e Atividades de Lazer” estiveram presentes os seguintes 9 participantes, que constam do Quadro 6.10.

Quadro 6.10- Participantes na sessão de “Turismo e Atividades de Lazer”

Tipologia	Nome	Número
Empresas	GeoAtributo	1
Associações	Associação De Regantes E Beneficiários Do Vale Do Lis	1
	Liga para a Proteção da Natureza	1
Instituições Públicas	Administração do Porto de Aveiro, S.A.	1
	Administração do Porto de Figueira da Foz, S.A.	
	Turismo do Centro	1
Câmaras Municipais	Câmara Municipal de Montemor-o-Velho	1
	Câmara Municipal de Cantanhede	1
	Câmara Municipal da Figueira da Foz	1
	Câmara Municipal de Oliveira do Bairro	1

Relativamente aos contributos dos participantes, assinalam-se:

- 1 ficha sectorial preenchida com as seguintes considerações:

- Pontos Fortes: “perspetivas de desenvolvimento no setor do turismo da natureza pelo PENT que assenta já em pressupostos ambientais; estrutura regional de valorização ambiental no PROT Centro; costa Atlântica”.
- Pontos Fracos: “desenvolvimento turístico muito focado no turismo de natureza que poderá acarretar incompatibilidades com a conservação da natureza; população flutuante; a legislação relativa ao turismo da natureza refere-se ao turismo em áreas classificadas” ao passo que “ o turismo de natureza referido no PENT não se refere ao mesmo conceito do indicado na legislação. Assim, será necessário que os novos projetos de turismo de natureza respeitem os valores naturais e de biodiversidade e que sejam minimizados os seus efeitos nas massas de água”.
- Comentários enviados à ARH Centro pela Câmara Municipal da Figueira da Foz relativamente ao setor do Turismo, “apenas numa perspetiva de curto-médio prazo”:
- “A existência de um Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas deverá permitir uma maior e necessária articulação entre as várias Entidades intervenientes no território, em particular entre as Câmaras Municipais e a ARH.
- Face às novas ofertas de turismo, além fronteiras, de gama diversificada e baixo custo, e à redução manifesta dos Turistas focalizados em atividade única (produto sol / praia ou outras), a Região do Baixo Mondego deverá apostar em novas atividades e novos públicos com diferentes faixas etárias, tudo apontando para que o Turismo de Natureza possa ser um segmento de grande potencial, face à diversidade dos recursos naturais em presença.
- Para o Baixo Mondego, e no âmbito do Turismo de Natureza, a componente ligada à utilização lúdica das toalhas de água será de importância relevante; à parte os grandes investimentos não expectáveis, considera-se que mais pequenas utilizações da fruição das linhas de água, como a instalação de pequenos ancoradouros, de percursos fluviais, de espaços dedicados à pesca desportiva e de pequenas praias fluviais, poderão ser dinamizadores do “bom uso” da natureza, sem causar impactos nas bacias hidrográficas e sem acarretarem grandes custos de execução e de manutenção, sempre numa perspetiva de implementação de atividades integradas.
- No caso do Estuário do Mondego, a possibilidade de uma maior fruição de todo este espaço natural e único, em que a qualidade da água seja garantida e seja promovida alguma requalificação das margens e áreas envolventes, em articulação com os aglomerados de proximidade, poderá ser potenciadora de uma maior sensibilização da população para um mais correto uso dos recursos naturais e consequentemente para um mais equilibrado ordenamento do território e garantia da sustentabilidade que se pretende ganhar para toda a Região”.

6.4.2. Conclusões da sessão “Turismo e Atividades de Lazer”

Na sessão foram referenciados 6 tipos de turismo com representação na região centro:

- Sol e Mar.
- Golfe.



- Saúde e Bem-Estar (Termalismo).
- Natureza.
- Touring.
- Náutico.

Os participantes caracterizaram a situação presente e apresentaram as suas *perspetivas de evolução* das diferentes vertentes:

- Turismo de Sol e Mar - A representante da Câmara Municipal da Figueira da Foz salientou o facto de se considerar que esta fórmula, isoladamente, está esgotada, pelo que terá que ser complementada com outras ofertas. Foram referenciadas algumas praias fluviais com importante utilização sazonal.
- Turismo de Golfe – esta atividade turística encontra-se estabilizada e não se perspetivam alterações significativas.
- Turismo de Saúde e Bem-Estar (Termalismo) – esta atividade turística encontra-se estabilizada e não se perspetivam alterações significativas.
- Turismo de Natureza e Turismo de *Touring* (cultural e paisagístico) – apresenta-se, ainda, como sendo uma atividade turística incipiente. O representante do Turismo do Centro salientou que, face ao cenário macro económico, não estão definidas orientações para além das que constam no Plano Estratégico de Turismo Nacional. Deste modo, e tal como foi apresentado, as orientações assentam basicamente no crescimento do turismo de natureza e “*touring*”, associado às vertentes culturais, gastronómicas e enológicas.
- Turismo Náutico – assinalados exemplos isolados na Barragem da Aguieira e na Ria de Aveiro.

No sentido da dinamização turística da região centro, foram igualmente ressaltadas algumas *atrações turísticas existentes e/ou propostas*, como seja:

- *Pista de pesca* criada pela Associação de Regantes do Lis que, sem comprometer o fornecimento de água para rega, se transformou num pólo de atração de centenas de desportistas ao fim de semana e que em determinados eventos pode atingir milhares de pessoas.
- Implementação de *percursos pedonais e passeios fluviais* em articulação com as autarquias vizinhas de modo a complementar a oferta existente, de sol e mar. Também foi apresentada a possibilidade de incluir a salinicultura em futuras rotas turísticas (Câmara Municipal da Figueira da Foz).
- *Turismo náutico na albufeira da Aguieira* com uma ocupação anual da ordem da dezena de milhar, ainda que com limitações face às variações de nível na albufeira. Foi salientado o impacte nas economias locais da *utilização das praias fluviais com parques de campismo associados*, em articulação com os roteiros já existentes das aldeias dos xistos (Turismo do Centro).

- Necessidade de *recuperação do leito velho* (Câmara Municipal de Montemor o Velho).
- *Praia artificial de Mangualde* com uma utilização de cerca de 1 x 106 m³ de água salgada (ainda que não estivesse nenhum representante da Câmara Municipal de Mangualde).

Relativamente aos investimentos, apenas será previsível a existência de *investimentos de pequena dimensão* e normalmente relacionados com iniciativas locais de usufruto das condições naturais da região, tendo sido salientada a necessidade de dispôr de massas de água com elevada qualidade enquanto condição essencial para a manutenção destas atividades. Evidenciou-se que não existem propostas de investimentos que sejam considerados projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN).

Assim, e de acordo com as opiniões expressas, conclui-se que a perspetiva de crescimento do turismo na região centro assentará basicamente no **desenvolvimento de turismo de natureza complementado com as vertentes cultura, gastronomia e enologia**, pelo que não se perspetivam alterações substanciais nas restantes atividades turísticas. Por conseguinte, ressalta-se como **ponto forte** a existência de recursos naturais (fauna e flora) na região abrangida pelo Plano de Gestão. Como **pontos fracos** assinala-se a concentração numa única atividade turística - turismo da natureza - que poderá ter incompatibilidades com a conservação da natureza, uma certa indefinição das perspetivas de crescimento face às incertezas macro económica e dificuldades de articulação entre as diferentes autoridades com responsabilidade na área.

Por último, os participantes recomendam que o PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis contemple a possibilidade de desenvolvimento das iniciativas das diferentes Câmaras Municipais, em especial as situadas na área do turismo de natureza.

6.5. Cenários Prospetivos

6.5.1. Aspetos Gerais

Com base nos capítulos anteriores, apresenta-se o desenvolvimento dos três cenários:

- Cenário base (A)
- Cenário maximalista ou expansionista (B)
- Cenário minimalista ou menos exigente (C)
- O período temporal, para efeitos de análise prospetiva, centrou-se em três horizontes temporais:
 - Horizonte de curto/médio prazo – ano 2015
 - Horizonte de médio/longo prazo – ano 2021
 - Horizonte de longo prazo – ano 2027

A análise prospetiva para o setor do turismo consiste, fundamentalmente, na interpretação e análise, à escala da região hidrográfica e/ou sub-bacia, de estudos, planos, projetos e cenários de desenvolvimento, elaborados a nível nacional ou regional uma vez que o



potencial crescimento de atividades de recreio e lazer traduz-se, em geral, em maiores pressões sobre as infraestruturas existentes e as massas de água associadas, em função do aumento da procura turística.

Para tal, ponderam-se prospectivamente as seguintes tipologias turísticas:

- Turismo de Golfe.
- Turismo de Sol e Mar.
- Turismo de Saúde e Bem-Estar (Termalismo).
- Turismo de Natureza.
- Turismo de *Touring*.
- Turismo Náutico.
- Turismo de Gastronomia e Vinhos.
- Turismo de Negócios.

Este capítulo assinala igualmente as estimativas das pressões (quantitativas e qualitativas) ao nível da massa de água ou conjunto de massas de água do setor do turismo sobre os recursos hídricos.

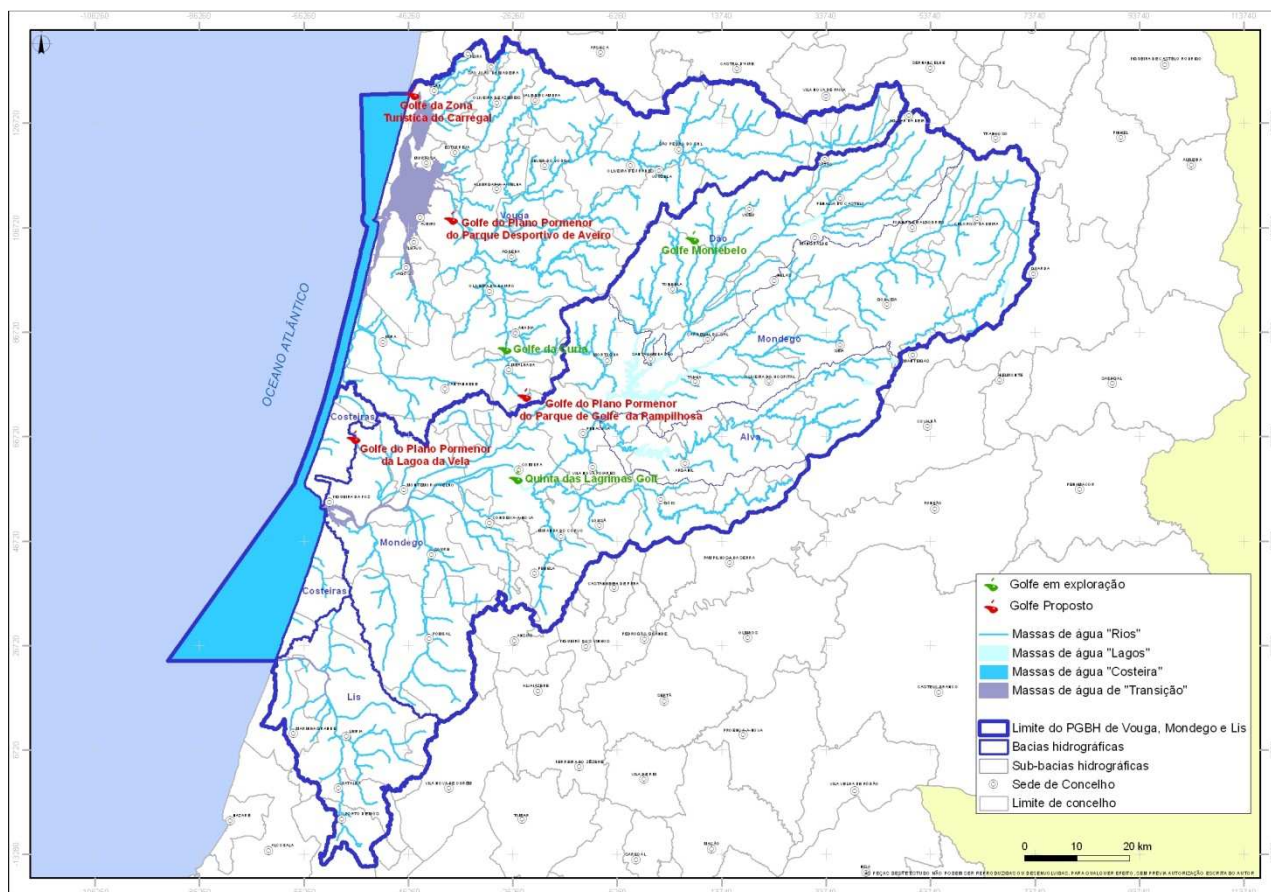
6.5.2. Caracterização dos Cenários

No que concerne ao Golfe, dada a expectável contração do investimento devido à recessão económica que se aproxima (pelo menos em 2012), assume-se em termos de Cenário Base a manutenção dos 3 campos de golfe atualmente em funcionamento (Curia, Montebelo e Quinta das Lágrimas) assim como a Academia Municipal de Golfe (Cantanhede), tanto para 2015, como para 2021 e 2027. Semelhante realidade (3 campos de golfe em funcionamento) é considerada para o Cenário Minimalista (2015, 2021 e 2027) isto porque o PENT entende o golfe na região Centro como um produto complementar para ampliar e enriquecer a oferta principal deste destino, não constituindo uma prioridade de desenvolvimento em Portugal para 2015. No entanto, não aponta nenhum decréscimo mas sim uma taxa de crescimento anual de 7% para Portugal. Por outro lado, também não estão previstos ajustamentos decorrentes do “Acordo de Ajustamento Económico e Financeiro” que impliquem, inevitavelmente, a redução deste quantitativo. Relativamente ao Cenário Maximalista, face ao anteriormente referido e à informação fornecida pela Federação Portuguesa de Golfe da proposta de mais 4 campos de golfe (Quadro 6.11), assume-se a manutenção dos 3 campos de golfe atuais até 2015 e um total de 7 campos de golfe na área do PGBH dos rios Vouga, Mondego e Lis em 2021 e 2027, cujas localizações se apresentam na Figura 6.9.

Quadro 6.11- Campos de golfe previstos

Designação	Local	Freguesia	Concelho
Zona Turística do Carregal	Quinta de Colares	Ovar	Ovar
Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro	Breje	Eixo	Aveiro
Plano de Pormenor do Campo de Golfe da Pampilhosa	Pampilhosa	Pampilhosa	Mealhada
Plano de Pormenor da Lagoa da Vela	Lagoa da Vela	Bom Sucesso	Figueira da Foz

Fonte: Federação Portuguesa de Golfe



Fonte: Federação Portuguesa de Golfe

Figura 6.9 - Localização de campos de golfe (em funcionamento e previstos)

Em relação ao turismo de **sol e mar**, a região Centro não constitui uma prioridade de desenvolvimento em Portugal para 2015 (PENT), sendo estimada uma taxa de crescimento anual acumulada, deste setor, de 10%. Acresce-se que também não estão previstos projetos de Potencial Interesse Turístico (PIN) de índole turística no Centro, geralmente



associados ao recurso “sol e mar”. Portanto, tanto para o Cenário Base como para o Cenário Maximalista prevê-se a continuação do aumento da pressão sobre as praias (marítimas e fluviais), especialmente aos fins de semana e períodos estivais, o que induz a um aumento do número de utentes, de veículos e, inevitavelmente, de poluição. Esta pressão sazonal, a médio (2021) e longo prazo (2027) poderá ter consequências ao nível das massas de água, caso não sejam tomadas medidas adequadas que passam, em alguns casos, pela criação de estruturas de apoio e/ou melhoria das condições das existentes. Deste modo, as variações expectáveis ao longo do tempo já estão incorporadas na cenarização proposta para as populações flutuantes e turísticas. Por outro lado, atente-se à Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas que prevê a ocorrência de alterações na “(...) *qualidade das zonas balneares, previsivelmente afetadas de forma negativa pela subida gradual das águas do mar e pela alteração do regime hidrológico e consequente disponibilidade de água doce de suporte às atividades turísticas*”. A Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira assinala a diminuição da atratividade do território para o turismo e lazer como consequência da degradação dos ambientes costeiros, tanto a nível ambiental como económico e a própria Câmara Municipal da Figueira da Foz menciona que o turismo de sol e mar está esgotado. Por conseguinte, o Cenário Minimalista será pautado pelo decréscimo dos turistas neste setor o que, a suceder, será expectavelmente a partir do longo prazo (2027) pois não se crê que os referidos efeitos das alterações climáticas e da pressão turística sejam de tal forma significativos, que consigam reverter a tendência atual de crescimento de turistas nas zonas costeiras a curto e médio prazo (2015 e 2021).

Quanto ao **turismo de saúde e bem-estar**, concretamente no que diz respeito ao **termalismo**, atualmente encontram-se em funcionamento 10 estabelecimentos termais de índole curativa na área do PGBH Vouga, Mondego e Lis e, dado o conhecimento dos recursos naturais existentes, não se prevê a implantação de nenhuma outra instalação termal por ser pouco provável a exploração de novas fontes de água com a natureza das já exploradas. Portanto, no Cenário Base assume-se a manutenção dos atuais estabelecimentos termais e da respetiva procura turística. Todavia, a região Centro é uma das prioridades do PENT (2ª prioridade de intervenção) pois, embora apresente uma grande concentração de estâncias termais muito focalizadas na saúde, necessita de “(...) *centralizar o desenvolvimento da oferta na requalificação progressiva e na modernização da oferta dos balneários existentes, com base no desenvolvimento de experiências originais e inovadoras de termalismo e na criação de uma rede que integre todas as estâncias termais, assim como wellness facilities*”. Como tal, e dada a taxa de crescimento anual acumulada de 8% estimada no PENT, considera-se que este é um segmento turístico com grande potencial de crescimento, pelo que, num Cenário Maximalista se prevê o aumento da procura associada às instalações termais existentes, a curto (2015) e médio prazo (2021), e igualmente o aumento do número de estabelecimentos a longo prazo (2027). Num Cenário Minimalista, e dada a conjuntura económica atual de recessão, prevê-se a diminuição do número de estabelecimentos termais e da procura turística resultante da dificuldade de manutenção de alguns destes estabelecimentos devido à falta de capacidade financeira para efetuar a necessária requalificação e remodelação das instalações preconizadas no PENT.

O **turismo de natureza** é considerado, pelo PENT, como estratégico para o desenvolvimento da atividade turística em Portugal e com um potencial de crescimento superior ao internacional, estimando-se uma taxa de crescimento anual de 9%. Para além do consagrado no PENT, ressaltam-se as seguintes orientações:

- PNPOT - pretende a diversificação da oferta estruturada de produtos turísticos numa perspetiva territorial, em particular nos domínios do turismo no espaço rural, cultural e de natureza, potenciando o desenvolvimento de complementaridades sub-regionais e locais.
- PROT Centro - pretende a criação e consolidação de rotas regionais e o desenvolvimento de atividades de animação, que associem o recreio e o lazer com o património cultural e ambiental (natural).
- Programa Nacional de Turismo de Natureza - cuja estratégia terá como vetores a conservação da natureza, o desenvolvimento local, a qualificação da oferta turística e a diversificação da atividade turística.
- Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 – com investimentos previstos ao nível da promoção de recursos naturais, proteção e desenvolvimento do património natural, e outros tipos de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo.
- Deste modo, o Centro é uma das regiões prioritárias para o desenvolvimento deste segmento turístico na qual é necessário “(...) realizar um esforço na melhoria das vias secundárias, da sinalização das vias, das rotas e itinerários pedestres, aumentar a qualidade e quantidade da oferta de alojamento e de restaurantes, assim como estruturar um maior número de pontos de informação turística e de centros interpretativos”⁴⁰. Pelo exposto, pelo menos a médio (2021) e longo prazo (2027), como consequência da resolução das necessidades detetadas, o Cenário Base e o Cenário Maximalista apontarão para o crescimento das atividades ligadas aos espaços naturais assim como a procura e oferta turística, ao passo que a curto prazo (2015) deverá manter-se a situação atual na qual se destaca a “ausência de infraestruturas e serviços básicos destinados ao uso turístico”⁴¹. Já no que diz respeito ao Cenário Minimalista, assinala-se a manutenção da oferta e procura turística a curto prazo (2015) e a consequente diminuição a médio prazo (2021) e a longo prazo (2027) devido à ausência de investimentos e ao agravamento das carências que já se verificam atualmente.

O **turismo de *touring*** na região do Centro focaliza-se, essencialmente, na faixa litoral, mas esta região é igualmente detentora de outras atrações com interesse turístico na faixa interior, daí ter sido considerada como 1º prioridade de desenvolvimento turístico em Portugal, esperando-se uma velocidade de crescimento anual de 10% para este setor (PENT). Para tal, prevêem-se linhas de atuação relacionadas com a valorização de recursos e atrações “virgens”, com a reabilitação e reconversão de edifícios históricos e com a

⁴⁰ Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Natureza, 2006

⁴¹ Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo de Natureza, 2006



criação de itinerários de *touring*. Todavia, e apesar das *city breaks* serem um importante recurso turístico no *touring*, assinala-se que o PENT não identifica o turismo de *city breaks* na região Centro como uma prioridade. Complementarmente, o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 enumera investimentos previstos em termos de proteção e preservação do património cultural, desenvolvimento de infraestruturas culturais, e outros tipos de assistência destinada a melhorar os serviços culturais assim como projetos integrados de reabilitação urbana e rural.

Por conseguinte, no Cenário Base (a curto, médio e longo prazo), embora se preveja a consolidação da procura turística decorrente dos investimentos expectáveis, o *touring* cultural e paisagístico continuará a constituir uma oferta turística secundária que não estimulará, por si só, uma considerável procura turística internacional, ao contrário do que é expectável noutros setores (sol e praia, por exemplo). Na perspetiva do cenário maximalista, dadas as linhas de atuação do PENT (2015), os investimentos do QREN e as indicações do PROT Centro que visam a criação e consolidação de rotas regionais e o desenvolvimento de atividades de animação, que associem o recreio e o lazer com o património cultural e ambiental (natural), assume-se um acréscimo da procura turística internacional a médio (2021) e longo prazo (2015). Já no que concerne ao Cenário Minimalista, ressalta-se o decréscimo do *touring* turístico nos horizontes temporais cenarizados em função da ausência de investimentos e perda de interesse da procura turística internacional no usufruto dos recursos da região.

Relativamente ao **turismo náutico**, e uma vez que as principais prioridades do PENT para este setor são Lisboa, Algarve, Açores e Madeira, não se considera que a região Centro deva registar um aumento da procura turística associada às atividades náuticas (de recreio e desportivas) até porque *“para desenvolver o turismo náutico nesta região, é necessário investir na requalificação dos portos obsoletos e na construção de novos portos, assim como incentivar as empresas que operam no setor a criarem atividades e experiências turísticas”*⁴². Deste modo, estima-se que o Cenário Base, a curto (2015), médio (2021) e longo prazo (2027), se traduza na manutenção e/ou ligeiro acréscimo da atual procura turística uma vez que não será expectável o aumento da oferta náutica (infraestruturas e empresas especializadas) mas sim a melhoria das condições das já existentes. Caso não se verifique nenhum investimento nos fatores de desenvolvimento do turismo náutico num curto prazo (2015) registar-se-á o declínio da procura turística a médio prazo (2021) e longo prazo (2027), traduzindo-se, assim, no Cenário Minimalista. Mas, por outro lado, a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira tem como medida *“promover a criação de condições favoráveis ao acolhimento e ao desenvolvimento de atividades da náutica de recreio e de turismo sustentável”* e, por sua vez, o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo pretende *“potenciar novas oportunidades para o turismo náutico”* e *“identificar e caracterizar os locais com melhor aptidão para a prática dos desportos náuticos, nomeadamente os de vento, onda e subaquáticos, as infraestruturas e equipamentos de apoio correspondentes, incluindo clubes e escolas, e os serviços por eles prestados e propor formas de assegurar a sua requalificação e a melhoria da qualidade dos serviços”*. Posto isto, assume-se que no cenário maximalista se verificará, a partir de 2015,

⁴² Fonte: Turismo de Portugal: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal – Turismo Náutico, 2006

portanto a médio prazo (2021) e a longo prazo (2027), um incremento da procura turística internacional assente na requalificação e constituição de novas infraestruturas, no surgimento de novas escolas de formação e de novos eventos associados ao desporto náutico.

Relativamente ao **turismo de gastronomia e vinhos**, e tal como o PENT aponta, a região Centro apresenta um “(...) bom potencial de desenvolvimento deste tipo de produtos graças aos seus excelentes vinhos, paisagens naturais e rica gastronomia local”, considerando-a como 2º prioridade de desenvolvimento turístico em Portugal e prevendo uma taxa de crescimento anual de 12% deste setor. “Contudo, o turismo de Gastronomia & Vinho na região está num grau de desenvolvimento muito baixo”, pelo que as linhas de atuação estabelecidas dizem respeito à criação e estruturação das condições básicas para o desenvolvimento deste produto como seja a criação de rotas, sinalização, adequação das adegas à atividade turística, modernização dos restaurantes, entre outras. Por conseguinte, considera-se que a integração mais efetiva dos recursos gastronómicos e enológicos em rotas turísticas num curto prazo (2015) trará o aumento da procura turística nacional e internacional a médio prazo (2021) e a longo prazo (2027), nomeadamente no que concerne à hotelaria e restauração, o que induz maior pressão nos recursos hídricos. Este aumento será passível de suceder, tanto no Cenário Base como no Cenário Maximalista, sendo o aumento mais acentuado no último caso. Contrariamente, na eventualidade de não suceder a devida promoção dos recursos regionais que sustentam o turismo de gastronomia e vinhos, verificar-se-á uma diminuição da procura turística, o que terá resultados negativos ao nível da hotelaria e restauração, representando, desta forma, uma menor pressão nos recursos hídricos.

Por último, no que respeita ao **turismo de negócios**, embora a região Centro seja detentora de vários espaços para a realização de reuniões e congressos, este tipo de turismo apresenta um cariz pouco expressivo na mesma. O PENT prevê uma taxa de crescimento anual de 5% e não considera o Centro como uma prioridade de desenvolvimento turístico de Portugal. Deste modo, o Cenário Base e o Cenário Maximalista apontam, tanto a curto (2015), médio (2021) e longo prazo (2027), para a manutenção da atual procura turística relacionada com o turismo de negócios. Em termos de Cenário Minimalista, traduzir-se-á na diminuição da procura turística deste setor, em todos os horizontes temporais cenarizados.

6.5.3. Pressões sobre os recursos hídricos

6.5.3.1. Consumos e necessidades de água

No que respeita às pressões sobre os recursos hídricos exercidas pelo setor do turismo, estão na sua generalidade caracterizadas no capítulo 5 referente ao setor dos sistemas urbanos, uma vez que os respetivos consumos de água são naturalmente dispersos na malha urbana, no qual estão inseridos.

Excetua-se os campos de golfe, efetuando-se assim no âmbito deste capítulo a estimativa das necessidades de água referente aos campos de golfe previstos, e apresentando-se as

necessidades de água associadas aos campos de golfe existentes, determinadas no capítulo dos usos e necessidades.

Para determinação das necessidades totais de água para rega, e visto que é geralmente utilizada a rega por aspersão, adotou-se uma eficiência de aplicação igual a 80%. Para ter em consideração os volumes de água utilizados em lavagens e na rega dos espaços verdes dos empreendimentos turísticos adjacentes aos campos de golfe, majoraram-se os valores obtidos em mais 30%. No Quadro 6.12 apresentam-se as necessidades de água para rega dos campos de golfe.

Quadro 6.12 – Necessidades de água para rega dos campos de golfe

Empreendimento	Ano médio (hm ³)
Campos de golfe existentes	
Campo de Golfe da Curia	85
Golfe Montebelo	264
Quinta das Lágrimas Golf	107
Campos de golfe previstos	
Zona Turística do Carregal	171
Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro	171
Plano de Pormenor do Campo de Golfe da Pampilhosa	256
Plano de Pormenor da Lagoa da Vela	107

6.5.3.2. Cargas poluentes geradas

Tal como se verificou em relação aos consumos as cargas poluentes geradas pela atividade turística foram de integradas no conjunto das cargas poluentes geradas pelos sistemas urbanos, com exceção da atividade relacionada com a manutenção de campos de golfe, que foi objeto de uma quantificação específica no âmbito deste capítulo.

No capítulo de Caracterizado Geral e Diagnóstico foram quantificadas as cargas poluentes difusas geradas nos campos de golfe. Apresenta-se, neste capítulo, um resumo com indicação das fontes e procedimentos. Para estimativa das quantidades de adubos aplicados anualmente, considerou-se que a aplicação de compostos azotados é feita quatro (4) vezes por ano para as áreas de *fairways* e *roughs*, as quais ocupam em média cerca de 98% da área total dos campos de golfe, e o dobro das aplicações nos *greens* e *tees*. Refira-se que este critério encontra paralelo com o estudo Cenários de Desenvolvimento - Estudo sobre o Golfe no Algarve (Martins, V., Correia, A., 2004), realizado pela Universidade do Algarve, que indica que a quantidade de adubos aplicada aos *greens/tees* e *fairways/roughs* varia, em média, entre 240 kg(ha/ano) e 200 kg(ha/ano), respetivamente. Para o fósforo (P₂O₅), o mesmo estudo indica que a quantidade de adubos adicionada varia entre 80 kg(ha/ano) (*greens/tees*) e 60 kg(ha/ano) (*fairways/roughs*), tendo-se no entanto adotado o critério indicado em Quelhas dos Santos (2002).

Quanto à determinação das cargas de nutrientes que chegam às massas de água superficiais, consideraram-se as percentagens de lixiviação já apresentadas no capítulo referente à agricultura: 10% para o azoto e 5% para o fósforo. No Quadro 6.13 apresentam-se os resultados obtidos. Como se pode verificar, a sua representatividade ou potencial de impacto é muito baixa, quando comparada com as cargas poluentes estimadas para o setor agrícola.

Quadro 6.13 – Caracterização das cargas poluentes associadas a campos de golfe

Campo de Golfe (designação)	Massa de água	Área Total (ha)	N (t N/ano)	P (t P₂O₅/ano)
Campo de Golfe da Curia	04VOU0543	18,33	0,4	0,1
Golfe Montebelo	04MON0608	124,61	1,2	0,3
Quinta das Lágrimas Golf	04MON0661	18,01	0,4	0,1
Zona Turística do Carregal	04VOU0514	70,77	0,8	0,2
Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro	04VOU0543	112,03	0,8	0,2
Plano de Pormenor do Campo de Golfe da Pampilhosa	04VOU0543	83,20	1,2	0,3
Plano de Pormenor da Lagoa da Vela	04MON0677 e COST6	29,61	0,4	0,1

Referências Bibliográficas

Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, 2010

Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, 2009

Quadro de Referência Estratégico Nacional, 2007

Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo, 2008

Plano Estratégico Nacional do Turismo, 2007

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, 2010

Programa Nacional de Turismo de Natureza, 2007

Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, 2007

10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Turismo Náutico, 2006

10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Gastronomia e Vinhos, 2006

10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Sol e Mar, 2006

10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Touring cultural e paisagístico, 2006

10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Turismo de Natureza, 2006

10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Resorts Integrados e Turismo Residencial, 2006

10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Golfe, 2006

10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Turismo de Negócios, 2006

10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – Saúde e Bem-Estar, 2006

10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal – City-Breaks, 2006

ANEXOS

ANEXO 6.1 – FIGURAS (ÁREAS PROTEGIDAS, ÁREAS IMPORTANTES DE AVIFAUNA, SÍTIOS RAMSAR, SÍTIOS DA REDE NATURA 2000, SÍTIOS ZPE – ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO)

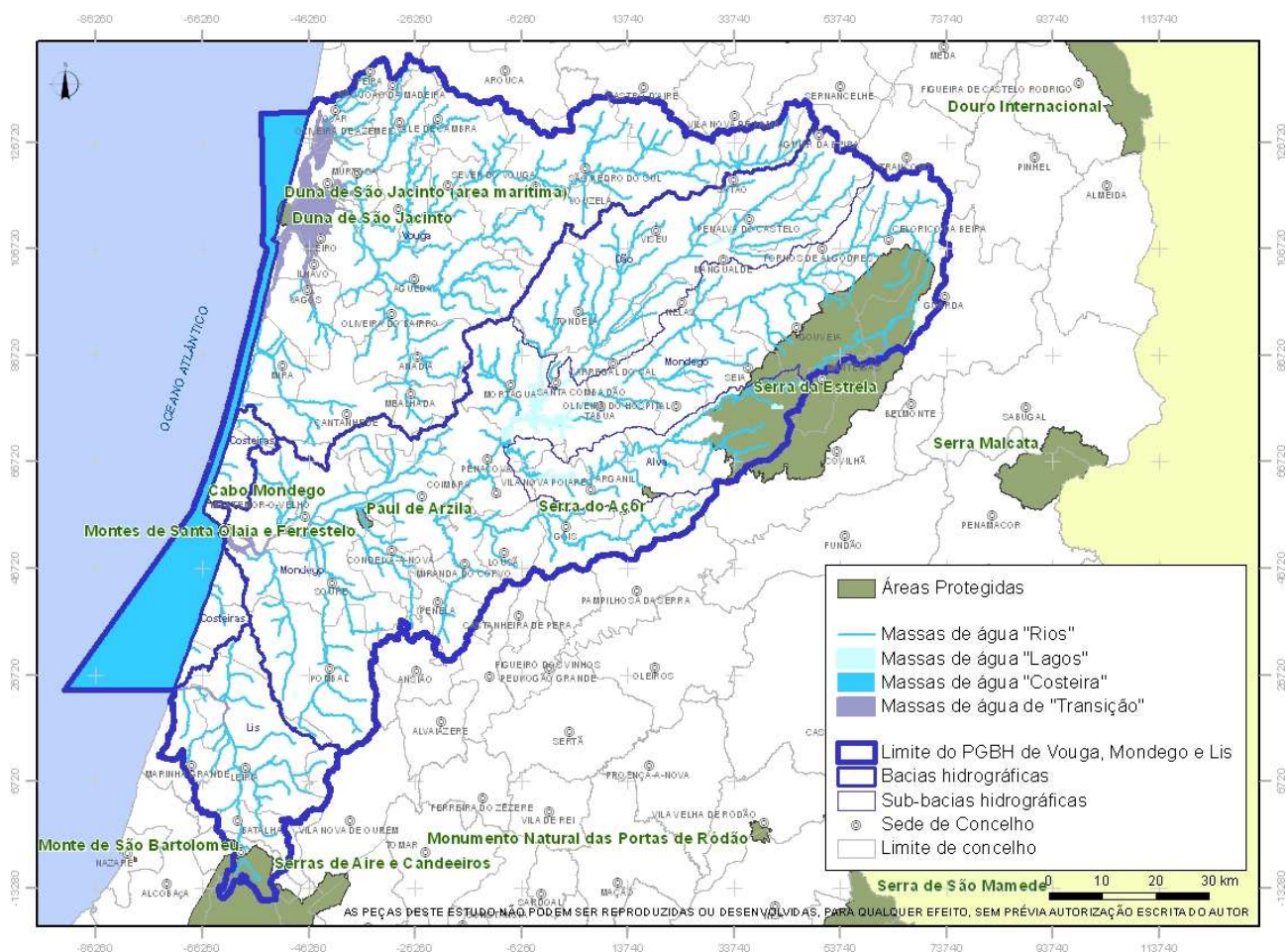


Figura A6.1 – Áreas Protegidas

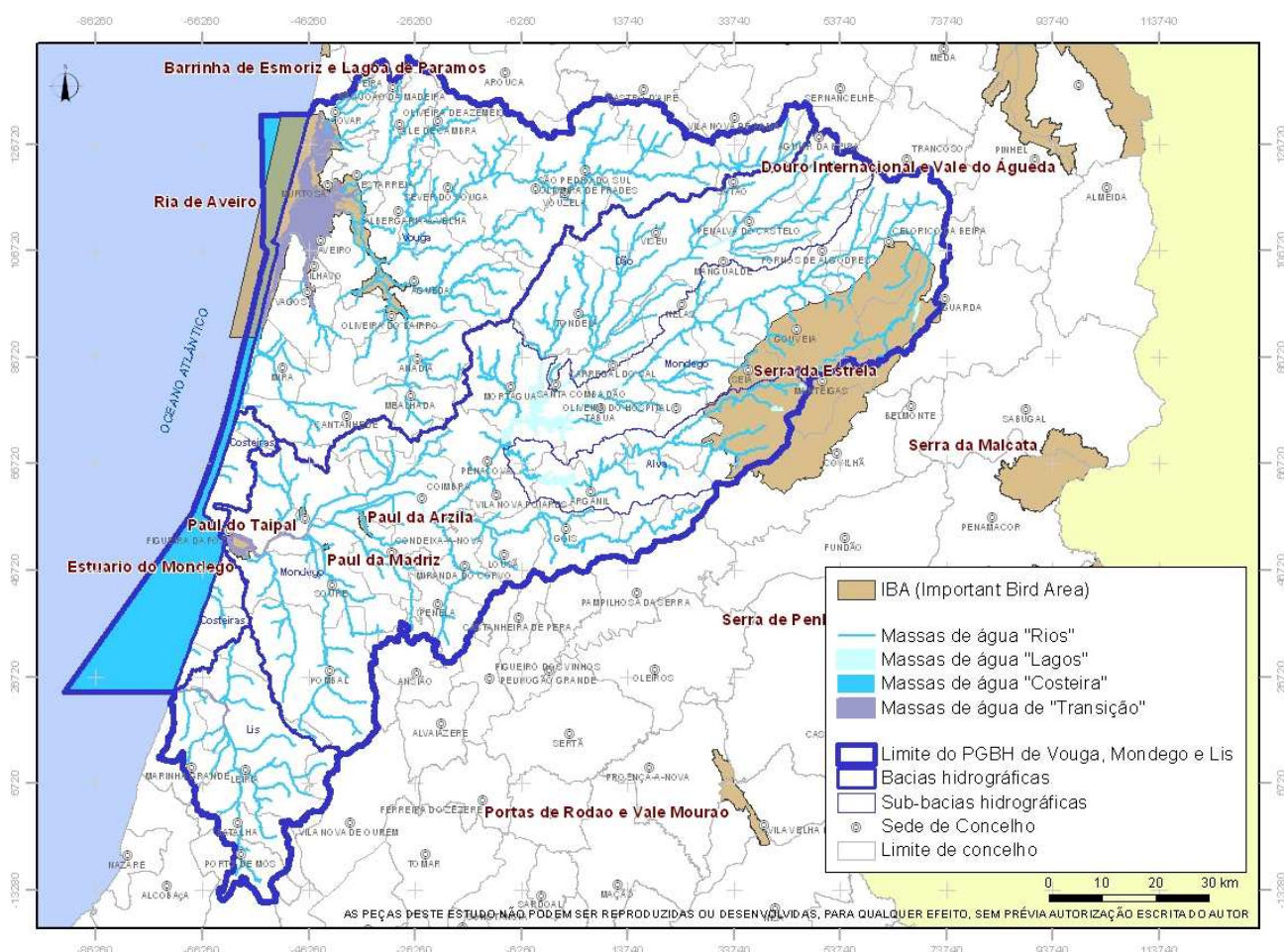


Figura A6.2 – Áreas importantes para aves (IBA)

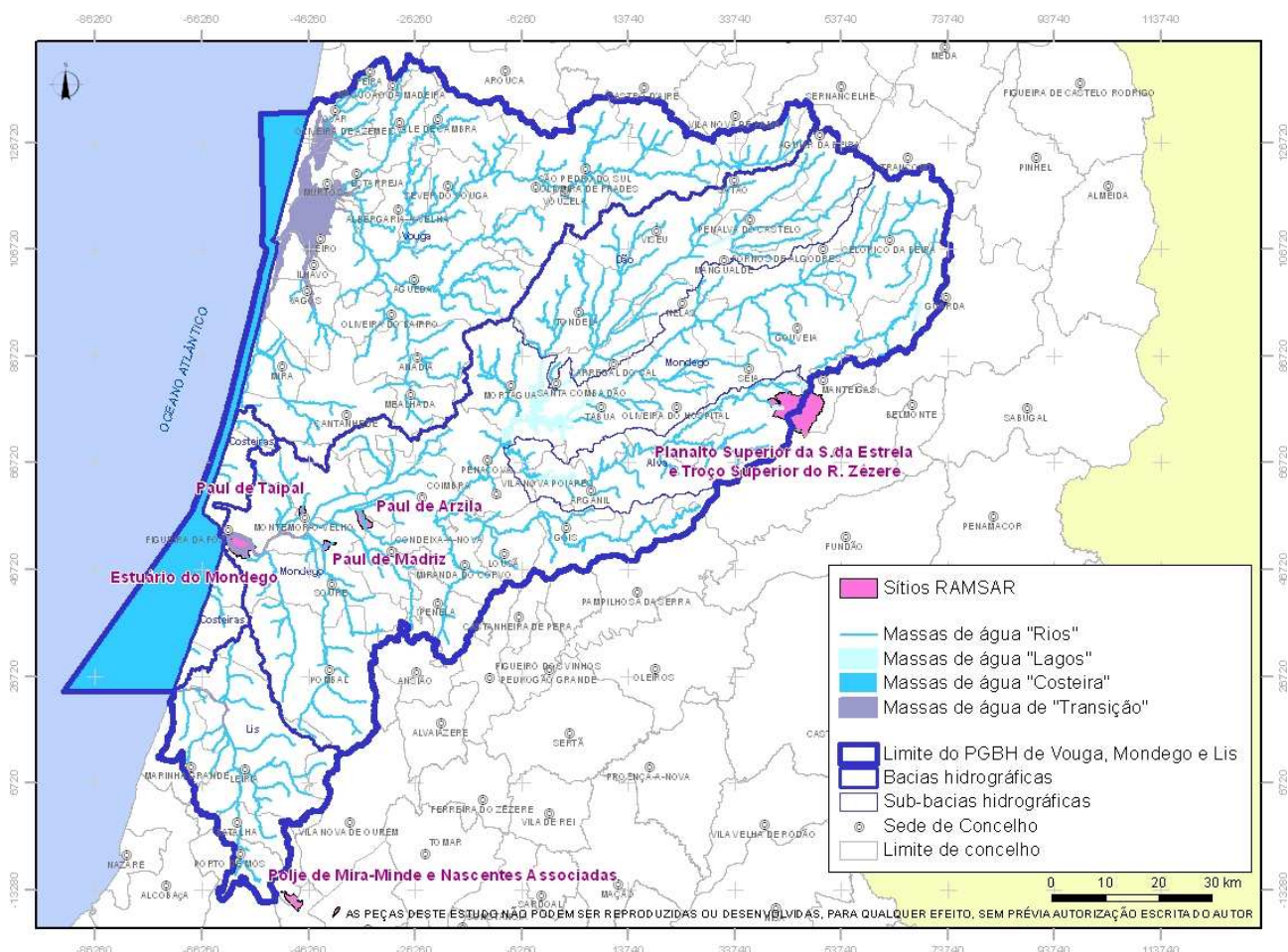


Figura A6.3 – Sítios RAMSAR

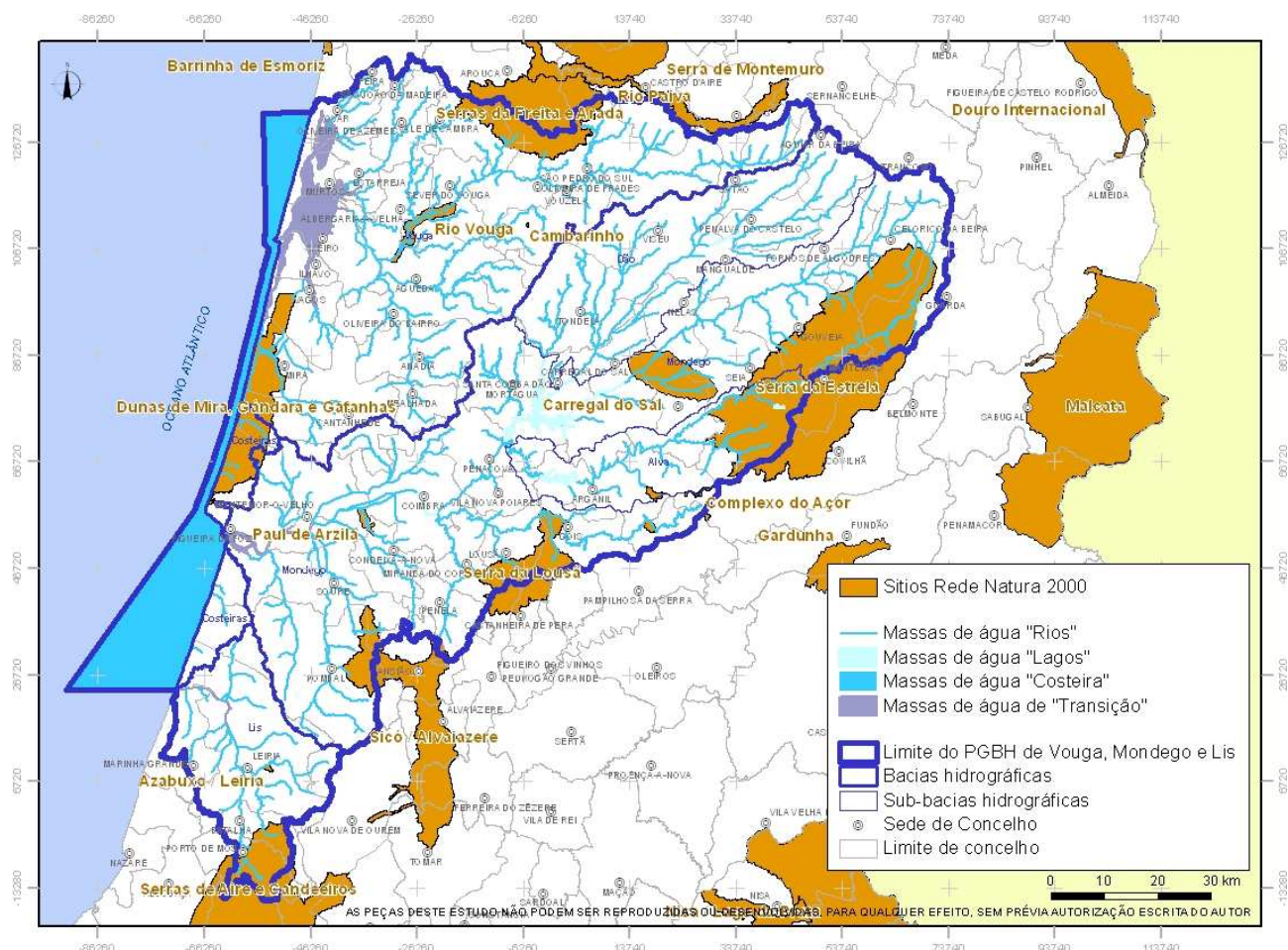


Figura A6.4 – Sítios Rede Natura 2000

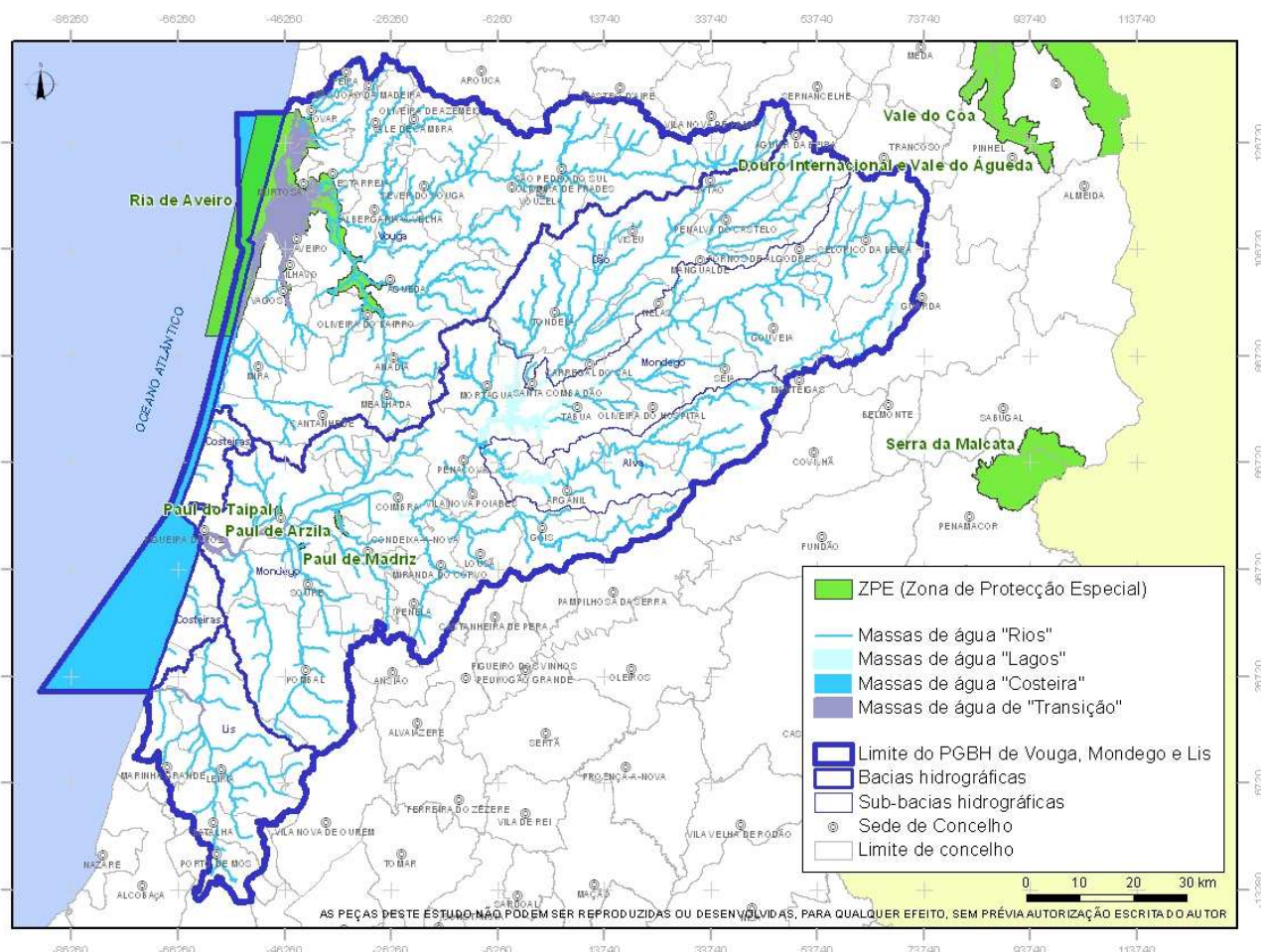


Figura A6.5 – Zona de protecção especial

ANEXO 6.2 – RESULTADO DOS “WORKSHOP” – CONTRIBUIÇÃO DOS “STAKEHOLDERS”

Para a contribuição e análise crítica dos cenários prospetivos contou-se com a participação dos atores interessados (“stakeholders”), nomeadamente envolvidos em sessão do workshop que teve lugar no dia 13 de junho de 2011, e que incluiu a) uma sessão inicial de apresentação do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis e dos objetivos e metodologia do Workshop; b) seis sessões sectoriais e c) uma sessão de encerramento incluindo síntese dos resultados obtidos em cada sessão sectorial.

As sessões sectoriais foram as seguintes:

- Ordenamento do Território.
- Agricultura, Pecuária, Pescas, Agricultura e Portos.
- Indústria.
- Sistemas Urbanos.
- Turismo e Atividades de Lazer.
- Energia e Aproveitamento Hidráulico.

O workshop contou com cerca de 80 participantes, sendo o número médio de participantes por sessão sectorial da ordem de 20. Foram produzidos poster para cada sessão sectorial.

Esta metodologia permitiu

- Identificar os principais protagonistas de cada setor e as suas estratégias.
- Avaliar a existência de alianças e de conflitos, existentes e potenciais.
- Caracterizar projeções e ambições.
- Produzir uma matriz de pontos fortes e fracos dos intervenientes.

Por conseguinte, e uma vez que foram convidados os principais atores (“stakeholders”) em cada setor, este passo metodológico pretendeu contribuir para incrementar o nível de participação/implicação dos atores na “reflexão estratégia” a levar a cabo.

Acresce-se que os participantes tinham disponíveis as seguintes formas de apresentar os seus contributos: 1) escrita, através do preenchimento de ficha sectorial e/ou envio posterior de elementos para a ARH Centro; 2) oral, através de intervenção no debate.

Neste anexo apresenta-se o programa do workshop, a apresentação geral, a apresentação da sessão “Turismo e Atividades de Lazer” e as fichas preenchidas pelos participantes, dizendo respeito a: a) ponto de situação do setor; b) fatores determinantes para o desenvolvimento do setor até 2011, pontos fortes e pontos fracos; c) fatores determinantes para o desenvolvimento do setor entre 2015 e 2027 (pontos fortes e pontos fracos); d) forças emergentes de mudança; e) perspetivas de ação e projetos de futuro.

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis - CENÁRIOS PROSPECTIVOS DOS SECTORES COM IMPACTO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMA

13 de Junho de 2011

RECEPÇÃO E REGISTO DOS PARTICIPANTES

09:00 – 10:00

ABERTURA E APRESENTAÇÃO DO WORKSHOP

10:00 – 11:00

Prof. Doutor João Pedroso Lima (Presidente do DEC da FCTUC)

Prof. Doutora Teresa Fidélis (Presidente da ARH do Centro, IP)

Eng.º Rui Coelho (AGRI-PRO)

Apresentação do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis
Objectivos e metodologia da Workshop

PAUSA

11.00 – 11.15

Sessões Sectoriais

11:15 – 12:45

W1 – Ordenamento do Território

Moderadores:

Eng. Rui Coelho (AGRI-PRO)

Eng. João Feijó (ATKINS)

Apresentação dos cenários
prospectivos
Debate

**W2 – Agricultura, Pecuária, Pescas,
Aquicultura e Portos**

Moderadores:

Eng. Sofia Azevedo (Campo de Água);

Eng. Teresa Gamito

Apresentação dos cenários
prospectivos
Debate

W3 – Indústria

Moderador:

Eng. Carlos Raposo (SISAQUA)

Prof. António Monteiro (Engidro)

Apresentação dos cenários
prospectivos
Debate

ALMOÇO LIVRE

12.45 – 14.30

Sessões Sectoriais

14:30 – 16:00

W4 – Sistemas Urbanos

Moderador:

Prof. Doutor Saldanha Matos (HIDRA)

Apresentação dos cenários
prospectivos
Debate

**W5 – Turismo e Actividades de
Lazer**

Moderador:

Eng. João Feijó (ATKINS)

Apresentação dos cenários
prospectivos
Debate

**W6 – Energia e aproveitamentos
Hidráulicos**

Moderador:

Eng. Mário Samora (CENOR)

Apresentação dos cenários
prospectivos
Debate

PAUSA

16.00 – 16.15

SÍNTESE E ENCERRAMENTO DAS SESSÕES TEMÁTICAS

16.15 – 18:00

Eng.º Rui Coelho (AGRI-PRO)

Prof. Doutor Saldanha Matos (HIDRA)

Prof. Doutora Teresa Fidélis (Presidente da ARH do Centro, IP)

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis

CENÁRIOS PROSPECTIVOS

13 de Junho de 2011



CONSÓRCIO AQUAPLAN Centro



Empresa especializada em ambiente com uma vasta experiência em Planeamento e aplicação da DQA. Coordenou a componente ambiental e agrícola dos Planos de Bacia dos rios Lis, Mondego, Vouga e Minho e elaborou os POA's das Albufeiras da Aguieira e Fronhas.



Empresa especializada em consultoria de engenharia, com departamento dedicado a Aproveitamentos Hidráulicos e Recursos Hídricos. Foi responsável pela elaboração dos Planos de Gestão da Extracção de Inertes em Domínio Hídrico na Bacias do Mondego e Vouga.

ATKINS

Empresa especializada em planeamento e ordenamento do território, estudos sócio-económicos, avaliações ambientais e recursos hídricos. Participou no PBH do Sado e do Guadiana e na Avaliação Ambiental Estratégica dos PGBH do Sado e Mira e do Guadiana.



Empresa especializada em desenvolvimento e aplicação de tecnologia de informação no domínio do ambiente, nomeadamente sistemas de informação geográfica e modelação matemática. Participou na primeira geração dos planos de bacia (Mondego, Vouga e Lis)

Empresas Subcontratadas



Gabinete de estudos e projectos de engenharia especialmente vocacionado para a resolução de problemas hidráulicos e de protecção ambiental cuja presença nos últimos 15 anos tem sido incontornável na concepção de soluções integradas no ciclo urbano da água.



Empresa especializada em exploração, projecto e consultoria em particular no tratamento de águas e saneamento e desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água.



Empresa com competências em engenharia sanitária, engenharia ambiental e domínios afins, com cerca de duas décadas de experiência em prestação de serviços.



Empresa especializada em engenharia costeira e portuária, englobando Consultoria geral, Planeamento, Elaboração de estudos e projectos de engenharia e modelação matemática.

Responsáveis pelo Plano

Dr. José Correia



Coordenador Geral

Eng.º Rui Coelho



Coordenador Geral Adjunto e
representante do Consórcio

Prof. Eng.º Rodrigo Oliveira



Coordenador Geral Adjunto

Eng.º Mário Samora



Coordenador Sectorial

Prof. Dr. Luís Ribeiro



Coordenador Sectorial

Eng.ª Teresa Gamito



Coordenador Sectorial

Prof. Dr. Nuno Formigo



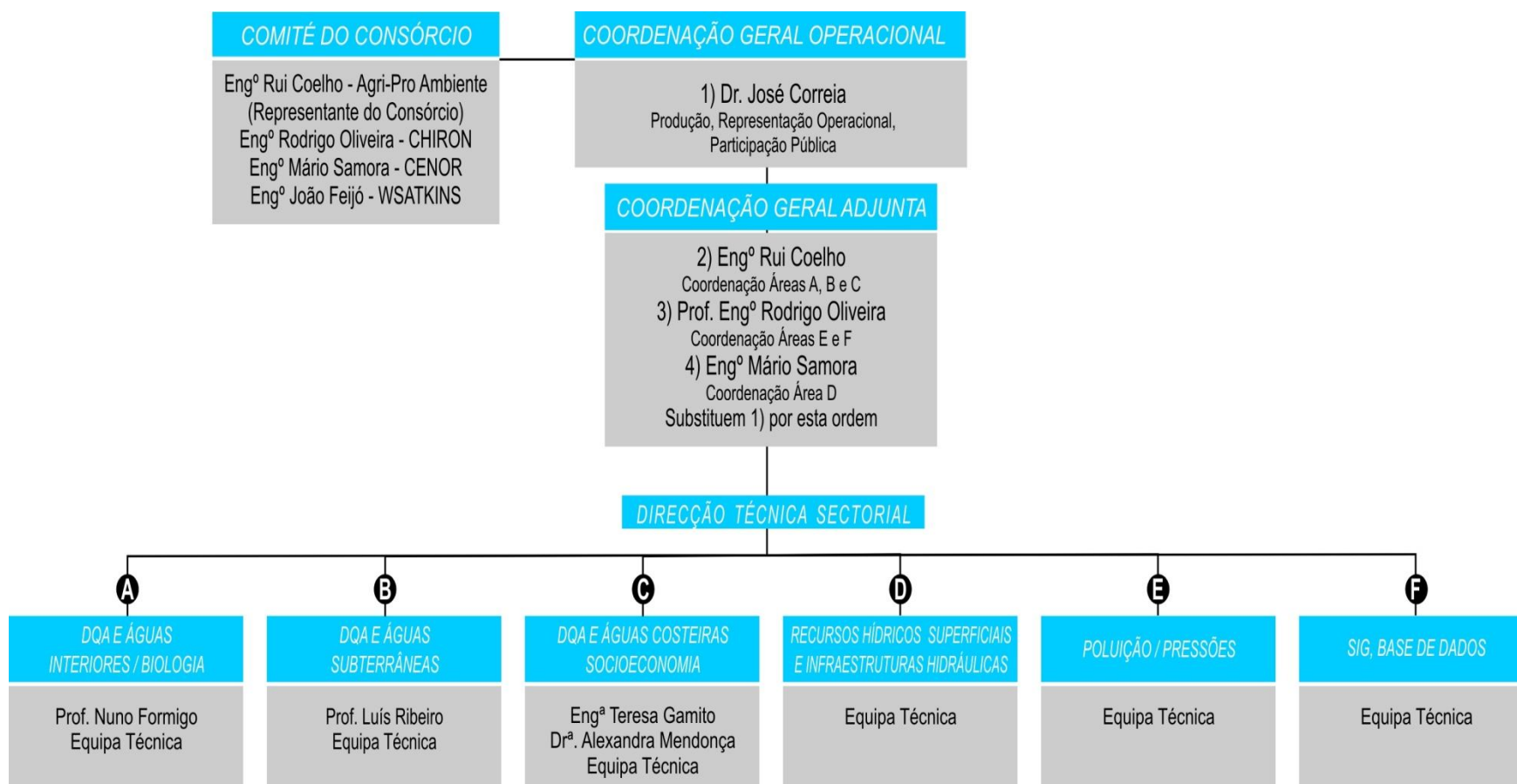
Responsável Científico da DQA

Dr.ª Alexandra Mendonça



Especialista Económico e Financeiro

Organograma Simplificado



Principais Actividades

- Caracterização geral das Regiões Hidrográficas;
- Síntese da Caracterização e diagnóstico da Região Hidrográfica;
- Elaboração dos Cenários Prospectivos para a área de jurisdição da ARH do Centro, I.P.;
- Definição de objectivos estratégicos e de objectivos ambientais para as massas de água superficiais e subterrâneas e para as zonas protegidas;
- Identificação e caracterização material, financeira e operacional da programação de medidas para a concretização dos objectivos definidos, bem como para o estabelecimento de prioridades de implantação das mesmas;
- Definição do sistema de promoção, acompanhamento e avaliação do PGHR-CENTRO.

ENQUADRAMENTO DOS CENÁRIOS PROSPECTIVOS

Actividades Executadas

PARTE 1 – ENQUADRAMENTO E ASPECTOS GERAIS (EM REVISÃO)

PARTE 2 – CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (EM REVISÃO)

PARTE 3 – ANÁLISE ECONÓMICA DAS UTILIZAÇÕES DA ÁGUA (EM REVISÃO)

Actividades em Curso

PARTE 4 – ELABORAÇÃO DOS CENÁRIOS PROSPECTIVOS

PARTE 5 – DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS E AMBIENTAIS

PARTE 6 – ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE MEDIDAS

PARTE 7 – SISTEMA DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

JUNHO



Desenvolvimento dos Cenários Principais

JUNHO A JULHO



Definição de Objectivos Estratégicos e Ambientais

MAIO a SETEMBRO



Elaboração do Programa de Medidas e Finalização da Proposta de Plano



Participação de Entidades, Organismos e Público em Todas as Fases



Sistema de Acompanhamento

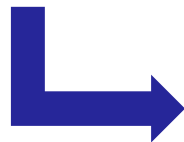


Entrega da Versão Final do Plano

OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS

Considerações Gerais

- A **DIRECTIVA-QUADRO DA ÁGUA** TRANSPOSTA PARA O DIREITO PORTUGUÊS PELA **LEI DA ÁGUA**

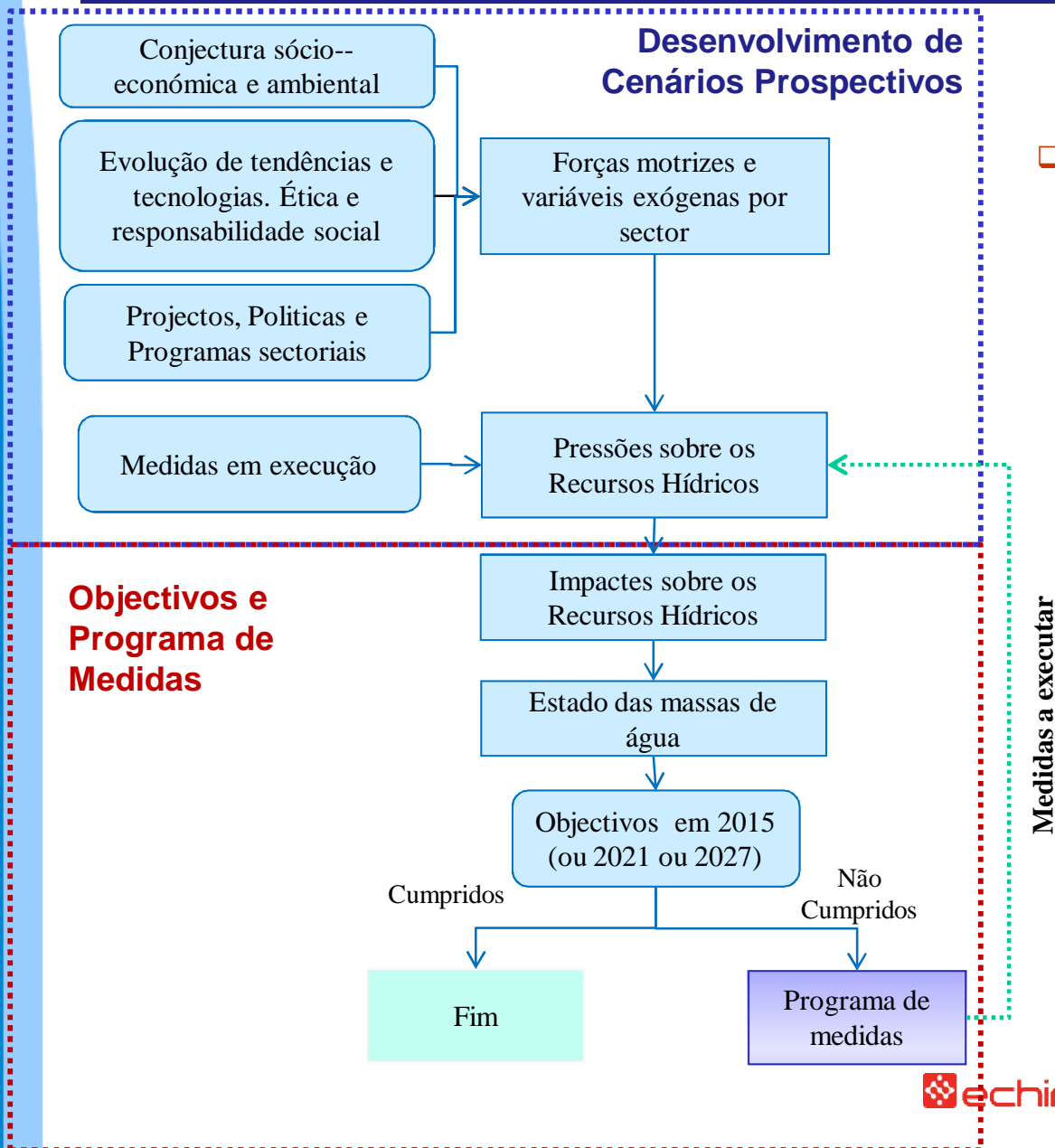


ALCANÇAR O **BOM ESTADO/POTENCIAL** DAS **MASSAS DE ÁGUA** ATÉ **2015**, (PRORROGAÇÃO/DERROGAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE OBJECTIVOS : **2021** E **2027**).

- **ELABORAÇÃO** DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS SUPOSTA-SE NA ESTIMATIVA DAS **EVOLUÇÕES** DOS **SECTORES COM IMPACTO** NOS **RECURSOS HÍDRICOS** – **PRESSÕES** – **IMPACTES** – **MEDIDAS** - **OBJECTIVOS**

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS

Considerações Gerais



ABORDAGEM GERAL.

OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS

Considerações Gerais

- ❑ OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS.
 - ✓ **DESVIO** ENTRE O **ESTADO** DE QUALIDADE QUE PREVISIVELMENTE OCORRERÁ EM CADA MASSA DE ÁGUA, E O QUE É PRETENDIDO EM **2015**;
 - ✓ **ESTADO** DE QUALIDADE DAS MASSAS DE ÁGUAS EM **2021** E **2027**;
 - ✓ **MEDIDAS** QUE RESOLVAM OU MITIGUEM OS DESFASAMENTOS ENTRE O ESTADO DE QUALIDADE PROVÁVEL E O ESTADO DE QUALIDADE PRETENDIDO;
 - ✓ A **DESPROPORCIONALIDADE DE CUSTOS** DAS MEDIDAS E RESPECTIVOS ENCARGOS;
 - ✓ **RAZÕES** SOCIO-ECONÓMICAS, ENTRE OUTRAS, QUE JUSTIFIQUEM A PRORROGAÇÃO OU DERROGAÇÃO DOS OBJECTIVOS DE QUALIDADE.

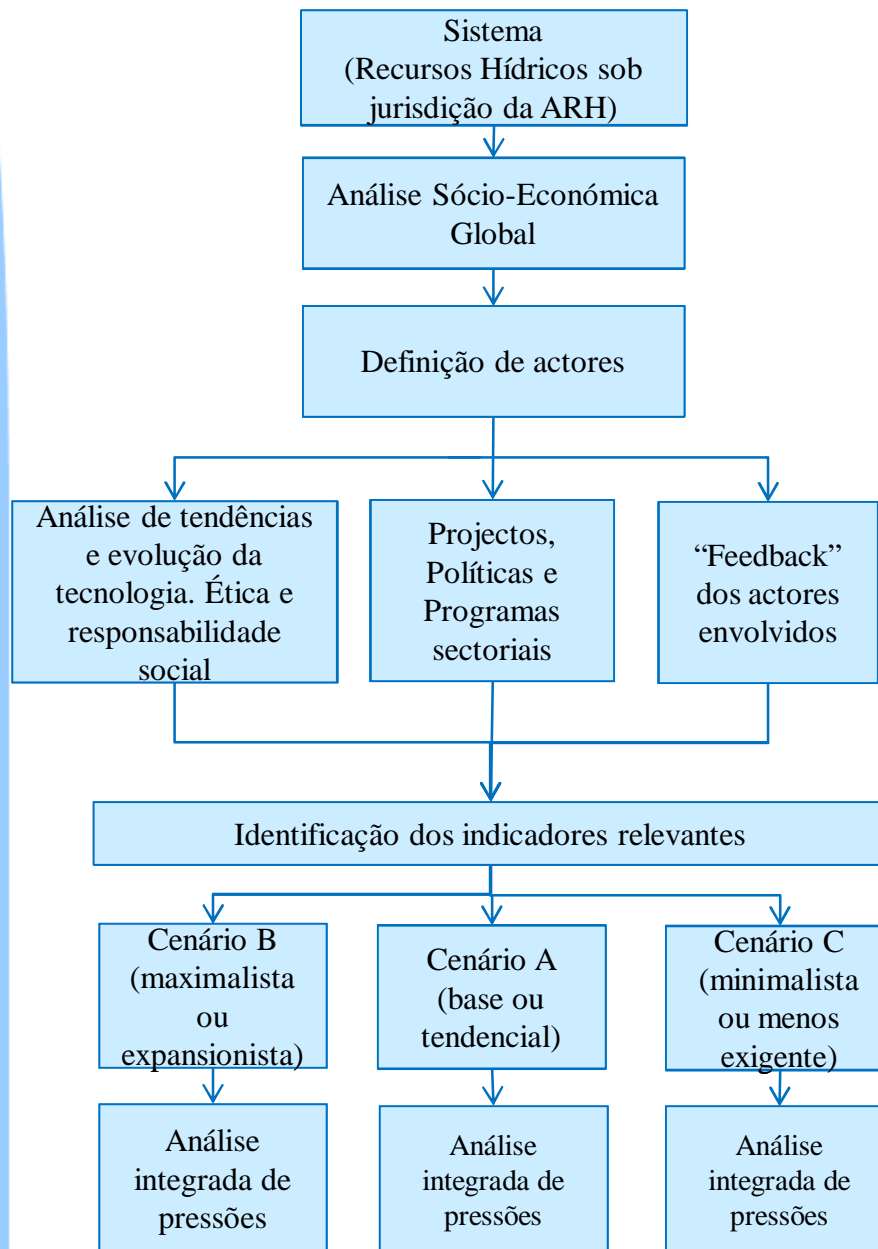
2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS

Considerações Gerais

- ❑ **SECTORES UTILIZADORES DOS RECURSOS HÍDRICOS:**
 - ✓ SECTOR URBANO.
 - ✓ SECTOR DO TURISMO.
 - ✓ SECTOR INDUSTRIAL.
 - ✓ SECTOR AGRÍCOLA.
 - ✓ SECTOR DA PECUÁRIA.
 - ✓ SECTOR DA ENERGIA E APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS.
 - ✓ SECTOR DA PESCA, DA AQUICULTURA E DOS PORTOS.
- ❑ **VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM A EVOLUÇÃO DOS SECTORES.**
- ❑ **PRESSÕES E IMPACTES NA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA, PERSPECTIVANDO-OS PARA O FUTURO DE ACORDO COM OS CENÁRIOS DESENVOLVIDOS.**

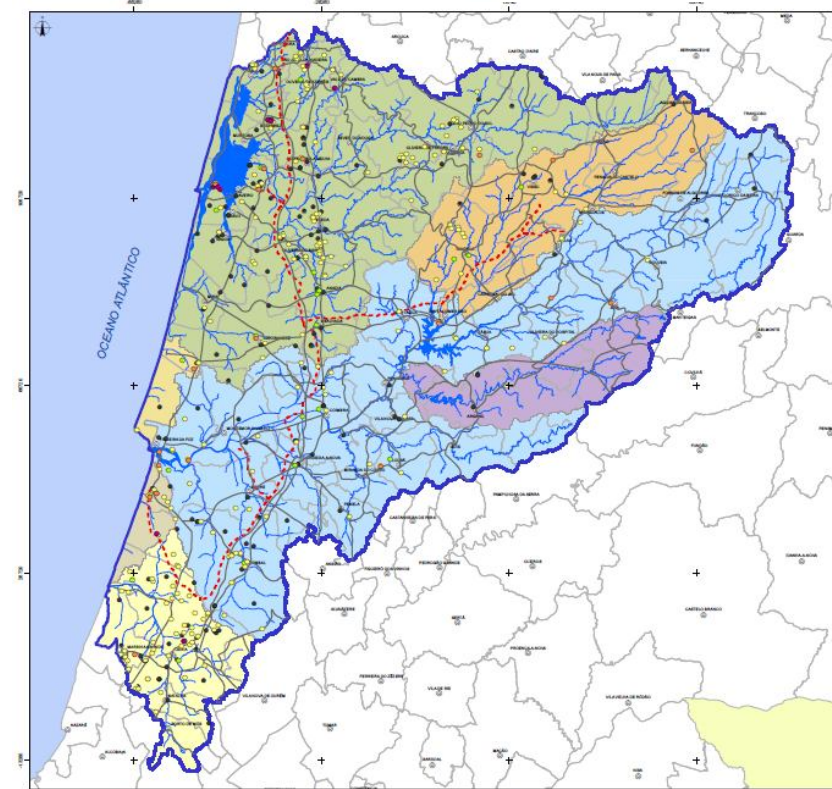
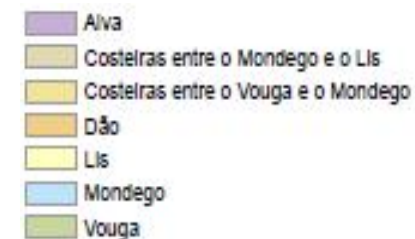
2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS

Metodologia Geral Adoptada



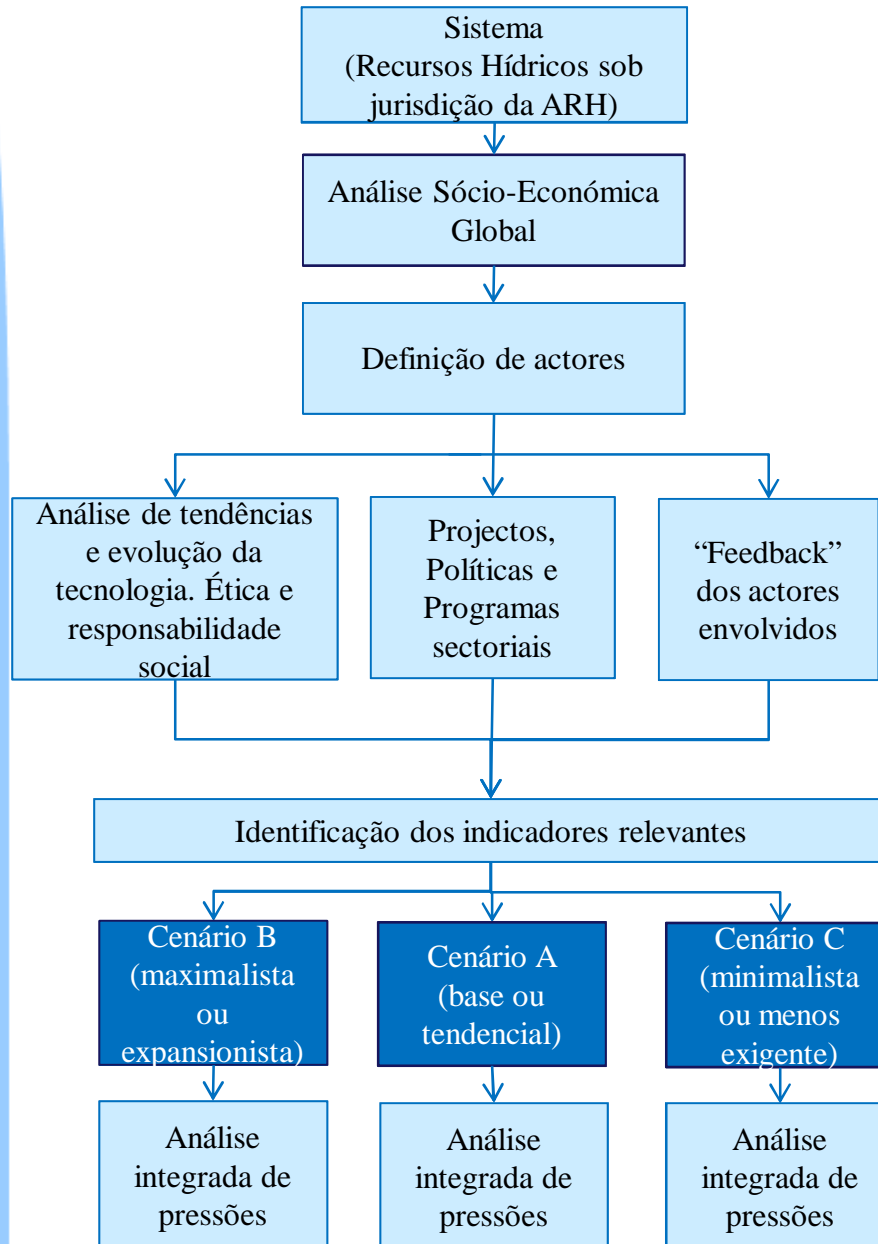
IDENTIFICAÇÃO DO SISTEMA:

SUB-BACIAS:



2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS

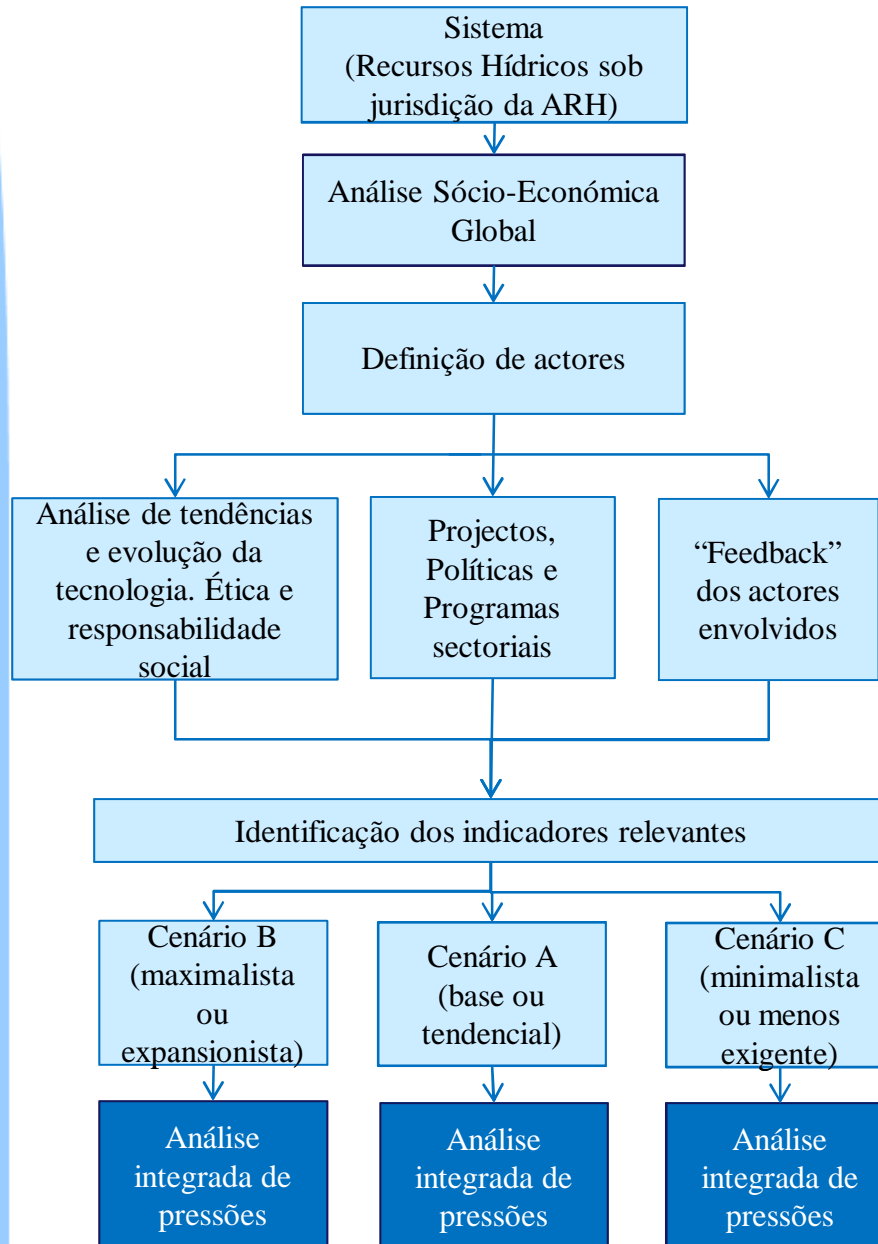
Metodologia Geral Adoptada



- ❑ DESENVOLVIMENTO DOS CENÁRIOS, POR SECTOR, COM BASE NAS ANÁLISES ANTERIORES E EM FERRAMENTAS DE PREDIÇÃO.
- ❑ DESENVOLVIMENTO DE TRÊS CENÁRIOS (EM TERMOS DE MAGNITUDE DE PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS):
 - ✓ **CENÁRIO A:** CENÁRIO BASE OU TENDENCIAL (CENÁRIO DE REFERÊNCIA, QUE DECORRE DA “EVOLUÇÃO NORMAL” DA SITUAÇÃO ACTUAL);
 - ✓ **CENÁRIO B:** CENÁRIO MAXIMALISTA OU EXPANSIONISTA;
 - ✓ **CENÁRIO C:** CENÁRIO MINIMALISTA OU MENOS EXIGENTE.
- ❑ HORIZONTE DE PROJECTO: 2015, 2021 E 2027.

2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA GERAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS

Metodologia Geral Adoptada



□ AVALIAÇÃO INTEGRADA E ESTIMATIVA DAS PRESSÕES A NÍVEL DA MASSA DE ÁGUA OU CONJUNTO DE MASSAS DE ÁGUA.

- ✓ CONSUMOS DE ÁGUA (M³/ANO);
- ✓ CAUDAIS REJEITADOS (M³/ANO);
- ✓ ENERGIA GERADA EM APROVEITAMENTOS (KWH/ANO);
- ✓ CARGAS POLUENTES ANUAIS (KG/ANO) EM CBO₅ EM N E P TOTAL.
- ✓

Objectivos

- ❑ ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DOS PRINCIPAIS ACTORES SOCIAIS COM RESPONSABILIDADES/ INTERESSES NOS DIVERSOS SECTORES.
 - ✓ PROJECTOS EXISTENTES E/OU PREVISTOS PARA DADA SECTOR E DAS PERSPECTIVAS E “AMBIÇÕES” DOS ACTORES ENVOLVIDOS.
 - ✓ PONTOS FORTES E FRACOS DOS ACTORES, POR FORMA A AVALIAR A “SOLIDEZ” E “SUSTENTABILIDADE” SOCIAL DOS PROJECTOS PREVISTOS;
- ❑ CONTRIBUIR PARA INCREMENTAR O NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO/ENVOLVIMENTO DOS ACTORES NA “REFLEXÃO” ESTRATÉGICA;
- ❑ VALIDAR OS CENÁRIOS PROSPECTIVOS DESENVOLVIDOS POR SECTOR.

Sessões sectoriais a decorrer na parte da manhã (11:15/12:45)



ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO



Eng.º Rui Coelho
Eng.º João Feijó

AGRICULTURA, DA
PECUÁRIA, DAS PESCAS,
DA AQUICULTURA E DOS
PORTOS



Eng.ª Sofia Azevedo
Eng.ª Teresa Gamito

INDÚSTRIA



Eng.º Carlos Raposo
Prof. António Monteiro

Sessões sectoriais a decorrer na parte da tarde (14:30 /16:00)



SECTOR URBANO



Prof. Saldanha Matos

SECTOR DO TURISMO
E ACTIVIDADES DE
LAZER



Eng.º João Feijó

SECTOR DA ENERGIA E
APROVEITAMENTOS
HIDRÁULICOS



Eng.º Mário Samora

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis

CENÁRIOS PROSPECTIVOS Turismo

13 de Junho de 2011



Índice da Apresentação

- ❑ OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DE CENÁRIOS PROSPECTIVOS.
 - ✓ DESVIO ENTRE O ESTADO DE QUALIDADE QUE PREVISIVELMENTE OCORRERÁ EM CADA MASSA DE ÁGUA, E O QUE É PRETENDIDO EM **2015**;
 - ✓ ESTADO DE QUALIDADE DAS MASSAS DE ÁGUAS EM **2021 E 2027**;
 - ✓ MEDIDAS QUE RESOLVAM OU MITIGUEM OS DESFASAMENTOS ENTRE O ESTADO DE QUALIDADE PROVÁVEL E O ESTADO DE QUALIDADE PRETENDIDO;
 - ✓ A DESPROPORCIONALIDADE DE CUSTOS DAS MEDIDAS E RESPECTIVOS ENCARGOS;
 - ✓ RAZÕES SOCIO-ECONÓMICAS, ENTRE OUTRAS, QUE JUSTIFIQUEM A PRORROGAÇÃO OU DERROGAÇÃO DOS OBJECTIVOS DE QUALIDADE.
- ❑ SECTORES UTILIZADORES DOS RECURSOS HÍDRICOS:
 - ✓ SECTOR URBANO.
 - ✓ SECTOR DO TURISMO.
 - ✓ SECTOR INDUSTRIAL.
 - ✓ SECTOR AGRÍCOLA.
 - ✓ SECTOR DA PECUÁRIA.
 - ✓ SECTOR DA ENERGIA E APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS.
 - ✓ SECTOR DA PESCA, DA AQUICULTURA E DOS PORTOS.
- ❑ **VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM A EVOLUÇÃO DOS SECTORES.**
- ❑ **PRESSÕES E IMPACTES NA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA, PERSPECTIVANDO-OS PARA O FUTURO DE ACORDO COM OS CENÁRIOS DESENVOLVIDOS.**

6. SECTOR DO TURISMO

Situação actual e análise de tendências

- ❑ DORMIDAS (TOTAIS E POR TIPOLOGIA);
- ❑ ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS;
- ❑ CAPACIDADE DE ALOJAMENTO;
- ❑ TAXA DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS;
- ❑ RECURSOS TURÍSTICOS (GOLF, TERMAS, PRAIA);

Tipologias	2011			Unidade	
	Jan	Fev	Mar	Total	Pos
Hotéis	120.714	138.112	200.283	459.109	1
5*
4*	37.006	38.373	52.969	128.348	3
3*	58.383	71.006	104.980	234.369	2
2* e 1*	20.565	23.372	32.293	76.230	5
Hotéis Apart.	7.241	6.869	7.742	21.852	6
Pousadas	4.467	5.208	7.064	16.739	7
Aldeamentos	2.019	2.433	6.047	10.499	8
Apartamentos	1.676	1.342	3.524	6.542	9
Outros	29.718	33.551	43.521	106.790	4
Total Global	165.835	187.515	268.181	621.531	

CENTRO: DORMIDAS NOS ESTABELECIMENTOS
HOTELEIROS, ALDEAMENTOS E APARTAMENTOS
TURÍSTICOS, 2011

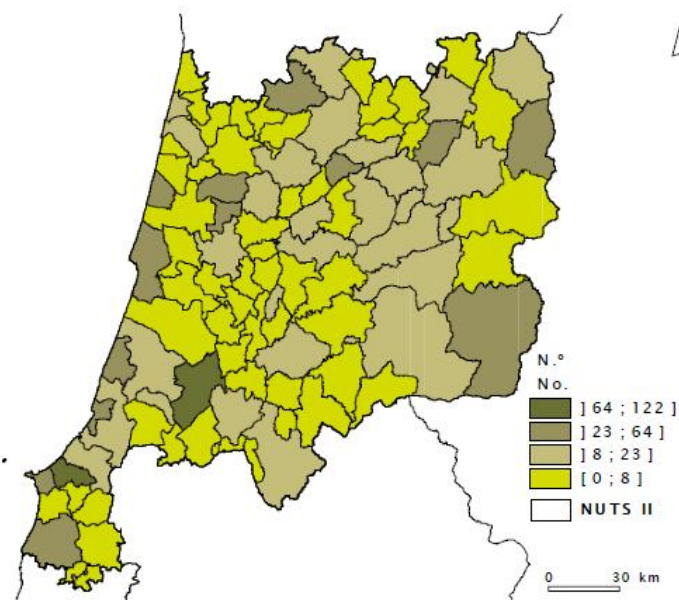
FONTE: INE, ESTATÍSTICAS DO TURISMO, 2009

6. SECTOR DO TURISMO

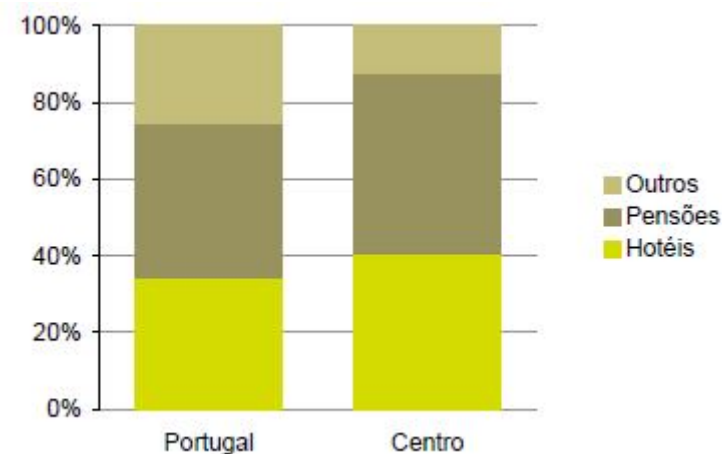
Situação actual e análise de tendências

2009	Centro	Portugal
Proporção de hóspedes estrangeiros (%)	29,9	50,1
Proporção de dormidas entre Julho-Setembro (%)	36,2	37,5
Estada média no estabelecimento (N.º de noites)	1,8	2,8
Estada média de hóspedes estrangeiros no estabelecimento (N.º de noites)	2,1	3,6
Taxa de ocupação-cama (líquida) (%)	27,9	38,3
	Centro	Portugal

CENTRO: CAPACIDADE DE ALOJAMENTO POR 1000 HABITANTES, 2009

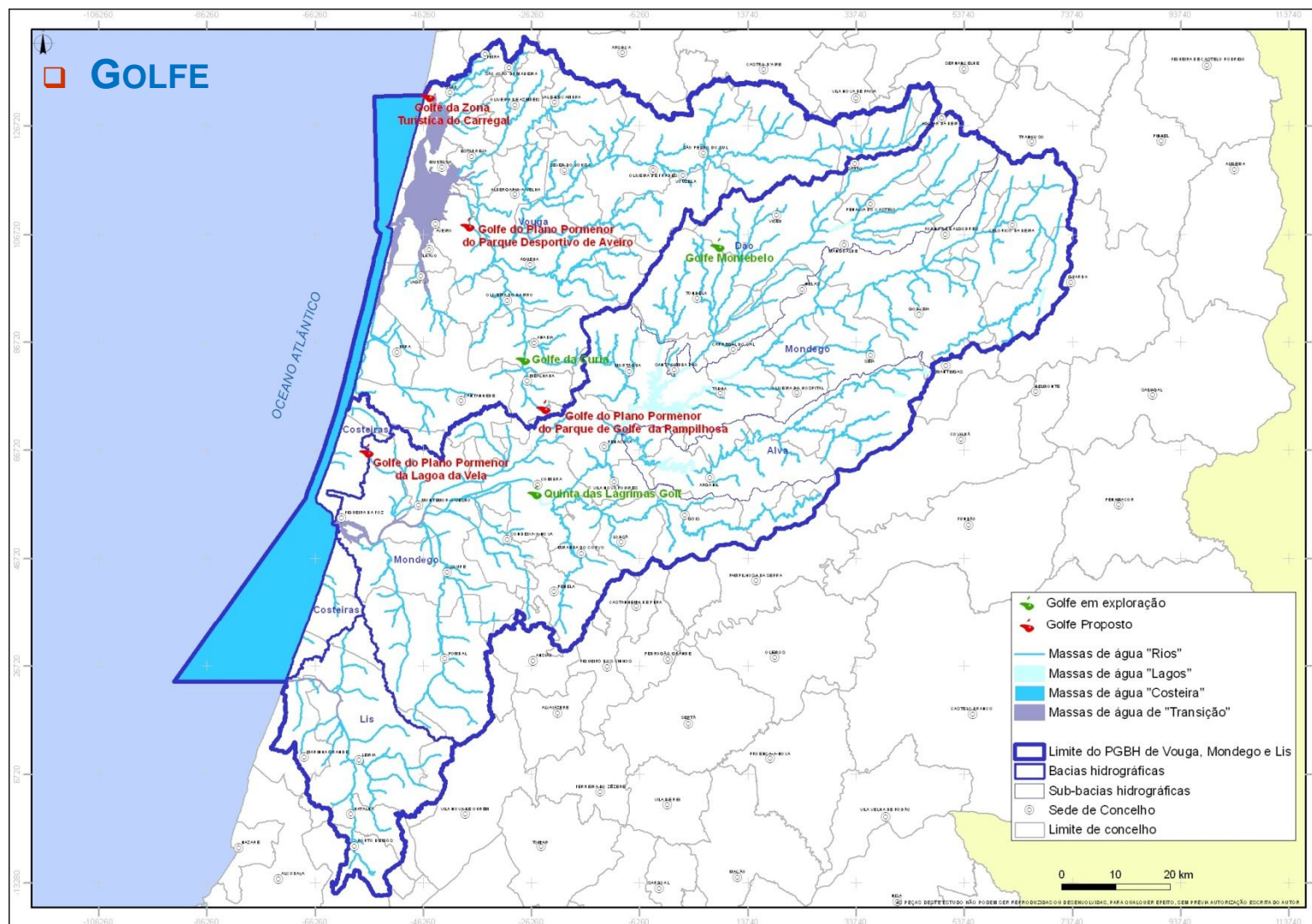


CENTRO: ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, POR TIPO DE ESTABELECIMENTO, 2009



6. SECTOR DO TURISMO

Situação actual e análise de tendências



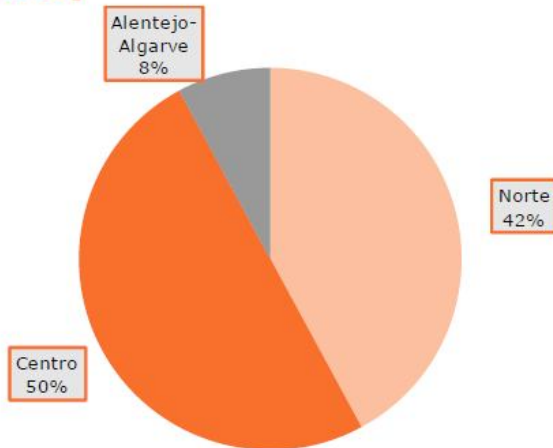
QUINTA DAS LÁGRIMAS – 9 BURACOS
MONTEBELO – 27 BURACOS
CURIA – 9 BURACOS

6. SECTOR DO TURISMO

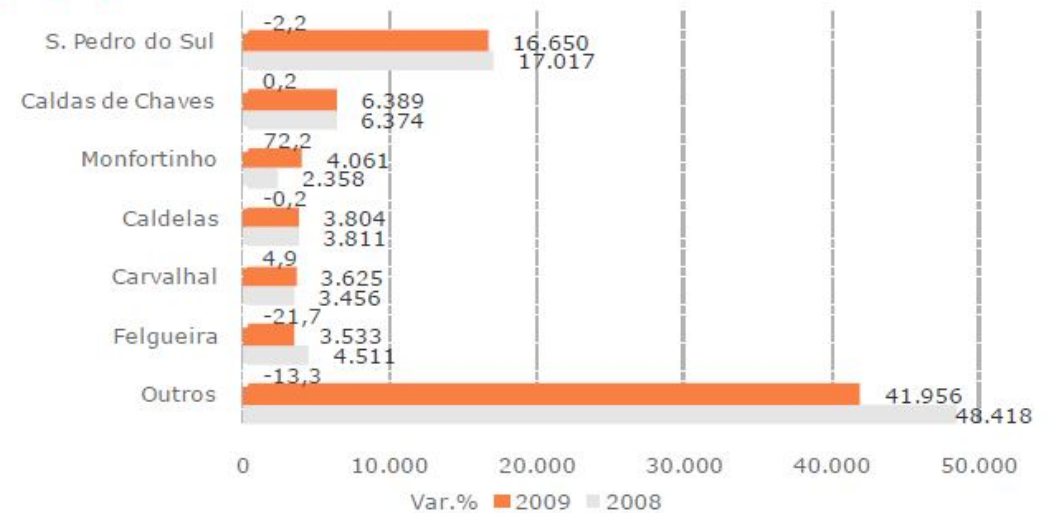
Situação actual e análise de tendências

□ TERMALISMO

Estabelecimentos termais por NUTS II - quota [2009]



Inscrições em termalismo clássico, por estab. termal; $\Delta\%$ 09/08 [Top 6]

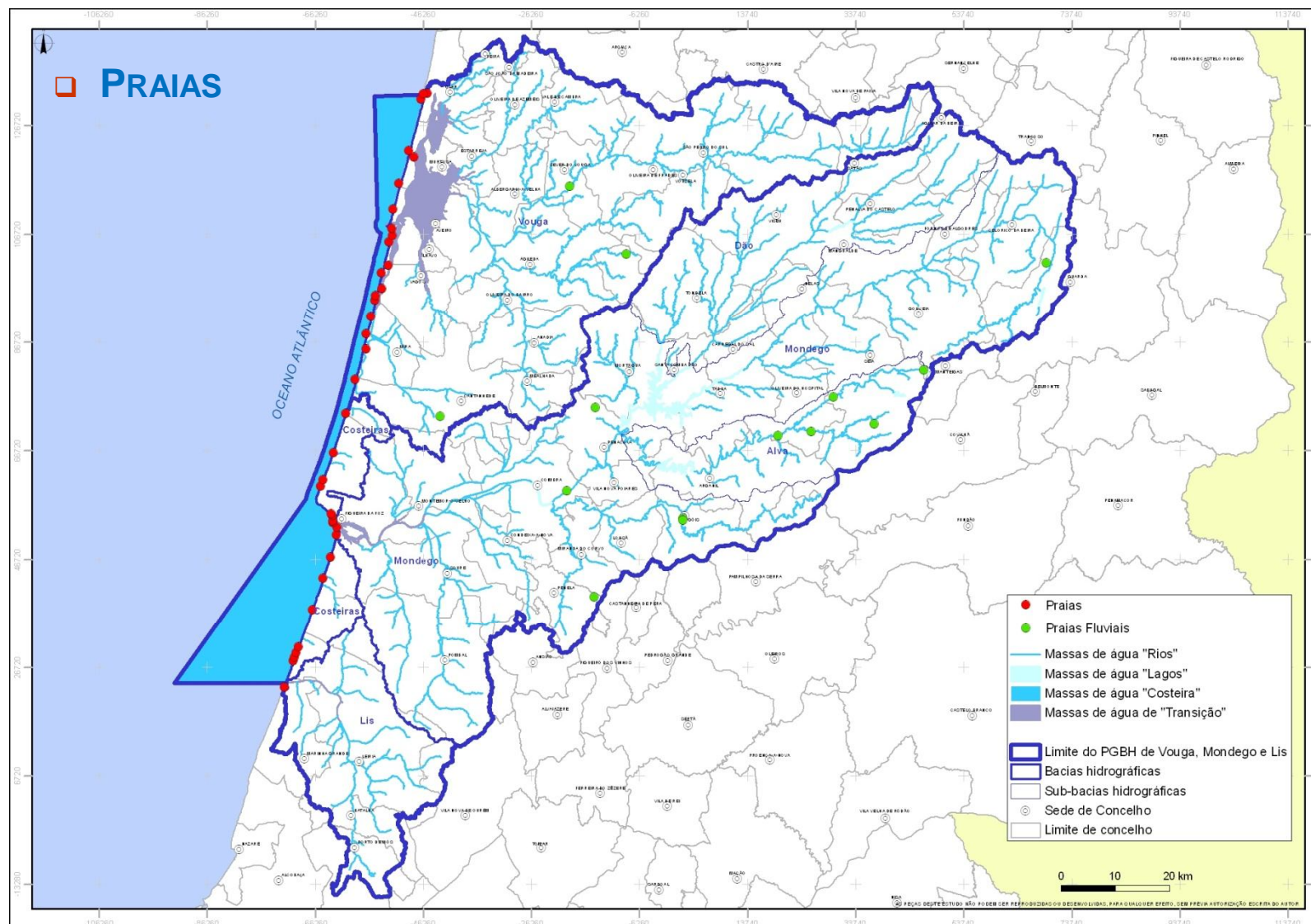


TERMAS DE MONTE REAL – DE LEIRIA (BACIA LIS)
CALDAS DA FELGUEIRA – DE NELAS (BACIA MONDEGO)
TERMAS DE ALCAFACHE – DE VISEU (BACIA MONDEGO)
CALDAS DE SANGEMIL – DE TONDELA (BACIA MONDEGO)
CALDAS DA CAVACA – DE AGUIAR DA BEIRA (BACIA MONDEGO)
COMPLEXO TERMAL DE GOUVEIA – DE GOUVEIA (BACIA MONDEGO)
TERMAS DE SÃO PEDRO DO SUL – DE SÃO PEDRO DO SUL (BACIA VOUGA)
TERMAS DE CARVALHAL – DE CASTRO DAIRE (BACIA VOUGA)
TERMAS DA CURIA – DE ANADIA (BACIA VOUGA)
TERMAS DE LUSO – DE MEALHADA (BACIA VOUGA)

FONTE: TURISMO DE PORTUGAL, 2009

6. SECTOR DO TURISMO

Situação actual e análise de tendências



6. SECTOR DO TURISMO

Cenários Prospectivos - Metodologia

- ❑ INE, CONTAS REGIONAIS E ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS (PIB; DORMIDAS TURÍSTICAS DE NACIONAIS E ESTRANGEIROS PARA PORTUGAL, NUTS II, III)
- ❑ INE, ESTATÍSTICAS DO TURISMO
- ❑ IMF, EUROSTAT (PIB MUNDIAL)
- ❑ INFORMAÇÃO PRIMÁRIA A OBTER JUNTO DO INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL, DO PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE E DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE GOLFE, SOBRE PROJECTOS E INTENÇÕES DE INVESTIMENTO TURÍSTICO NA RH4
- ❑ PLANO ESTRATÉGICO DE TURISMO NACIONAL
 - 10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal :
 - Turismo Náutico
 - Gastronomia e Vinhos
 - Sol e Mar
 - *Touring* cultural e paisagístico
 - Turismo de Natureza
 - *Resorts* Integrados e Turismo Residencial
 - Golfe
 - Turismo de Negócios
 - Saúde e Bem-Estar
 - *City-Breaks*
- ❑ PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO DA NATUREZA

Cenários Prospectivos - Metodologia

□ POPULAÇÃO FLUTUANTE

- ✓ ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO FLUTUANTE = DIMENSÃO MÉDIA DA FAMÍLIA X ALOJAMENTOS VAGOS E DE USO SAZONAL (RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO)
- ✓ APLICAÇÃO À POPULAÇÃO FLUTUANTE DAS TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL, APURADAS EM CADA UM DOS CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A POPULAÇÃO RESIDENTE, AO LONGO DO PERÍODO EM ANÁLISE.

□ TURISTAS

- ✓ DADOS DE BASE: SÉRIE HISTÓRICAS SOBRE:
 - I) EVOLUÇÃO DO PIB NACIONAL E MUNDIAL;
 - II) DORMIDAS DE TURISTAS NACIONAIS E ESTRANGEIROS POR NUTS II, III
- ✓ AJUSTAMENTO DE REGRESSÃO LINEAR ENTRE EVOLUÇÃO DAS DORMIDAS DE ESTRANGEIROS (TOTAL DA REGIÃO CENTRO) E EVOLUÇÃO DO PIB EUROPEU
- ✓ AJUSTAMENTO DE REGRESSÃO LINEAR ENTRE EVOLUÇÃO DAS DORMIDAS DE TURISTAS NACIONAIS (TOTAL DA REGIÃO CENTRO) E EVOLUÇÃO DO PIB NACIONAL

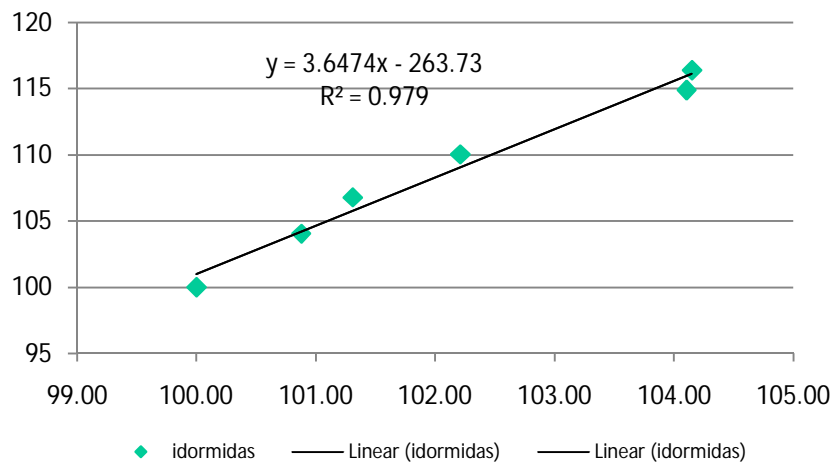
6. SECTOR DO TURISMO

Cenários Prospectivos - Metodologia

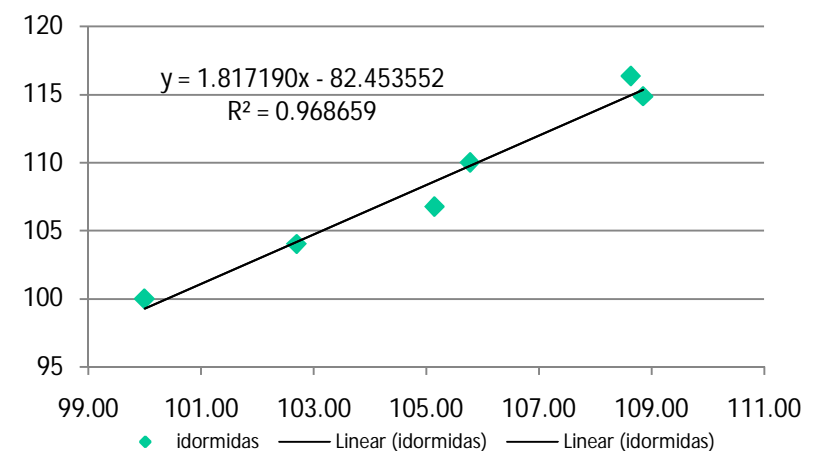
■ TURISTAS

- ✓ PROECÇÃO DAS DORMIDAS NA RH4 COM BASE NAS REGRESSÕES OBTIDAS. PARA A CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS PARA AS DORMIDAS DE ESTRANGEIROS SERÃO USADOS OS VALORES CENTRAIS E OS LIMITES DO INTERVALO DE CONFIANÇA $\pm 50\%$, DAS PROECÇÕES DO FMI PARA O PIB MUNDIAL; PARA AS DORMIDAS DE NACIONAIS SERÃO USADOS OS VALORES DO PIB ASSOCIADOS AOS 3 CENÁRIOS MACROECONÓMICOS ESTABELECIDOS
- ✓ ANÁLISE CRÍTICA (E EVENTUAL AJUSTAMENTO DOS RESULTADOS OBTIDOS), ATENDENDO AOS PROJECTOS E INTENÇÕES DE INVESTIMENTO IDENTIFICADOS PARA A RH4

CORRELAÇÃO PIB NACIONAL – DORMIDAS NACIONAIS



CORRELAÇÃO PIB EUROPEU – DORMIDAS NACIONAIS

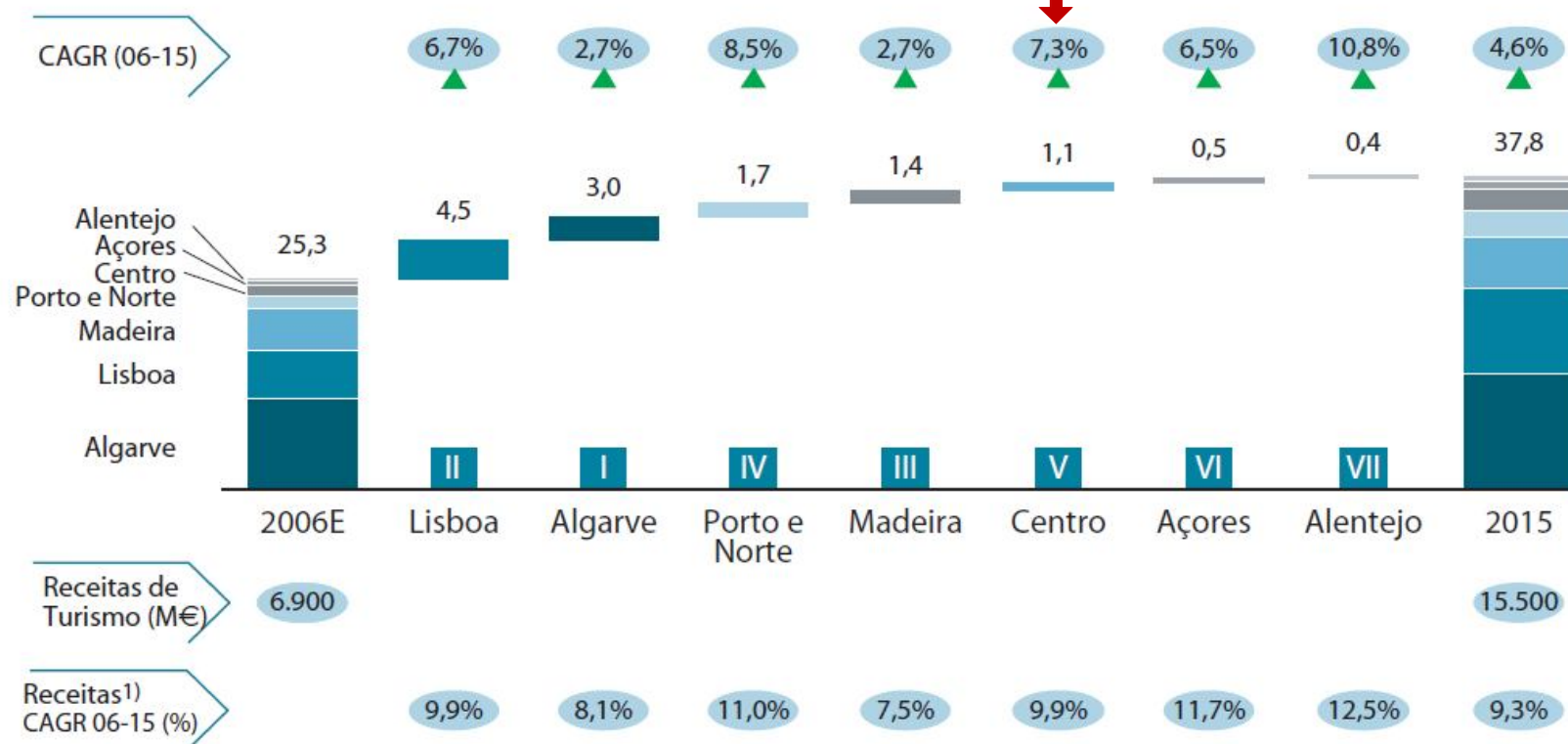


6. SECTOR DO TURISMO

Cenários Prospectivos –Tendências de Evolução

Objectivo de crescimento e peso de cada região no Turismo (milhões de dormidas de estrangeiros; 2006-2015e)

produtos *Touring e Turismo de Natureza*



1) Índice a monitorizar através dos proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros

FONTE: PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE TURISMO

Cenários Prospectivos

❑ CAMPOS DE GOLFE

- ✓ CONSOLIDAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE BASE OBTIDA JUNTO DO INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL E DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE GOLFE SOBRE O NÚMERO E CARACTERÍSTICAS DOS CAMPOS DE GOLFE APROVADOS E PREVISTOS (AINDA NÃO APROVADOS) PARA O TERRITÓRIO DA RH4, BEM COMO INDICAÇÕES SOBRE AS DATAS PROVÁVEIS DE IMPLEMENTAÇÃO
- ✓ ESTABELECIMENTO DE CENÁRIOS, ASSOCIADOS A NÍVEIS DE PROBABILIDADE DE INSTALAÇÃO DOS NOVOS CAMPOS DE GOLFE IDENTIFICADOS OU OUTROS

❑ TERMALISMO

- ✓ NA RH4, O SECTOR DO TERMALISMO É UMA ACTIVIDADE CONSOLIDADA, NÃO SE PREVENDO UM AUMENTO SIGNIFICATIVO DAS UNIDADES EXISTENTES NEM DO NÚMERO DE UTILIZADORES. O CENÁRIO BASE IRÁ PREVER UM CRESCIMENTO EM LINHA COM O INCREMENTO DAS DORMIDAS

Cenários Prospectivos

❑ PRAIAS

- ✓ ATRACTIVIDADE DAS PRAIAS NÃO IRÁ INTRODUIR DISTORÇÕES NOS CENÁRIOS DE CRESCIMENTO PREVISTOS, QUER NO QUE SE REFERE À OCUPAÇÃO SAZONAL QUER À OCUPAÇÃO TURÍSTICA

❑ TURISMO DE NATUREZA

- ✓ É UMA ÁREA CONSIDERADA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTOS DO TURISMO EM PORTUGAL, ASSOCIADA AO TURISMO DE NATUREZA O GASTRONÓMICO E ENOLÓGICO. O SEU PREVISÍVEL INCREMENTO SERÁ DISTRIBUÍDO POR TODA A PELO QUE NÃO SE PREVÊEM IMPACTOS LOCALIZADOS PARA ALÉM DO JÁ PREVISTO.

❑ PARTICIPAÇÃO DOS “STAKEHOLDERS”

- ✓ IDENTIFICAR OS PRINCIPAIS PROTAGONISTAS DE CADA SECTOR E AS SUAS ESTRATÉGIAS;
- ✓ AVALIAR A EXISTÊNCIA DE ALIANÇAS E DE CONFLITOS, EXISTENTES E POTENCIAIS;
- ✓ CARACTERIZAR PROJEÇÕES E AMBICÕES;
- ✓ PRODUIR UMA MATRIZ DE PONTOS FORTES E FRACOS RESULTANTE DAS PROPOSTAS DOS INTERVENIENTES

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis - CENÁRIOS PROSPECTIVOS DOS SECTORES COM IMPACTO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS



Ponto da situação do sector

Factores determinantes para o desenvolvimento do sector até 2015 (pontos fortes e pontos fracos)

Para o **Sector do Turismo**, alguns aspectos que considero de referir, numa perspectiva de curto – médio prazo :

- A existência de um Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas deverá permitir uma maior e necessária articulação entre as várias Entidades intervenientes no território, em particular entre as Câmaras Municipais e a ARH.
- Face às novas ofertas de turismo, além fronteiras, de gama diversificada e baixo custo, e à redução manifesta dos Turistas focalizados em actividade única (produto sol / praia ou outras), a Região do Baixo Mondego deverá apostar em novas actividades e novos públicos com diferentes faixas etárias, tudo apontando para que o Turismo de Natureza possa ser um segmento de grande potencial, face à diversidade dos recursos naturais em presença.
- Para o Baixo Mondego, e no âmbito do Turismo de Natureza, a componente ligada à utilização lúdica das toalhas de água será de importância relevante ; à parte os grandes investimentos não expectáveis, considera-se que mais pequenas utilizações da fruição das linhas de água, como a instalação de pequenos ancoradouros, de percursos fluviais, de espaços dedicados à pesca desportiva e de pequenas praias fluviais, poderão ser dinamizadores do “bom uso” da natureza, sem causar impactos nas bacias hidrográficas e sem acarretarem grandes custos de execução e de manutenção, sempre numa perspectiva de implementação de actividades integradas.
- No caso do Estuário do Mondego, a possibilidade de uma maior fruição de todo este espaço natural e único, em que a qualidade da água seja garantida e seja promovida alguma requalificação das margens e áreas envolventes, em articulação com os aglomerados de proximidade, poderá ser potenciadora de uma maior sensibilização da população para um mais correcto uso dos recursos naturais e consequentemente para um mais equilibrado ordenamento do território e garantia da sustentabilidade que se pretende ganhar para toda a Região.

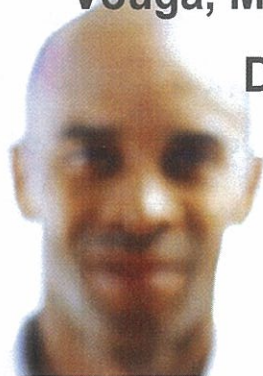
Maria João Figueiredo – Arquitecta / Câmara Municipal da Figueira da Foz

Factores determinantes para o desenvolvimento do sector entre 2015-2027 (pontos fortes e pontos fracos)

Forças emergentes de mudança

Prospectivas de acção e projectos de futuro

Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis - CENÁRIOS PROSPECTIVOS DOS SECTORES COM IMPACTO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS



Fichas Sectoriais

Ponto da situação do sector

Factores determinantes para o desenvolvimento do sector até 2015 (pontos fortes e pontos fracos)

Pontos Fortes:

- perspectivas de desenvolvimento no sector de turismo de natureza pelo facto que assenta já em pressupostos ambientais.
- estrutura regional de ordenamento ambiental do Prot. Centro.
- costa Atlântica
-

- Pontos Fracos : desenvolvimento turístico muito focado no turismo de natureza que poderá acarretar incompatibilidades com a conservação de natureza
- População flutuante
- A legislação relativa ao turismo de natureza refere-se ao turismo em áreas delimitadas, pelo que o turismo da natureza

Factores determinantes para o desenvolvimento do sector entre 2015-2027 (pontos fortes e pontos fracos)

refere no PENT não se refere ao mesmo conceito do indicado na legislação. Assim, será necessário que os novos projectos de turismo de natureza ~~sejam~~ respeitem os valores naturais, e a biodiversidade e que sejam minimizados os seus efeitos negativos de água.

Forças emergentes de mudança

- Ganhos de conservação nas áreas classificadas
- etc

Prospectivas de acção e projectos de futuro

13/06/2011

Ficha de Resenhas - Turismo e Actividades de Lazer

Nome

Empresa

Contacto

Henrique Damásio

ARBVLIS

arbvlis@sap.pt

Isabel Quinteiro

CM Montemor-o-Velho

isabel.quinteiro@cm-montemor-velho.pt

Jorge RPA

APQ, S.A.
APQ, S.A.

JORGERUA@PORTODEAVEIRO.PT

Imane Peixoto
Rosa Pascoal

Geo Ambiente
CM. Cantanhede

susana.peixoto@geoambiente.com
rpassoal@cm-cantanhede.pt

Mário João Figueiredo

CM. Figueira Foz

mjoo.figueiredo@cm-figueirafoz.pt

João F. Caldeira Cabral
Teresa Coutinho

Associação do Ambiente
CT. Oliveira do Bairro

caldeira.cabral@ambiente.pt
teresa.coutinho@cm-olb.pt

